

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

***EVANGELII GAUDIUM* COMO ÊNFASE NA PRÁXIS LIBERTAÇÃO:
opção preferencial pelos pobres, economia e utopia**

Alexandre Medeiros

São Bernardo do Campo

novembro de 2014

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

***EVANGELII GAUDIUM* COMO ÊNFASE NA PRÁXIS LIBERTAÇÃO:
opção preferencial pelos pobres, economia e utopia**

Alexandre Medeiros

Dissertação de mestrado apresentado em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, para obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Dr. Helmut Renders

São Bernardo do Campo

novembro de 2014

A dissertação de mestrado sob o título,

EVANGELII GAUDIUM COMO ÊNFASE NA PRÁXIS LIBERTAÇÃO:

opção preferencial pelos pobres, economia e utopia, elaborada por Alexandre Medeiros, foi apresentada e aprovada em 26 de novembro de 2014, perante banca examinadora composta por **Prof. Dr. Helmut Renders** (Presidente/UMESP), **Prof. Dr. Rui de Souza Josgrilberg** (Titular/UMESP) e **Prof. Dr. João Décio Passos** (Titular/PUC-SP).

Prof. Dr. Helmut Renders

Orientador/a e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Helmut Renders

Coordenador/a do Programa de Pós-Graduação

Programa: **Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião**

Área de Concentração: **Religião, Sociedade e Cultura**

Linha de Pesquisa: **Religião e dinâmicas socioculturais**

Agradecimentos

Mesmo sabendo que falar da grandiosidade de Deus o melhor é se calar, ousou agradecer, muito obrigado. Meus agradecimentos especiais a minha esposa Marcia Saggio, parceira, companheira e amiga nas alegrias e tristezas, nas lutas e nas conquistas, estas páginas estão carimbadas por sua dedicação, amo você. Aos meus filhos Salvatore e Vincenzo, meu carinho e minha admiração, pela maneira alegre com que suportaram minha ausência durante a pesquisa e o estudo. A minha mãe, a professora Elsa, pela delicada colaboração na correção gramatical e ortográfica desta dissertação, minha alegria de vê-la bem de saúde. A minha irmã, Dra. Alexânia, meu orgulho e minha motivação. Ao meu amigo, professor Antônio Rosendo, por me apresentar a Teologia da Libertação. Aos professores deste programa, que bondosamente dividiram seus conhecimentos e suas provocações acadêmicas. Saibam que me transformaram pessoalmente, academicamente e religiosamente. Ao Dr. Rui de Souza Josgrilberg, por sua atenciosa orientação na banca de qualificação, ao sugerir a utilização do documento *Alegria do Evangelho* do Papa Francisco, que deu a esta pesquisa relevância e atualidade. Meus agradecimentos também ao Dr. João Décio Passos, por aceitar participar desta banca de dissertação de mestrado, saiba que me sinto honrado. Ao meu orientador Dr. Helmut Renders, por ter pacientemente me ensinado o rigor acadêmico, a forma metodológica de estudar, pesquisar, pensar e escrever. Este trabalho não sairia se não fosse você. Ao grupo de pesquisa Teologia no Plural, na pessoa do professor Dr. Claudio Ribeiro, me incentivaram a olhar as diferenças religiosas, teológicas e culturais com carinho, inteligência e método. A secretária da coordenação, Sra. Regiane, agradeço por sua dedicação e grande ajuda. As dedicadas Camilla e Vanete da secretaria de pós-graduação, incansáveis ajudadoras, muito obrigado. Ao Centro de Estudos Júlio Verne, instituição particular de ensino que financiou este estudo, a minha gratidão. In memoriam, meu pai José Medeiros, minha professora Maria da Penha e meu escritor Rubem Alves.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | 7 |
| Abstract..... | 8 |
| Introdução..... | 9 |
| | |
| Capítulo I Gustavo Gutiérrez e a construção dos alicerces da teologia da libertação..... | 12 |
| | |
| 1. Conhecendo: Gustavo Gutiérrez..... | 13 |
| 2. Pensando a práxis libertadora a partir da categoria dos pobres..... | 13 |
| 3. Gustavo Gutiérrez e o tema da teologia e economia..... | 28 |
| 3.1 Comentando o aspecto econômico..... | 28 |
| 4. Gustavo Gutiérrez e a utopia do Reino de Deus..... | 43 |
| 4.1 Explorando os horizontes utópicos..... | 44 |
| | |
| Capítulo II Jung Mo Sung e a releitura para a preparação da segunda fase da teologia da libertação..... | 53 |
| | |
| 1. Conhecendo: Jung Mo Sung..... | 53 |
| 2. Pensando a práxis libertadora a partir da pobreza real..... | 54 |
| 3. Jung Mo Sung e a economia..... | 60 |
| 3.1 Apontando à lógica sacrificial da economia..... | 60 |
| 4. Jung Mo Sung e a utopia do Reino de Deus..... | 69 |
| 4.1 Esclarecendo o papel dos horizontes utópicos a partir de vidas concretas..... | 69 |
| | |
| Capítulo III <i>Evangelii Gaudium</i> : a retomada pastoral da práxis libertação na tradição da teologia da libertação..... | 80 |
| | |
| 1. Conhecendo: Papa Francisco..... | 81 |
| 2. Mobilizando para a práxis libertadora com foco nas condições reais dos pobres..... | 81 |
| 3. <i>Evangelii Gaudium</i> e a economia..... | 93 |
| 3.1 Desafiando as chamadas realidades econômicas..... | 93 |
| 4. <i>Evangelii Gaudium</i> e a utopia do Reino de Deus..... | 104 |

| | |
|---|-----|
| 4.1 Mantendo vivos os horizontes utópicos..... | 104 |
| Capítulo IV <i>Evangelii Gaudium</i> , Gustavo Gutiérrez e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades..... | 111 |
| 1. <i>Evangelii Gaudium</i> e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da opção preferencial pelos pobres..... | 111 |
| 1.1 <i>Evangelii Gaudium</i> e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da teologia e economia..... | 114 |
| 1.2 <i>Evangelii Gaudium</i> e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da utopia do Reino de Deus..... | 117 |
| 2. <i>Evangelii Gaudium</i> e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades em torno da opção preferencial pelos pobres..... | 121 |
| 2.1 <i>Evangelii Gaudium</i> e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades em torno da teologia e economia..... | 124 |
| 2.2 <i>Evangelii Gaudium</i> e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades em torno da utopia do Reino de Deus..... | 128 |
| Considerações finais..... | 132 |
| Referências Bibliográficas..... | 134 |
| Referências digitais e eletrônicas..... | 137 |

MEDEIROS, Alexandre. *Evangelii Gaudium como ênfase na práxis libertação: opção preferencial pelos pobres, economia e utopia*. São Bernardo do Campo/SP: UMESP, 2014

Resumo

O eixo fundamental desta pesquisa é o documento eclesial Exortação Apostólica, *EVANGELII GAUDIUM*, A Alegria do Evangelho, do Papa Francisco, que foi publicada no final de 2013. Este estudo nasce a partir das obras: *Teologia da Libertação. Perspectivas* de Gustavo Gutiérrez, primeira edição em 1971, e nona edição em 2000, considerada sistematizadora da Teologia da Libertação; tem seu desenvolvimento na *Teologia e Economia: Repensando a teologia da libertação e utopias* de Jung Mo Sung, fruto da sua tese de doutorado de 1993, publicado em 2008, que faz uma crítica ao desenvolvimento da Teologia da Libertação; seguido por *EVANGELII GAUDIUM*, A Alegria do Evangelho, do Papa Francisco, que foi publicada no final de 2013, primeiro documento oficial escrito pelas mãos do papa eleito. Portanto, estudaremos Gustavo Gutiérrez, Jung Mo Sung e o documento eclesial do Papa Francisco. Os três capítulos iniciais envolvem a opção preferencial pelos pobres, a economia e a utopia, discutida individualmente em cada pensador. Cada autor representa um momento diferente, uma cultura diferente, mas um interesse em comum: preocupação com os que vivem na periferia do mundo. O quarto capítulo buscará proximidades entre o documento eclesial e os dois autores estudados. A pesquisa seguirá a metodologia dialógica, além de ampliar o diálogo através do método bibliográfico. O objetivo é buscar proximidades e particularidades entre os autores e o documento eclesial. Minha hipótese é que haja no documento, discursos semelhantes ao da teologia da libertação. Meu interesse é buscar uma contribuição do cristianismo para nossos dias, a favor de uma teologia da vida, contra os mecanismos da morte.

Palavras – chave: opção pelos pobres – exclusão - economia – idolatria –utopia

MEDEIROS, Alexandre. *Evangelii Gaudium as emphasis on praxis liberation: preferential option for the poor, economy and utopia*. São Bernardo do Campo / SP: UMESP, 2014

Abstract

The fundamental aspect of this research is the ecclesiastical document Apostolic Exhortation, *Evangelii Gaudium* the Joy of the Gospel, of the Pope Francisco, which was published in late 2013. This study is born from the works: *A Theology of Liberation. Perspectives*, of Gustavo Gutiérrez, first edition in 1971, and ninth in 2000, considered systematizing of Liberation Theology; has its development in *Theology and Economics: rethinking liberation theology and utopias*, of Jung Mo Sung, the fruit of his doctoral thesis 1993, published in 2008, which is a critical to the development of Liberation Theology; followed by *Evangelii Gaudium* the Joy of the Gospel, of the Pope Francisco, which was published in late 2013, first official document written by the hands of the elected pope. Therefore, we will study Gustavo Gutiérrez, Jung Mo Sung and ecclesiastical document of the Pope Francisco. The three initial chapters involve the preferential option for the poor, the economy and the utopia discussed individually in each thinker. Each author represents a different time, a different culture, but a common interest: concern with those that live on the periphery of the world. The fourth chapter will seek proximities between the ecclesiastical document and both authors studied. The research will follow the dialogical methodology, besides expanding the dialogue through bibliographic method. The goal is to find proximities and particularities between the authors and the ecclesiastical document. My hypothesis is that there is, in the document, similarities to the discourse of liberation theology. My interest is to seek a contribution of Christianity to the present day, in favor of a theology of life, against the mechanisms of death.

Keywords: the option for the poor - exclusion - economy - utopia - idolatry

Introdução

A escolha do tema desta dissertação de mestrado, *EVANGELII GAUDIUM* COMO ÊNFASE NA PRÁXIS LIBERTAÇÃO: opção preferencial pelos pobres, economia e utopia, nasceu de meu envolvimento por doze (12) anos em campanhas evangelísticas cristãs em comunidades de vários estados brasileiros. Durante este período em que visitei comunidades urbanas e rurais, me sentia incomodado com a ausência da discussão de temas reais como pobreza, problemas sociais, políticos e econômicos, e ênfase no contentamento diante das adversidades, na felicidade eterna e recompensa celestial futura. Por outro lado, pouco ou quase nenhuma abordagem sobre os problemas políticos e sociais, reais e concretos das pessoas. Neste viés de pensamento, iniciei minhas “investigações” a partir da leitura de *Igreja: Carisma e Poder* de Leonardo Boff e *Educação como prática da liberdade* de Paulo Freire. Ao ingressar no mestrado em Ciências da Religião da UMESP-SBC, decidi que minha pesquisa seria meu aprendizado acadêmico e pessoal, e me dispus a rever minha própria teologia. Juntamente com meu orientador, optei por iniciar minhas pesquisas, buscando a relevância da teologia da libertação para nossos dias. Os autores sugeridos foram os pioneiros Gustavo Gutiérrez e Rubem Alves, e os críticos contemporâneos Jung Mo Sung e Claudio de Oliveira Ribeiro. Desta forma a compreensão deu-se através de católicos e protestantes, pioneiros e contemporâneos, idealizadores e críticos internos. No exame de qualificação no final de 2013, após observação dos professores da banca, meus olhos se voltaram para o documento eclesiástico católico. Eleito naquele ano, o papa apresentava seu primeiro documento oficial. Foi me sugerido que procurasse alguma aproximação com a teologia que eu estava pesquisando, a partir dali o eixo fundamental desta pesquisa se tornou o documento eclesiástico *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco¹. Documento chave que abre seu pontificado, onde o papa apresenta seu programa como pastor universal. Pude observar durante a pesquisa, que o documento é completamente diferente do que se esperava como primeiro documento escrito pelas mãos de um papa empossado. O documento possui um tom paternal, em que o papa através de um método dialógico propõe uma conversa constante com o leitor (AMADO; FERNANDES, 2014, p. 9). Nestes diálogos são apresentados: reflexões teológicas, sociais e econômicas. A novidade teórica fica por conta da discussão de temas

¹ Exortação Apostólica. *EVANGELII GAUDIUM*, A Alegria do Evangelho, do Papa Francisco, 1ª.ed; 1ª. Reimpressão. São Paulo/SP: Paulinas, 2013/2014

econômicos e sociais em um documento sobre evangelização, e não num documento de doutrina social, como era de costume (SUNG, 14/03/2014). Procurei seguir ao longo desta pesquisa, o mesmo método dialógico do documento eclesialístico, ampliando através do método bibliográfico, um diálogo com pensadores da envergadura de Gustavo Gutiérrez, um dos pioneiros da Teologia da Libertação, e Jung Mo Sung, crítico contemporâneo desta teologia. Buscando a partir destes autores, perceber suas intuições e perspectivas sobre temas que foram fundamentais desta teologia, como opção preferencial pelos pobres, economia e utopia, e que serão buscados no documento eclesialístico. Elegemos estes temas, devido à importância para a discussão atual. Tomando por base este eixo temático, dialogaremos com estes pensadores, utilizando obras clássicas, como *Teologia da Libertação – Perspectivas*, que é aceita como obra sistematizadora da teologia da libertação em 1971 de Gustavo Gutiérrez, e a obra *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*, fruto da tese doutoral de 1993 de Jung Mo Sung, que apresentou a ausência da discussão de temas econômicos pela teologia da libertação, como uma “anomalia”. Além é claro de obras mais recentes de ambos os autores, para detectar a evolução de suas ideias sobre os temas propostos. Obviamente que outros autores também enriquecerão este diálogo.

Os temas propostos serão analisados nos pensadores Gustavo Gutiérrez e Jung Mo Sung, sendo que a partir destas impressões, procuraremos os temas no documento *Evangelii Gaudium*. E por fim buscaremos proximidades entre o documento eclesialístico e os autores sugeridos. Desta forma a pesquisa foi dividida em quatro capítulos, sendo os três primeiros cronológicos, ou seja, o primeiro capítulo com Gustavo Gutiérrez, procurando compreender seu pensamento, que são alicerces da teologia da libertação, em torno da opção preferencial pelos pobres, da economia e da utopia. Da mesma forma seguimos com o segundo capítulo com Jung Mo Sung, buscando compreender suas análises sobre a opção preferencial pelos pobres, economia e utopia a partir de vidas concretas. O terceiro capítulo aborda o documento *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, onde procuramos encontrar reflexões sobre a opção preferencial pelos pobres, economia e utopia diante da vida real dos pobres. Podemos dizer que os primeiros três capítulos são compostos por três temas, três autores, três tempos. Autores que são ao mesmo tempo diferentes: um peruano, um coreano naturalizado brasileiro e um argentino, eleito Papa em 2013. E ao mesmo tempo tão semelhantes nas suas preocupações com aqueles que vivem na periferia do mundo. Por fim no quarto capítulo, buscaremos proximidades e particularidades entre *Evangelii*

Gaudium e Gustavo Gutiérrez, organizando três aproximações sobre opção preferencial pelos pobres, três sobre economia e três sobre utopia. Da mesma forma entre *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung, três aproximações sobre opção preferencial pelos pobres, três sobre economia e três sobre utopia. Lembrando que cada um dos temas discutidos nos três capítulos contarão com breve introdução, considerações intermediárias e bibliografia. O quarto capítulo, após breve introdução, exibirá apenas as proximidades e particularidades, com os devidos comentários. Minha hipótese inicial é que o papa latino-americano esboça ideias, frases e expressões, cuja influência poderão ter sido advindas da Teologia da Libertação. A relevância e a pertinência (SUNG, 2008, p. 78 e 102-103) desta discussão é a busca por uma contribuição do cristianismo para a sociedade dos nossos dias. Inicialmente apresentamos as ideias dos três autores, para que possamos ao longo de toda a pesquisa, perceber cronologicamente o desenvolvimento dos temas propostos no tempo, e no espaço de cada autor. No quarto capítulo, buscamos através das aproximações, identificar proximidades entre os discursos. Meu interesse particular neste diálogo é precisamente em torno de uma “Teologia da Vida, contra os mecanismos da morte” (SUNG, 2008, p. 98).

Capítulo I Gustavo Gutiérrez e a construção dos alicerces da teologia da libertação.

Introdução

O livro *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutiérrez, em sua 9ª. edição, lançado em 2000 pela Loyola, contendo a Introdução a nova edição: *Olhar de longe*, onde Gutiérrez faz um balanço da Teologia da Libertação, desde os seus primórdios, e escolhe como ponto de partida o ano de 1968 (GUTIÉRREZ, 2000, p. 11-12), até aquele momento. Esta será a versão escolhida para analisarmos a opção pelos pobres em Gutiérrez. Ao longo das 366 páginas de seu livro, identifiquei 174 menções diretas e indiretas ao pobre, seja ao indivíduo pobre, seja aos povos e nações pobres. Também pude encontrar 65 colocações mais específicas sobre os pobres, sendo 18 menções sobre a situação dos pobres, sejam indivíduos, povos ou nações, 10 menções sobre a necessidade de solidariedade e ou caridade para com os pobres, 9 menções diretas sobre a opção preferencial pelos pobres, 9 como irrupção dos pobres, os pobres como protagonistas de sua própria libertação, e a necessidade da libertação dos pobres, 5 alusões diretas aos pobres em passagens bíblicas, 4 sobre a exploração e opressão da mulher pobre, 4 sobre o direito dos pobres, 2 sobre a necessidade e importância de inserção no mundo dos pobres, 2 sobre a necessidade de amizade para com os pobres, 2 sobre a importância de uma Igreja pobre. A partir destas menções, procuro entender a profundidade do pensamento da opção preferencial pelos pobres em Gutiérrez, buscando um diálogo entre o próprio Gutiérrez ao longo de seu livro, e o autor desta pesquisa. A obra foi escolhida por se tratar de um marco para a Teologia da Libertação. Segundo Jung Mo Sung, “em 1971, aparece a obra clássica de Gustavo Gutierrez, *Teologia de la liberación*”, que é segundo Roberto Oliveros “um marco, um salto qualitativo na Teologia latino – americana; marca o antes e o depois”. Para Jung Mo Sung a obra de Gustavo Gutierrez, é “a mais programática e a mais sistemática e importante para o período fundacional” (SUNG, 2008, p. 62). Outros autores também foram empregados neste diálogo, as indicações e explicações se encontrarão nas notas de rodapé.

1. Conhecendo: Gustavo Gutiérrez.

Gustavo Gutiérrez nasceu em Lima, Peru, em 8 de junho de 1928. Estudou Medicina e Letras. Foi militante da Ação Católica, o que o motivou a aprofundar os estudos teológicos. Presbítero desde 1958 e dominicano desde 1998. Estudou Psicologia e Filosofia em Louvain na Bélgica, e Teologia em Lyon na França e na Gregoriana de Roma e no Instituto Católico de Paris, chegando ao doutorado. Fundador do Instituto Bartolomeu de Las Casas, de Lima. Possui 23 títulos de Doutor *Honoris Causa*, outorgados por universidades de diversos países. Foi contemplado com o prêmio Príncipe das Astúrias em 2003, na categoria Comunicação e Humanidades. Iniciador da Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 2014).

2. Pensando a práxis libertadora a partir da categoria dos pobres.

Para Gustavo Gutiérrez “a nova época histórica” que se falou em Medellín “continua sendo o contexto vital da América Latina”. Pois trata-se em termos bíblicos, de um *Kairós*², um tempo propício, um tempo oportuno (VINE; UNGER; WHITE, 2004, p. 1013) e exigente de interpelação do Senhor, no qual somos chamados a dar um testemunho muito preciso. “Nesse tempo oportuno, os cristãos estão experimentando um momento tenso e intenso de solidariedade, de reflexão e de martírio” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 80). Em Gutiérrez, “esse marco estimulante e imediato nos permite retomar e aprofundar o que há tempos consideramos os pontos fundamentais dessa linha teológica”, dentre eles o primeiro que o autor destaca dentro da Teologia da Libertação é “o ponto de vista do pobre” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 17).

Segundo Gustavo Gutiérrez (2000, p. 15),

... o que frequentemente chamamos o fato maior da vida da Igreja latino-americana, a participação dos cristãos no processo de libertação é expressão de um vasto acontecimento histórico: a irrupção dos pobres [...] nossos dias estão marcados pela presença nova daqueles que de fato estavam ausentes de nossa sociedade e da Igreja, ausentes

² **Kairos** - *καιρός* – primariamente medida de vida, proporção devida, quando usado acerca de tempo, significava um período fixo ou definido, estação, temporada, às vezes um tempo oportuno ou apropriado.

porque de nenhum ou irrelevante significado e sem a possibilidade de manifestar seus sofrimentos, solidariedades, projetos e esperanças.

A irrupção dos pobres é o fenômeno de conscientização que os povos pobres obtiveram de sua condição no mundo nas décadas de 1950 e 1960. Esta reflexão teológica nasceu inicialmente na América Latina, “um continente habitado por uma população pobre e crente simultaneamente”. Não podemos dizer que este processo terminou, pelo contrário, ele está em pleno andamento (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 68).

Quando Gutiérrez destaca os pobres no processo de libertação da América Latina, salienta não apenas a libertação do pobre, mas o próprio pobre no processo de libertação. Ou seja, sujeito de sua própria libertação. Daí a importância da presença destes na sociedade e na Igreja. Percebemos que a Igreja sem os pobres, perde sua universalidade, sua catolicidade, e se transforma numa Igreja das elites, ou seja, exclusivista (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 13).

Gustavo Gutiérrez ao ver o processo de libertação Latino Americano, acrescenta “a nova presença da mulher, especialmente a dos meios populares”. Para ele, esta mulher é “duplamente explorada, marginalizada e desprezada” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 15-16). Para Gutiérrez podemos classificar tal situação como “inaceitável” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 75). Gutiérrez condena a condição em que vivem as mulheres de nossa sociedade, com destaque para as de extratos sociais e étnicos desfavorecidos. Isto demonstra que a teologia da libertação “esta estreitamente ligada a essa nova presença”, ou seja, daqueles que “sempre estiveram ausentes de nossa história”. Portanto na visão deste autor, esta teologia, nada mais é do que a “expressão do direito dos pobres de pensar sua fé” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 15-16).

Percebo que Gutiérrez amplia o sentido de pobreza, não mais demarcando apenas como carência material, mas também no que se refere à exploração do ser humano. Neste caso específico, deixa claro sua repugnância à forma como as mulheres são menosprezadas nos setores mais pobres da sociedade. Humilhadas pela própria pobreza. Acrescenta-se o machismo, que as explora e as abusa, e as machuca, seja através de estranhos, seja através de pais ou pelos próprios maridos. Uma vez que 81% das mulheres agredidas, seja sexualmente, psicologicamente ou fisicamente, o foram por alguém com alguma ligação afetiva ³.

³ A Central de Atendimento à Mulher atingiu 532.711 registros no ano passado, totalizando quase 3,6 milhões de ligações desde que o serviço foi criado em 2005. O Balanço de 2013 da Central de

Apesar de situar o surgimento da expressão: opção preferencial pelos pobres nos anos de 1960, como tendo se consolidado precisamente entre as conferências episcopais de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992). Gustavo Gutiérrez, em seu livro, *Ao lado dos pobres*, publicado em 2014, aponta como sendo tal contribuição fundamental para a Teologia Latino-Americana, ou seja, a opção preferencial pelos pobres (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 70 e 116) permanece viva. Podemos verificar, que a opção pelos pobres, não só permanece no discurso de Gutiérrez, como a força desta opção ainda perdura. Para Gustavo Gutiérrez (2014, p. 70),

... a opção preferencial pelo pobre é um eixo fundamental no anúncio do Evangelho, a que chamamos, de modo bem geral, de tarefa pastoral [...] ela também é o eixo no terreno da espiritualidade, ou seja, no caminhar seguindo os passos de Jesus.

Destaco a relação entre a opção, anúncio e espiritualidade, conectando a opção pelos pobres, aos passos de Jesus. Gutiérrez defende tal opção com argumentos cristológicos. Pois de acordo com Gutiérrez, “no núcleo mesmo da opção preferencial pelo pobre há um elemento espiritual de experiência do amor gratuito de Deus” (GUTIÉRREZ, 2014, p. 80).

Poderíamos ainda a partir da abordagem de Gutiérrez, destacar a pobreza sócio - cultural, que pertence, ou está contida na pobreza sócio - econômica. Portanto, descobre-se neste processo, os negros, as mulheres (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 73), os homossexuais. Sem dúvida é o outro, ou seja, os que estão à margem da sociedade. Além dos novos pobres, também os estrangeiros imigrantes, os deficientes físicos e os toxicodependentes (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 25-26).

De acordo com Gustavo Gutiérrez (2000, p. 17),

... para falar da injusta situação dos pobres no marco da teologia da libertação, buscava-se fazer notar que o pobre pertence a uma

Atendimento à Mulher – Disque 180, serviço prestado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), aponta que os autores das agressões relatadas são, em 81% dos casos, pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas. Foi constatada uma queda no total de ligações em 2013, por falta de uma campanha massiva e esgotamento do sistema frente à demanda. Do total de 106.860 encaminhamentos para a rede de atendimento, 62% foram direcionados ao sistema de segurança e justiça. O levantamento aponta que em 2013 subiu de 50% para 70% o percentual de municípios de origem das chamadas. Cresceu também –em 20%– a porcentagem de mulheres que denunciou a violência logo no primeiro episódio. Os registros indicam também que a violência física representa 54% dos casos relatados e a psicológica, 30%. No ano, houve 620 denúncias de cárcere privado e 340 de tráfico de pessoas. Foram registradas ainda 1.151 denúncias de violência sexual em 2013, o que corresponde à média de três ligações por dia sobre o tema.

coletividade social, porém, a agitada situação latino-americana frequentemente fez que muitos enfatizassem quase exclusivamente [...] o aspecto social e econômico da pobreza ...

Podemos assimilar no discurso de Gutiérrez, que “em última instância a pobreza significa morte” de um ser humano. Pobreza também é “carência de teto e de alimento”, além da “impossibilidade de atender devidamente a necessidade de saúde e educação”. Podemos elencar como pobreza também a “exploração do trabalho, desemprego permanente, desrespeito à dignidade humana e injustas limitações à liberdade pessoal nos campos da expressão política e religiosa, sofrimento diário”, citando Medellín e Puebla, isto é “violência institucionalizada” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 17). Ou seja, pobreza não é apenas uma situação econômica, é a vida de um ser humano.

Gustavo Gutiérrez enfatiza que é importante recordar que “a pobreza não consiste só em carências”, pois o “pobre possui uma cultura, com valores peculiares”, ou seja, “ser pobre é um modo de viver, de pensar, de amar, de orar, de crer e esperar, de passar o tempo livre, de lutar pela própria vida”. Para Gutiérrez (2000, p. 17),

... ser pobre hoje significa igualmente, cada vez mais, empenhar-se na luta pela justiça e pela paz, defender a própria vida e liberdade, buscar maior participação democrática nas decisões da sociedade, assim como organizar-se para uma vivência integral de sua fé e comprometer-se na libertação de toda pessoa humana ...

Portanto me coloco completamente contra qualquer forma de pobreza, seja ela, econômica, cultural ou pessoal. Seguindo Paul Ricoer, nós não estaremos com os pobres, se não estivermos “contra a pobreza” (Apud, GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 76). No documento Pobreza da Igreja, que foi formulado em Medellín, indicou a “pobreza real como um mal não desejado por Deus; a pobreza espiritual como disponibilidade à vontade de Deus; a solidariedade com os pobres, simultânea ao protesto contra a situação que sofrem”. Ou seja, através destas três “acepções” da noção de pobreza, podemos ver que o cerne da teologia proposta é “a opção preferencial pelos pobres” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 23).

Para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 23),

... o próprio termo preferência, rechaça toda a exclusividade e sublinha quem deve ser os primeiros, não os únicos, em nossa solidariedade, [...] a teologia da libertação, desde o primeiro momento [...] o grande desafio vinha da necessidade de manter, simultaneamente, a universalidade do amor de Deus e sua predileção pelos últimos da

história, e escolher exclusivamente um desses extremos é mutilar a mensagem cristã.

No aspecto preferência, quero destacar a universalidade do amor de Deus e a predileção pelos últimos. A predileção envolve escolha, vejamos o amor de Deus ao faraó. Este amor foi sobrepujado pelo amor de Deus aos oprimidos escravos, da mesma maneira que o amor de Deus pelos escribas e fariseus, foi sobrepujado pelo amor às pessoas simples da Galiléia, aos humildes pescadores, as exploradas mulheres e aos desprezados samaritanos (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 35-36). Para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 24-25),

... a opção pelos pobres significa em última instância, uma opção pelo Deus do Reino que Jesus nos anuncia [...] toda a Bíblia, desde o relato de Caim e Abel, está marcada pelo amor de predileção de Deus pelos fracos e maltratados da história humana, essa preferência manifesta precisamente o amor gratuito de Deus. É o que as bem-aventuranças evangélicas nos revelam, elas nos dizem com sensibilidade, que a predileção pelos pobres, famintos e sofredores fundamenta-se na bondade gratuita do Senhor.

Apesar de Deus não fazer acepção de pessoas, numa situação de injustiça, Deus fez uma opção preferencial pelos oprimidos, ou seja, escolheu os escravos, as viúvas e os órfãos (Êxodo 12.43-48 e Deuteronômio 10.16-18). Portanto, Deus, é Deus dos oprimidos, Sua imparcialidade esbarra no sofrimento das viúvas, dos órfãos, e dos escravos, como aqueles que recebem Sua preferência. Desta forma, o Deus da Bíblia, é o Deus que faz a opção preferencial pelos oprimidos (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 38-39).

Percebemos que a opção pelos pobres em Gutiérrez, significa que tal compromisso se baseia fundamentalmente no Deus de nossa fé, portanto não é apenas uma opção ideológica, mas uma opção teocêntrica e profética que, deita raízes na gratuidade do amor de Deus. Como Gustavo Gutiérrez bem aponta, “a irrupção do pobre em nossa história, nos levou ao desenvolvimento da teologia da libertação”. Por sua vez, esta estabeleceu que nosso interlocutor é o pobre, “*a não pessoa*”, ou seja, aquele que “não é valorizado como ser humano com todos os seus direitos, começando pelo direito à vida e à liberdade em diversos campos” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 24-27).

Portanto para Gutiérrez, optar pelos pobres, significa perceber a “radicalidade que provém do ir ao fundo das coisas, lá onde se entrelaçam

cotidianamente o amor a Deus, e o amor ao próximo” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 80). Sendo assim, partindo de Karl Barth, verificamos que “o verdadeiro ouvinte da Palavra é aquele que a traduz em obras” (Apud, GUTIÉRREZ, 2000, p. 28-29).

E é desta forma que Gustavo Gutiérrez (2000, p. 28-29), ao fazer um balanço dos últimos anos da teologia da libertação observa que,

... a experiência destes anos, provou que a solidariedade generosa com os setores pobres não está isenta da tentação de impor-lhes categorias alheias a eles e do risco de dar-lhes um tratamento impessoal [...] sem amizade com os pobres, sem compartilhar a vida com eles, não existe uma verdadeira prática libertadora, pois só pode haver amor entre iguais ...

O relacionamento entre iguais que Gutiérrez observa é algo natural, amigos se ajudam, se confraternizam. Portanto a abordagem de Gutiérrez tem o aspecto das comunidades primitivas, que se reuniam, partilhavam do mesmo alimento, cuidando para que nada lhes faltasse. Eram iguais no propósito, iguais nos problemas, iguais na partilha. Acredito que isto representa a amizade e o amor entre iguais.

A comunidade de bens na Igreja dos primeiros tempos é apresentada por Lucas, “como um ideal”, pois “todos os crentes viviam unidos e tinham tudo em comum, ninguém tinha como própria coisa alguma, mas tudo entre eles era comum, e faziam tudo isso profundamente unidos, tendo um só coração e uma só alma” (Atos 2.44 e 4.32). Gustavo Gutiérrez a partir de J. Dupont observa, acertadamente que, “não se trata de erigir a pobreza como ideal, mas de procurar que não haja pobres” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 362).

É sabido pelo texto de Atos 4.34 que “não havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam campos ou casas, os vendiam, traziam a importância da venda e a depunham aos pés dos apóstolos, e repartia-se a cada um segundo suas necessidades”. Desta forma, “se tem os bens em comum, não é para tornar-se pobre, por amor a um ideal de pobreza, mas para que não haja pobres”. Logo o ideal perseguido então, “é uma vez mais, o da caridade, o de um amor verdadeiro pelos pobres” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 362).

Na busca deste ideal Gustavo Gutiérrez, observa que “a matriz histórica da teologia da libertação está na vida do povo pobre e de modo especial na vida das comunidades cristãs que surgem no seio da Igreja presente na América Latina” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 32-33) Da opção preferencial pelos pobres, surge a pergunta:

Como encontrar uma linguagem sobre Deus em meio a dor e a opressão em que vivem os pobres da América Latina? Como fazer teologia em meio ao abandono “desprezo, sofrimento e morte do pobre?” Para Gustavo Gutiérrez, “a teologia da libertação surge deste confronto entre urgência de anunciar a vida do Ressuscitado e a situação de morte em que se encontram os pobres da América Latina” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 35).

Teologicamente para Gustavo Gutiérrez, este estado de miséria e violência em que vivem a grande maioria das pessoas, “essa situação de injustiça e opressão é qualificada como situação de pecado, pois é lá onde se encontram injustas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, rejeita-se o dom da paz do Senhor, mais ainda, o próprio Senhor” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 166-167). Pois como Gustavo Gutiérrez apresenta declaração feita por 300 brasileiros em 1967 no Recife e apresentada em 1970 na Bolívia, mostrando-nos que devemos, “considerar um direito e um dever denunciar como sinais do mal e do pecado a injustiça salarial, as privações do pão cotidiano, a exploração do pobre e da nação, a opressão da liberdade” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 166-167).

Ao qualificar a miséria e a injustiça como pecado. Percebo a forte conexão com a Bíblia, principalmente no conceito de que “o pagamento do pecado é a morte” (Romanos 6.23). Portanto, para Gutiérrez, situação de pobreza é situação de morte, situação de morte é situação de pecado, situação de pecado deve ser denunciada e rechaçada. Pois o pagamento que a miséria, a injustiça e a opressão recebem, é a morte.

Outro aspecto presente na opção pelos pobres de Gustavo Gutiérrez é o desejo, de que haja conscientização de pobreza e miséria. Esta conscientização tem o intuito de que no processo de libertação haja participação do oprimido, pois, para Gutiérrez (2000, p. 175-176),

... cabe aos pobres o papel de protagonistas de sua própria libertação [...] aos povos pobres e aos pobres dos povos, que compete realizar sua própria promoção, rechaçando todo tipo de paternalismo [...] principalmente os setores camponeses e operários, explorados e injustamente marginalizados, devem ser os agentes de sua própria libertação.

Utilizando o pensamento de Rubem Alves para melhor compreender Gutiérrez, verificamos que esta “nova consciência”, o que Gutiérrez, chama de irrupção dos pobres, “converteu-se num fenômeno verdadeiramente ecumênico, unindo povos do

Terceiro Mundo a negros, estudantes e a outros grupos das nações ricas. Tal consciência, portanto, não se delimita por fronteiras nacionais, econômicas, sociais ou raciais”, quando pensamos na expressão “proletariado mundial”, vem à primeira associação, “a pobreza”. Rubem Alves diz que ai está nosso “ponto de partida”, pois foi através da consciência da pobreza, que muitas nações se denominaram de “Terceiro Mundo” (ALVES, 2012, p. 61-62).

Através desta tomada de consciência é que surge como diz Gustavo Gutiérrez (2000, p. 181-182),

... a urgência do processo de libertação na América Latina, e a exigência da participação do povo, determina a prioridade de uma evangelização conscientizadora que liberte, humanize e promova o homem [...] a pobreza real da Igreja não será verdadeira se não atender à evangelização dos oprimidos como à primeira de suas obrigações [...] mais que falar da Igreja dos pobres, deveríamos ser uma Igreja pobre [...] negamos isto, com nossas inconstâncias, nossas casas e edifícios, nosso modo de viver [...] A pobreza expressa solidariedade com os oprimidos e protesto contra a opressão ...

Primeiramente destaco a semelhança, no que foi dito por Jorge Mario Bergoglio, no parágrafo 198 de Alegria no Evangelho, em final de 2013, onde ele diz que deseja “uma Igreja pobre para os pobres” (EG, 2014, p. 163; GUTIÉRREZ, 2000, p. 181-182). Precisamos entender quem são verdadeiramente os oprimidos dentro da teologia da libertação. Podemos dividir os pobres e oprimidos em duas classes: os excluídos e os explorados. Ambos compõem o que Rubem Alves, classificou de “proletariado mundial”. Dentre os excluídos do sistema econômico dominante estão os desempregados, os mendigos, as prostitutas, os menores abandonados. Os que compõem os explorados deste mundo estão os que são tratados injustamente pelo sistema econômico, são na verdade os pobres que trabalham, sejam no campo ou nas cidades. Incluem-se professores primários, ou ainda camponeses que foram forçados a se tornarem imigrantes nas grandes cidades (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 19-20).

A expressão Terceiro Mundo, “representa uma recusa em se encaixar na classificação ideológica criada pela guerra fria, tais nações não pertencem a nenhum dos dois mundos, o do leste, e do oeste, seu mundo é um terceiro, o da pobreza, da carência”. É um mundo subdesenvolvido. “Inicialmente pensava-se que essa situação de subdesenvolvimento, fosse simplesmente um estado anterior ao desenvolvimento”, ou

seja, “que tais nações estivessem a caminho de se desenvolver”. Sendo assim “esperavam eventualmente alcançar o chamado ponto de decolagem, no qual sua inércia seria vencida e uma mudança qualitativa iria ocorrer, passando para o outro lado, tornando-se parte daquele mundo formado, pelas nações ricas”. Mas “tal esperança, todavia, está desaparecendo” (ALVES, 2012, p. 62). Desta forma surge a urgência da evangelização sugerida por Gutiérrez, juntamente com a conscientização e o protesto.

De acordo com Rubem Alves (2012, p. 63),

... a consciência proletária tornou-se sabedoria da brutal realidade desse crescente abismo que separa as nações pobres das ricas [...] as ricas ficam mais ricas, as pobres, mais pobres [...] subdesenvolvidas não podem, assim, evitar um sentimento de fracasso ou de inferioridade, dada a sua incapacidade de conseguir até mesmo o essencial para a sobrevivência física de suas populações, tendo de encarar diariamente a realidade da fome e da inanição.

Gustavo Gutiérrez explicita o protesto, sugerindo que os bispos e ou os religiosos devem cumprir “uma função de denúncia profética das graves injustiças verificadas na América Latina”, assinaladas por ele, como vimos anteriormente, “situação de pecado”. Segundo Gutiérrez (2000, p. 177-179),

... acompanhando tais denúncias, se necessário, com gestos concretos de solidariedade para com os pobres oprimidos [...] no momento em que um sistema deixa de assegurar o bem comum em benefício do interesse de alguns poucos, a Igreja deve não apenas denunciar a injustiça, mas separar-se do sistema iníquo [...] a denúncia da injustiça implica a repulsa da utilização do cristianismo para legitimar a ordem estabelecida, implica ainda, de fato, que a Igreja entre em conflito com os que detêm o poder [...] a Igreja como instituição deve desvincular-se de toda ligação concreta com qualquer classe de poder público, econômico ou social.

Além de denunciar a situação de pecado, como tarefa profética, cabe a Igreja separar-se do sistema de mercado iníquo. Algo que muito me chama atenção, é que para ele, deve existir rompimento do cristianismo com o sistema e a ordem estabelecida. Portanto Gutiérrez é enfático, ao papel profético da Igreja, ou seja, denúncia, rompimento com o sistema iníquo. Não trataremos ainda da economia e teologia, mas já percebo o combate à idolatria do mercado nestas linhas.

Existe o perigo ainda, da Igreja, motivar sistemas excludentes, sejam com incentivos ao consumo, e com teologias de recompensa. É por isso que é necessário a Igreja rever sua postura diante da situação de miséria que o continente se encontra. Gustavo Gutiérrez critica ainda uma parte da Igreja, que “continua ligada, de formas muito diversas, à ordem estabelecida”. Ou seja, mais grave ainda para Gutiérrez (2000, p. 190-191),

... é que entre os cristãos da América Latina, não só há diferentes opções políticas, nos limites de um livre jogo de ideias, a polarização dessas opções e a dureza da situação colocam alguns cristãos entre os oprimidos e perseguidos e outros entre os opressores e perseguidores, alguns entre os torturados, outros entre os que torturam ou permitem a tortura, daí resulta sério e radical enfrentamento entre os cristãos que sofrem injustiça e exploração, e aqueles que usufruem a ordem estabelecida.

Para a Igreja latino-americana, “estar no mundo sem ser do um mundo, significa, concreta e cada vez mais claramente, estar no sistema sem ser do sistema”, esta exigência para Gustavo Gutiérrez, deve levar a Igreja, “a uma profunda revisão do modo de pregar a Palavra, de viver e celebrar a fé” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 190-191).

A denúncia que segue a opção pelos pobres na teologia de Gustavo Gutiérrez visa conscientizar a todos, que a pobreza não é fruto de desenvolvimento material, mas fruto do desenvolvimento contraditório, onde os ricos ficam mais ricos e os pobres, mais pobres. Ou seja, pobreza socialmente falando é opressão, pobreza eticamente falando é injustiça e pecado social (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 22).

Para Gustavo Gutiérrez, a Igreja “desde Medellín fez uma opção decisiva”, escolheu “a preferência pelos pobres”. Segundo Gutiérrez (2000, p. 334),

... o termo pobre encerra uma realidade complexa, talvez a melhor aproximação a essa realidade consista em dizer que pobre é o insignificante, aquele que não é relevante para a sociedade e cujos direitos mais elementares à vida, à liberdade e à justiça são permanentemente violados.

Portanto, perguntas desafiadoras aparecem: Como viver a caridade evangélica em meio a esse estado de coisas? Como conciliar sua universalidade e a solidariedade privilegiada com os pobres pertencentes a culturas marginalizadas, classes sociais exploradas, raças desprezadas? A opção pelos pobres em Gustavo Gutiérrez está

vinculada a necessidade de dar respostas a estes questionamentos, pois para Gutiérrez (2000, p. 334),

... não podemos escapar a estas indagações, elas golpeiam a consciência cristã e se revestem de modalidades próprias na América Latina, única região do mundo que é, ao mesmo tempo, majoritariamente pobre e cristã.

Da necessidade da teologia de optar pelo pobre, surgiram os estudos da Bíblia, buscando este olhar. Ou seja, reler os textos bíblicos, buscando a opção preferencial pelos pobres como chave de leitura e compreensão da realidade da América Latina. Sendo assim, Gutiérrez sugere uma libertação política, ao analisar que “o ato criador, liga-se, quase se identifica, ao gesto que libertou Israel da escravidão do Egito”, esta ideia pode ser encontrada no livro de Isaías 51.9 e 10, quando menciona que Deus fez do fundo do mar um caminho, para que passassem os resgatados. “O Deus que liberta Israel é o Criador do mundo”. Utilizando a chave de leitura supra, Gutiérrez, vê no Êxodo, que “a libertação do Egito é um ato político”. Portanto, “uma ruptura com uma situação de espoliação e de miséria é o início da construção de uma sociedade justa e fraterna”, logo, “é a supressão da desordem e a criação de uma nova ordem” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 208-209).

Gutiérrez observa que “os primeiros capítulos do Êxodo, descrevem-nos a situação de opressão em que se vivia o povo judeu no Egito, nessa casa de servidão, repressão, trabalho alienado, humilhação, política antinatalista forçada”. Neste contexto Javé levanta um libertador para Israel, Moisés (Êxodo 3.7-10): “Tenho visto a aflição de meu povo no Egito, e ouvi o clamor que lhe arrancavam seus opressores, pois já lhes conheço os sofrimentos; baixe para livrá-los na mão dos egípcios [...] vi também a opressão com que os oprimem os egípcios; Vai pois, envio-te ao Faraó, para que tires meu povo, os filhos de Israel, do Egito” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 208-209).

Outro aspecto existente no êxodo nesta busca teológica da opção pelos pobres como chave de leitura da Bíblia, analisado por Gustavo Gutiérrez, é que “Javé convoca-o não apenas para deixar o Egito, mas também levá-lo dessa terra a uma terra boa e espaçosa, terra de onde jorra leite e mel (Êxodo 3.8), o êxodo será a longa caminhada para a terra prometida, na qual se poderá estabelecer uma sociedade livre da miséria e da alienação” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 210).

Percebemos que ao Gustavo Gutiérrez reler o Êxodo na perspectiva mencionada, ele identifica que no processo de libertação, “o fato religioso não surge

como algo à parte, mas situa-se no contexto, ou, mais exatamente, é o sentido profundo de toda a narração, é a raiz da situação; ali se decide, o deslocamento introduzido pelo pecado, pela justiça, pela opressão e pela libertação, Javé liberta politicamente o povo judeu, para fazer dele uma nação santa”. No livro de Êxodo 19.4-6, temos que se o povo escutar o libertador, se o povo guardar Sua aliança, será Sua propriedade, neste sentido “aliança e libertação do Egito, são aspectos de um mesmo movimento, de um movimento que leva ao encontro com Deus”, em outras palavras “a aliança dará pleno sentido à libertação do Egito, uma não se explica sem a outra” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 210-211).

Gustavo Gutiérrez analisa que, “se o êxodo não tivesse acontecido marcado pelo duplo selo da imperiosa vontade divina, e da participação consentida e consciente dos homens, o destino histórico da humanidade teria seguido outro curso, radicalmente diverso, porque em suas raízes, não teria figurado a redenção da saída do Egito”. Para Gutiérrez “a memória do êxodo impregna nas páginas da Bíblia e inspira muitas releituras tanto do Antigo, como do Novo Testamento”, mas também surge uma bela lição, de que “toda coação é acidental, toda miséria é provisória”, e que a partir da libertação do êxodo, surgiu “um sopro de liberdade”, que se espalhou pelo mundo, e até os dias de hoje pode dispersar qualquer nuvem de opressão e alienação (GUTIÉRREZ, 2000, p. 211-212).

Para Gutiérrez (2000, p. 213),

... no Egito, o trabalho torna-se alienado e, longe de edificar uma sociedade justa, contribui para aumentar a injustiça, para tornar maior a distância entre exploradores e explorados.

Analisando as colocações de Gustavo Gutiérrez, podemos perceber que para ele, comunhão com Deus e a práxis da justiça estão intimamente ligadas. Neste sentido “o Antigo Testamento é claro sobre a estreita relação entre Deus e o próximo”. Podemos ver isto em alguns textos bíblicos, como Provérbios 14:21 e 17:5, Deuteronômio 24:14 e 15, Êxodo 22:2 e 1-23, onde “desprezar o próximo, explorar o operário humilde e pobre, não pagar o salário em tempo, é ofender a Deus”. Ou seja, Deus nos diz: “Não explorarás o operário humilde e pobre, quer seja um de teus irmãos, quer seja um forasteiro que reside dentro de tuas portas; dar-lhes-ás cada dia o seu salário, sem deixar que o sol se ponha sobre esta dívida, porque é pobre e para viver, necessita de seu salário, assim não apelarás a Javé contra ti, e não te carregarás com um pecado; e quem burla um pobre ultraja seu Criador” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 247-248).

Portanto a opção pelos pobres em Gustavo Gutiérrez vai além de praticar a justiça ao próximo, está em conhecer intimamente a Deus, para ele, “conhecer, ou seja, amar Javé é fazer justiça ao pobre e humilhado” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 247-248). Analisando os textos de Gustavo Gutiérrez, evidenciamos que para ele, “conhecer Javé, o que em linguagem bíblica quer dizer amar Javé, é estabelecer relações justas entre os seres humanos, é reconhecer o direito dos pobres”. Pois é “por meio da justiça inter-humana é que se conhece o Deus da revelação bíblica”. Logo “quando esta não existe, Deus é ignorado, está ausente” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 248-249).

Utilizando as ideias centrais de Medellín, Gutiérrez (2000, p. 248 e 249) diz que,

... lá onde se encontram injustiças desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, há uma rejeição do dom da paz do Senhor; mais ainda, uma rejeição do próprio Senhor [...] compadecer, sofrer com o oprimido, compartilhar seu destino, isso é conhecer Deus.

Esta colocação de Gutiérrez nos remete a textos bíblicos, como do livro de Isaías, onde lemos: Isaías 1.17 “Aprendei a fazer bem; procurai o que é justo; ajudai o oprimido; fazei justiça ao órfão; tratai da causa das viúvas” e Isaías 58.6-7 “Chamarias tu a isto jejum e dia aprazível ao Senhor? Porventura não é este o jejum que escolhi, que soltes as ligaduras da impiedade, que desfaças as ataduras do jugo e que deixes livres os oprimidos, e despedaces todo o jugo? Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres abandonados; e, quando vires o nu, o cubras, e não te escondas da tua carne?” Pois como bem nos lembra, Gutierrez, “quem não ama não conhece a Deus” (I João 4.7-8).

Desta forma “o pecado é recusa ao amor, à comunhão e à fraternidade, isto é, a recusa, desde agora, ao sentido da existência humana”. Logo como diz no livro de Mateus 25:45, “quando deixamos de fazer a um dos pequeninos, deixamos de fazer a Cristo”. Neste sentido “abster-se de servir já é negar-se a amar; omitir uma ação em favor de outro é tão culpável quanto rejeitá-lo expressamente” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 251-252).

Segundo Gustavo Gutiérrez (2000, p. 255),

... não basta dizer que o amor a Deus é inseparável do amor ao próximo [...] é necessário afirmar ainda que o amor a Deus se

expressa, sem dúvida, no amor ao próximo [...] ama-se a Deus no próximo [...] amar o irmão, para todo ser humano, é uma mediação necessária e inesquecível do amor a Deus..

Para se compreender melhor o texto de Gutiérrez, pensemos em Lucas 10.33, onde diz que um samaritano, que ia de viagem, chegou perto do ferido, “viu-o e moveu-se de íntima compaixão”. De acordo com Gustavo Gutiérrez, “o samaritano se aproxima do ferido que está à beira do caminho, não por um frio cumprimento de obrigação religiosa”, mas porque “*splanchnizein*”, ou seja, se “lhe revolvem as entranhas”, isto aconteceu “por que seu amor por esse homem se faz carne nele”. Nos escritos de Gustavo Gutiérrez, percebemos que “o próximo não é apenas o ser humano tomado individualmente, é muito mais o ser humano na trama de suas relações sociais, é a pessoa situada em suas relações econômicas, sociais, culturais, raciais”. Portanto “é igualmente a classe social explorada, o povo dominado, a raça marginalizada, as massas, são também nosso próximo” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 254 e 258).

Gustavo Gutiérrez nos situa na relevância de se estudar formas de acabar com a alienação e opressão causada pela exploração dos povos, ele nos convoca a enxergar que “a pobreza constitui-se em um dos temas centrais da espiritualidade cristã contemporânea”. A Igreja deve apresentar-se, nas palavras de Gutiérrez, “como é, e como quer ser, como a Igreja de todos, em particular como a Igreja dos pobres” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 345).

Como já vimos nos escritos de Gustavo Gutiérrez “o termo pobreza designa em primeiro lugar, a pobreza material, ou seja, a carência de bens econômicos necessários para uma vida humana digna desse nome, nesse sentido, a pobreza é considerada algo degradante e é rechaçada pela consciência do homem contemporâneo”. Algo que chama a atenção é que mesmo entre os que “não estão, e os que estão conscientes das causas profundas dessa situação, consideram que se deve lutar contra a pobreza” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 347-349). Para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 347-349), “não ter acesso a certos valores culturais, sociais e políticos, faz parte hoje da pobreza que se deseja abolir”.

Considerações intermediárias

Portanto pudemos verificar que Gustavo Gutiérrez apoia sua opção pelos últimos, com uma série de textos bíblicos, mostrando que “a pobreza é para a Bíblia um estado escandaloso atentatório da dignidade humana e, por conseguinte, contrário à

vontade de Deus”. Gutiérrez verifica que nela também “condena-se o comércio fraudulento⁴ e a exploração, a ocupação violenta das terras⁵, a justiça venal⁶, a violência das classes dominantes⁷, a escravidão⁸, os impostos injustos⁹, os funcionários extorsionários”¹⁰. Além de textos no “Novo Testamento que também condenam a opressão dos ricos”¹¹. Gutiérrez ainda demonstra “uma minuciosa legislação orientada a impedir a acumulação de riqueza e a conseqüente exploração”, uma demonstração disto são as orientações para que após a colheita, o que ficar no campo “não deverá ser procurado nem buscado, será do estrangeiro, do órfão e da viúva”, e que não deve ser ceifado “até a extremidade do campo, para que fique algo para o pobre e o estrangeiro”¹², não deixando de fora nem o descanso, que para Gutiérrez “adquire um sentido social, para descanso do servo e do estrangeiro”¹³, também “proíbe-se o empréstimo com juros”¹⁴. O respeito ao homem e a natureza são evidentes, como descanso da terra, pois “de sete em sete anos as terras serão deixadas em repouso, para que comam os pobres, [...] no sétimo ano os escravos recobrarão a liberdade e serão perdoadas as dívidas”¹⁵. Sabiamente Gutiérrez evidencia que, “a pobreza contradiz o próprio sentido da religião mosaica, [pois] Moisés tirou seu povo da escravidão, exploração e alienação do Egito, para levá-lo a uma terra onde pudesse viver com dignidade humana” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 352 e 353).

⁴ Oséias 12.8; Amós 8.5; Miquéias 6.10-11; Isaías 3.14; Jeremias 5.27 e 6.12)

⁵ Miquéias 2.1-3; Ezequiel 22.29; Hebreus 2.5 e 6

⁶ Amós 5.7; Jeremias 22.13-17; Miquéias 3.9-11; Isaías 5.23 e 10.12

⁷ 2 Reis 23.30 e 35; Amós 4.1; Miquéias 3.12 e 6.12; Jeremias 22.13-17

⁸ Neemias 5.1-5; Amós 2.6 e 8.6

⁹ Amós 4.1 e 5.11-12

¹⁰ Amós 5.7 e Jeremias 5.28

¹¹ Lucas 6.24-25; 12:13-21; 16:19-31; 18:18-26 e Tiago 2.5-9; 4:13-17; 5:1-6

¹² Deuteronômio 24.19-21; Levítico 19.9-10 e 23.22

¹³ Êxodo 23.22 e Deuteronômio 5.14

¹⁴ Êxodo 22.24; Levítico 25:35.37; Deuteronômio 23.20

¹⁵ Êxodo 23.11 e 21.2-6; Deuteronômio 15.1-18

3. Gustavo Gutiérrez e o tema da teologia e economia.

Introdução

A obra clássica de Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação*, remonta ao título de uma conferência que o autor fez em 1968, no norte do Peru, em Chimbote, e serviu de título para seu livro *Teologia da Libertação* de 1971, obra inclusive que fez com que a Teologia da Libertação torna-se mundialmente conhecida (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 42). Nesta parte da pesquisa verificaremos a forma como a questão da economia é vista por este autor, bem como, a forma como ele desenvolve os alicerces da teologia da libertação na sua discussão em torno das questões econômicas. Utilizarei a 9ª. edição em português de 2000 da Loyola, que trouxe a longa introdução *Olhar de Longe*. Pesquisei suas 366 páginas, das principais citações no fichamento, encontrei 44 abordagens, sobre a questão do “desenvolvimento”, 9 sobre “subdesenvolvimento”, 9 menções sobre a palavra “economia” e 2 sobre “mercado”. Procurarei estabelecer um diálogo com o próprio autor, para saber como ele pensa as questões econômicas. Eventualmente, neste diálogo, também utilizei a mais recente obra de Gutiérrez, em conjunto com Gerhard Ludwig Müller, além de outros autores que discutem temas similares, buscando um diálogo complementar das ideias inicialmente formuladas por Gutiérrez na sua obra clássica.

3.1 Comentando o aspecto econômico.

De acordo com Gustavo Gutiérrez, “o mundo atual (1971) vive profunda e acelerada transformação sociocultural, que entretanto não se opera uniformemente, antes, por suas realizações e efeitos, vem diferenciando países e regiões pelo planeta”. Para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 75-76),

... o fenômeno de tomada de consciência das diferenças entre países, característico de nossa época e devido ao incremento dos meios de comunicação, é particularmente agudo nos países menos favorecidos pela evolução da economia mundial [...] os países pobres, aqueles em que vive a imensa maioria da população mundial [...] os cidadãos desses países têm consciência das condições inaceitáveis em que vive a maior parte de seus conterrâneos e afirmam a evidência de que as

desigualdades nascem do tipo de relação que muitas vezes lhe foi imposto.

Na periferia da América Latina ocorreu por volta de 1960, uma tomada de consciência. Neste período percebeu-se que o subdesenvolvimento dos países desenvolvidos, nada mais era do que o subproduto do desenvolvimento dos países desenvolvidos. Neste contexto aparece Paulo Freire, com sua *Pedagogia do Oprimido*, levando sobretudo os analfabetos, a tomarem consciência da situação de opressão em que viviam. O ideal de Paulo Freire era buscar erradicar o opressor introjetado neles mesmos, tornando-os sujeitos de seu próprio destino e agentes de uma sociedade inclusiva de todos (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 9). Ou seja, foi evidenciado por Paulo Freire, que “os oprimidos, em lugar de buscar a libertação [...] tendem a serem opressores também, ou subopressores”. De acordo com Freire, para o oprimido, o sonho do novo homem liberto, seria “eles mesmos, tornando-se opressores de outros” (FREIRE, 1977, p. 33). No âmbito das nações, a tomada de consciência visava romper com o desejo de se parecer com o opressor, de buscar tornar-se “desenvolvido”. Em outras palavras, a tomada de consciência, foi perceber que o estado de desenvolvimento nada mais era que resultado de um estado de opressão do outro, ou seja, o subdesenvolvido.

Como Gustavo Gutiérrez bem analisou em uma nota de sua obra *Teologia da Libertação*, “as políticas econômicas e sociais seguidas nos últimos [...] anos não permitiram resolver o problema da pobreza na América Latina, isto se deve à própria concepção do desenvolvimento em que se inspirou, [pois] seu objetivo constitui em fazer passar cada um dos países deste continente de um tipo de sociedade pré-industrial, a um tipo capitalista, moderno”. Ou seja, as nações subdesenvolvidas sonhavam tornarem-se cópias das nações desenvolvidas. Desta forma, “limita-se o problema a mero aspecto técnico”, ou seja, “deixa-se de lado sua dimensão humana, deixam-se intactas as fontes profundas da injustiça” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 170).

Abrindo um parêntese, em torno das “fontes profundas da injustiça”, apenas para citar algumas, destaca-se o “sufocante problema da dívida externa. Está claro que os países pobres não podem pagá-las, senão ao preço da vida e da dor de enormes camadas de sua população [...] o pagamento da dívida deixaria – já está deixando – milhões de pobres sem um lugar para dormir”. Como diz Gustavo Gutiérrez,

“muitas razões podem ser aduzidas para o perdão [da dívida externa]. Contudo, a mais decisiva é a ética, a vida e a morte de tantas pessoas” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 155). Além das questões educacionais, como bem analisa Gerhard Ludwig Müller, “acrescenta-se a precária formação, como forma humilhante de opressão consciente” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 162). Esta “séria causa da pobreza”, não é reconhecida, nem estudada, e muito menos corrigida. Os países que detém o conhecimento possuem um sentimento de “superioridade em relação aos países do assim chamado terceiro mundo”. De acordo com Müller, será que “não estão aí às raízes da exploração, tanto intelectual, quanto material?” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 162). Müller enfaticamente alerta-nos que pobreza, “não significa simplesmente o resultado de um infortúnio individual ou de uma incapacidade pessoal de dominar a vida, mas uma condição existencial estrutural e inegável que perturba a vida da maioria das pessoas” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 94).

Voltando ao desejo de nos tornarmos “desenvolvidos”, saliento as contribuições da gerente de Educação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), do Estado do Rio de Janeiro, Pólita Gonçalves, mostrando a inviabilidade deste projeto. Para ela “o próprio pensamento econômico dominante nas sociedades urbano-industriais, até bem pouco tempo, almejava que todo o planeta tivesse um padrão de consumo igual ao dos Estados Unidos”. Na visão de Pólita “hoje sabemos que isso é impossível, pois seriam necessários mais 2,5 planetas iguais a Terra” (GONÇALVES, 2011, p. 8). Portanto podemos dizer aqui, que se as nações desejarem ser “desenvolvidas”, ou seja, “imitarem seus opressores” em tudo, inclusive na produção, no consumo, e no modo de viver, o planeta não suportará. Isto nos faz refletir, sobre a possibilidade idealizada de que as nações subdesenvolvidas estariam trilhando o caminho do desenvolvimento, e que um dia todas se tornariam desenvolvidas, cópias fieis de seus opressores. Para o teólogo José Comblin, “a ecologia permite descobrir a impossibilidade de estender o atual *American way of life*, sem tornar inviável a vida na terra”. Não esquecendo que de acordo com Comblin, “as primeiras vítimas dos desastres ecológicos e dos desequilíbrios da produção são os pobres [...] eles serão os únicos capazes de lutar por um governo racional do planeta” (COMBLIN, 1996, p. 280-281). De acordo com Gustavo Gutiérrez, “cabe a toda a humanidade”, perceber que “o planeta Terra é um grande navio no qual todos somos passageiros [...] Nesse barco comum estão os que viajam na primeira classe e os que o fazem na terceira. Ninguém escapa

por certo, à tarefa de evitar a destruição da vida em nosso entorno natural” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 157).

Voltemos aos primórdios da Teologia da Libertação. Gustavo Gutiérrez entra no tema da economia, pelo viés do desenvolvimento, e do subdesenvolvimento, explorando a concepção da tomada de consciência, acima de tudo, consciência sobre a falácia das nomenclaturas: “desenvolvidos e subdesenvolvidos”. Pois, uma das causas da frustração em relação ao desenvolvimentismo de acordo com Gustavo Gutiérrez, “deveria ser buscada no fato do desenvolvimento, em perspectiva economicista e modernizante, ter sido frequentemente promovido por organismos internacionais em estreita relação com os grupos e governos que controlam a economia mundial” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 81-82). Sendo assim, para Gutiérrez (2000, p. 81-82),

... evitava-se cuidadosamente, atacar os grandes interesses econômicos internacionais e os de seus aliados naturais [...] os grupos dominantes [...] desenvolvimento passou a ser sinônimo de reformismo e modernização [...] os países pobres têm cada vez mais consciência de que seu subdesenvolvimento é subproduto do desenvolvimento de outros países, devido ao tipo de relação mantido atualmente com eles.

Situando a citação acima, nos dias atuais, podemos falar dos “grandes interesses econômicos”, os acordos de integração supranacional e de livre comércio. Na Europa (CEE), entre EUA, México e Canadá (NAFTA), e entre alguns países latino-americanos, (MERCOSUL). De acordo com o antropólogo Néstor Garcia Canclini (1996, p. 39), “suspeitamos [que] se trate apenas de arranjos entre empresários”. O livro *Para Além do Espírito do Império* nos provoca a pensarmos que nestes acordos comerciais, “aparece à exigência de que os produtos devem ser comercializados sem entraves, principalmente se favorecem os mais abastados, criam-se acordos de livre comércio. Todavia, para o povo comum, os seres humanos concretos, os pobres, os do Terceiro Mundo, sua mobilidade é cada vez mais restrita. Cai o muro de Berlim, os interesses capitalistas penetram a Europa Oriental, mas se edifica um [grande] muro para excluir os mexicanos pobres de acessar o mundo desenvolvido” (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 33).

Portanto continuando nossa análise, compreendemos que as nações não devem “imitar seus opressores”. Pelo contrário, o desenvolvimento, se é que podemos

chamá-lo assim, somente se dará “lutando por romper a dominação exercida” sobre as nações pobres, ou seja, dominação exercida “pelos países ricos”. Logo, de acordo com Gustavo Gutiérrez, “o desenvolvimento deve atacar as causas da situação, das quais a mais profunda é a dependência econômica, social, política e cultural de alguns povos em relação a outros, expressão da dominação de algumas classes sociais sobre outras”. Desta forma, fica cada vez mais claro que “a situação de subdesenvolvimento é resultado de um processo e, portanto, deve ser estudada em perspectiva histórica, isto é, em relação ao desenvolvimento e à expansão dos grandes países capitalistas” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 137-138).

Gustavo Gutiérrez (2000, p. 139), utilizando o pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Theotônio dos Santos define dependência como,

... uma situação em que certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, a relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países dominantes, podem expandir-se e auto-impulsionar-se, enquanto outros dependentes só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato, de qualquer forma, a atuação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes.

Pensemos inicialmente nas “estruturas de dependência”, que assim como a pobreza não é algo que simplesmente “acontece”, assim também a dependência não é um “infortúnio”, ou uma “incapacidade” administrativa. Mais do que isso, dependência é consequência da colonização da América Latina, com a destruição do trabalho autônomo dos índios, fazendo com que a América Latina, através do extrativismo, tornasse apenas fornecedora de matéria prima, para que a Europa e América do Norte tornassem-se os detentores do produto final. Podemos dizer que a dependência hoje, pode ser visualizada com maior clareza, através das multinacionais, que a partir de acordos comerciais de isenção de impostos, instalam-se na periferia do mundo, utilizando mão de obra barata, pagando baixos salários, se valendo do extrativismo de matéria prima. No caso da agricultura, percebe-se que o produto não é utilizado para matar a fome da população local, ao invés disto, vai para os supermercados de luxo,

tanto nacionais, como internacionais. Fica para os países que acolheram estas empresas, o ônus da poluição industrial, o desgaste e destruição do meio ambiente, a pobreza. Por outro lado, os lucros são arremetidos para suas sedes, ou seja, nos países desenvolvidos do primeiro mundo (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 95-96). Segundo Gerhard Ludwig Müller, “a prosperidade do centro condiciona o empurrão da América Latina para a periferia”, que produz de acordo com Müller, “a marginalização do terceiro mundo e uma pauperização de amplas massas populares” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 95).

Neste sentido percebemos com maior clareza o que intuímos no início desta pesquisa. Realmente “o subdesenvolvimento dos países pobres, como fato social global, aparece então em sua verdadeira face”, ou seja, “como o subproduto histórico do desenvolvimento de outros países”. Pois como bem explica Gustavo Gutiérrez “a economia capitalista leva ao estabelecimento de um centro e de uma periferia”, que geram “simultaneamente progresso e riqueza crescente para a minoria, e desequilíbrios sociais, tensões políticas e pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 137-138). Uma reflexão frequente nos dias atuais é a globalização da economia. Nestes tempos de economia mundial, Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano do desenvolvimento (BID), afirmou que “o século vindouro, será um século fascinante e cruel” (Apud, GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 121). Gustavo Gutiérrez, em sua mais recente obra, *Ao lado dos pobres*, de 2014, aponta que será fascinante para aqueles que possuem recursos, pois para estes as oportunidades são de “consumo ilimitado”, alta tecnologia e alto conhecimento científico. Agora não devemos esquecer que também será cruel, para os que “não pertencem ao clube”, neste sentido, será cruel para os “insignificantes da história”. Em outras palavras será fascinante pela abundância de recursos, e riqueza, e será cruel pela escassez e miséria cada vez maior. Segundo Gutiérrez, “o futuro imediato não será, na verdade, fascinante e cruel para as mesmas pessoas” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 121-122).

Podemos verificar neste exercício que fizemos de compreensão, que permanecem atuais, as análises feitas por Gutiérrez em 1971, pois num sentido geral ainda hoje “o desenvolvimento é visto como um processo social global que compreende aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais”. Por sua vez, “esta concepção procura mostrar a interdependência desses diferentes planos”, ou seja, “o avanço” ou crescimento de um deles acarretaria o avanço, ou crescimento dos outros, e

contrariamente, a estagnação de um deles, entravaria “o desenvolvimento dos demais”. Portanto, “considerar o desenvolvimento um processo global leva também a levar em conta todos os condicionamentos externos e internos da evolução econômica de um país e, a partir daí, avaliar a distribuição dos frutos e a mecânica das relações entre os agentes da vida econômica”. Sendo assim, chega-se “à conclusão de que a dinâmica da economia mundial leva simultaneamente à criação de maior riqueza para a minoria, e de maior pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 79).

Mesmo sabendo das imperfeições e limitações “do instrumental marxista, a teoria da dependência” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 104). Tomei a decisão de explorá-la nesta pesquisa, por julgar impossível falar da economia latino-americana em Gutiérrez, sem pelo menos nos familiarizarmos com as ideias desta teoria. Como diz Jung Mo Sung, “a teoria da dependência, era a teoria que melhor mostrava, na época, as causas de dominação da e na América Latina”. Ou seja, “isso significa que toda reflexão sobre teologia da libertação, tanto em termos da sua origem e o desenvolvimento, quanto no estudo de algum ponto mais específico, deve passar de uma maneira ou outra pela teoria da dependência e a situação da América Latina na década de 60 e 70” (SUNG, 2008, p.18). Além do que, a Teologia da Libertação, “está vinculada às possibilidades de transformação social e política, evidenciadas em especial entre os anos de 1960 e 1980”, possuindo referência central “a busca por uma sociedade igualitária, participativa e firmada nos princípios da justiça social”. Portanto “tal proposta representa, desde os primórdios, uma contraposição ao modelo econômico capitalista, devido ao seu caráter excludente e concentrador de riquezas para grupos minoritários, especialmente com a utilização dos países periféricos em relação aos centrais”. Desta forma a Teologia da Libertação “representou também uma contraposição à visão desenvolvimentista surgida nos anos de 1950”, pois trouxe um “novo referencial teórico de interpretação da realidade, baseado nos estudos científicos que emergiam especialmente no campo sociológico”. Ou seja, “a teoria da dependência” (RIBEIRO, 2010, p. 30 e 43). Na visão do teólogo Claudio de Oliveira Ribeiro, houve “falta de aprofundamento dos teólogos da libertação, no tema da teoria da dependência, especialmente ao adotarem uma visão bipolar, marcada pela simplificação: dominados x dominantes, e por uma mera rejeição do crescimento econômico como se fosse sinônimo de desenvolvimento, dessa forma perdeu-se a percepção da possibilidade de um desenvolvimento autônomo, não excludente” (RIBEIRO, 2010, p. 30 e 43).

Não podemos esquecer ainda, que a situação de dependência da América Latina, também é demonstrada pelo fato de que “os centros de decisão se encontram fora do subcontinente; daí poder afirmar-se que os países latino-americanos são mantidos em estado neocolonial”. Para Gustavo Gutiérrez “o subdesenvolvimento da América Latina” é, em grande parte como já vimos, “um subproduto do desenvolvimento capitalista do mundo ocidental”. Sendo assim “a interpretação da realidade latino-americana, em termos de dependência, é adotada e considerada válida, porquanto nos permite buscar uma explicação causal, denunciar a dominação e lutar por superá-la, com um compromisso em prol da libertação, que nos leve a uma nova sociedade”, sabendo inclusive que “a dependência latino-americana não é apenas econômica e política, mas também cultural”. (GUTIÉRREZ, 2000, p. 167-168).

Em relação ao aspecto da “dependência cultural”, podemos compreendê-la através das reflexões do antropólogo Néstor Garcia Canclini. Ele aponta que, “um dos circuitos socioculturais, em que a transnacionalização e as integrações regionais operam de maneira diferente, é por exemplo, o circuito histórico-territorial”. Ou seja, “o conjunto de saberes, costumes e experiências organizado ao longo de várias épocas, em relação com territórios étnicos, regionais e nacionais, e que se manifesta sobretudo no patrimônio histórico e na cultura popular tradicional”. Para Canclini “nas novas gerações, as identidades se organizam menos em torno dos símbolos históricos culturais, do que em torno dos de *Hollywood*”. Desta forma, “nas cidades os centros históricos perdem peso, as populações se disseminam: os jovens encontram nelas, em vez de núcleos organizadores, margens que inventam para si”. Sendo assim, “a identidade passa a ser concebida como o foco de um repertório fragmentado de *minipapéis*, mais do que como núcleo de uma hipotética interioridade, contida e definida pela família, pelo bairro, pela cidade, pela nação ou por qualquer um desses enquadramentos em declínio (CANCLINI, 1996, p. 37-39).

Gustavo Gutiérrez a partir das análises de Fernando Henrique Cardoso e Theotônio dos Santos reflete na impossibilidade de, “atualmente pensar na influência¹⁶ dos Estados Unidos como variável externa” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 139), pois “o sistema externo de dominação, de país a país, corta transversalmente a estrutura dependente e a interpreta, nesta medida, a estrutura externa passa a ser vivida como

¹⁶ Influência que atua sobre a estrutura econômica nacional determinando-a com escassas mediações por meio do comércio exterior e do financiamento externo

interna”. Sendo assim, devemos “pensar no imperialismo como fator estrutural, inserido e atuante a partir do seio [das] estruturas nacionais, conformando as raízes de uma dependência econômica, tecnológica, política e cultural”. Neste contexto “o imperialismo deixa de ser um fator que opera de fora das nações dependentes, para se transformar numa força atuante de dentro e implicada em toda estrutura nacional, o imperialismo nacionaliza-se, não pelos interesses que defende, mas por sua localização geográfica e implicação social, enquanto as classes dominantes se desnacionalizam”, formando um “desenvolvimento autônomo, e se ligam na defesa dos interesses imperialistas, com os quais compartilham lucros” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 139-140).

Para Néstor Garcia Canclini, “convém esclarecer que não se trata apenas à hegemonia dos capitais e empresas de origem norte-americanas, mas também na oferta e no gosto dos espectadores, que indicam que o controle econômico dos EUA, se associa ao apogeu de certos traços estéticos e culturais que não são exclusivos deste país”, mas que encontram na visão de Canclini, “um representante exemplar”, ou seja, “o fascínio por um presente sem memória e a redução das diferenças entre sociedades a um multiculturalismo padronizado, onde os conflitos, quando são admitidos, resolvem de maneira por demais ocidental e pragmática” (CANCLINI, 1996, p. 40-41). Desta forma, “caracterizar a América Latina como um continente dominado e oprimido leva, naturalmente, a falar de libertação e, sobretudo, a participar no processo que a ela conduz”. Para Gustavo Gutiérrez, “os grupos mais atentos, nos quais se impõe o que chamamos nova consciência da realidade latino-americana, creem que só pode haver desenvolvimento autêntico para a América Latina, na Libertação da dominação exercida pelos grandes capitalistas e, em especial, pelo país hegemônico: os Estados Unidos da América do Norte” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 145).

Gustavo Gutiérrez (2000, p. 20-21) na 9ª. Edição de *Teologia da Libertação*, em sua nova introdução, *Olhar de Longe*, verifica que,

... a teoria da dependência tão usada nos primeiros anos de nosso encontro com a realidade latino-americana, resulta hoje, apesar de suas contribuições, uma ferramenta curta, por não levar em conta a dinâmica interna de cada país, nem a vastidão que apresenta o mundo pobre [...] os cientistas sociais latino-americanos estão cada vez mais atentos a fatores que tempos atrás não estiveram na mira, e que expressam uma clara evolução na economia mundial [...] questões

como a impagável dívida externa por exemplo, chamam a atenção, apontam com precisão para o que está por trás dela e aperfeiçoam os meios de análise [...] é impossível encarar a pobreza que se vive na América Latina sem acompanhar o desenvolvimento dos problemas mais angustiantes e sem dar atenção ao que nos permite situá-lo no extenso e complexo contexto internacional [...] tudo isso exige aperfeiçoar nossos meios de conhecimento e apelar a outros novos; considerar a dimensão socioeconômica é muito importante, mas é necessário ir mais longe, nos últimos anos insistiu-se, e com razão, na oposição entre Norte desenvolvido e rico (capitalista e socialista) e o Sul subdesenvolvido e pobre.

Podemos verificar que tanto, “as ciências sociais, como todo conhecimento científico, acham-se em pleno processo”. Sendo assim, “a teoria da dependência deu uma contribuição muito importante à compreensão da realidade latino-americana, mas atualmente, ainda que alguns elementos dessa teoria permaneçam válidos, é objeto de diversas críticas”. Com razão, “tais observações derivam de que a situação internacional, assim como o processo interno de muitos países da região, sofreu variações significativas”. Portanto, como bem observou Gustavo Gutiérrez, “a teoria da dependência encontra, desde há pouco, um novo risco: o de sua aceitação, pelo menos verbalmente, por parte de representantes do sistema dominante”. Em sua ótica “é a velha política, de domesticação de termos e ideias, tendente a enfraquecê-los e fazê-los perder o cunho *subversivo* de ordem atual, é por certo pitoresco, que nos últimos anos a dependência se haja tornado tópico habitual de discussão em organismos, conferências e documentos legitimados pelo sistema”. Segundo Gutiérrez, “isto tem várias explicações”, uma delas podemos dizer é “de ordem tática: ante uma penetração tão maciça e aberta é aconselhável tranquilizar a opinião pública reconhecendo uma parte do problema”. Não adiantam argumentos, “enquanto nada se faz para deter o processo de fundo”. Outra explicação, “como no caso da reforma agrária, trata de liquidar certas formas já extintas de dominação externa, próprias da etapa clássica do ciclo agroexportador, ao mesmo tempo, que se restringe o eventual ingresso na área de outras potências competidoras”, ou seja, “trata-se na realidade dos mesmos sutis mecanismos de defesa empregados pelas sociedades dominantes, que fizeram da rebeldia e do protesto bem-sucedidos, artigos de consumo” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 144-145).

Como pudemos perceber, a discussão econômica surge na teologia da libertação, bem como nos escritos de Gutiérrez, como uma crítica aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, como vimos, juntamente com a utilização da teoria da dependência econômica, que foi muito utilizada e concedeu importantes contribuições nos primeiros anos da teologia da libertação. Gustavo Gutiérrez em seu mais recente trabalho, em conjunto com Gerhard Ludwig Müller, *Ao lado dos pobres*, enfatiza, que apesar das inquestionáveis contribuições, “revela-se hoje uma ferramenta de curto alcance”, pois surgiram novos fatos e novas formas de dependência, cujas teorias iniciais não abarcavam. Ou seja, “uma coisa é o fato da dependência, que em muitos aspectos cresceu, e outra é a teoria que interpretou essa realidade em um dado momento. O que caracteriza um conhecimento que busca ser rigoroso, inclusive em terrenos arenosos como o social, é estar aberto a novas hipóteses e possibilidades” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 124).

Um segundo ponto que aparece nas análises econômicas de Gutiérrez, é a percepção que ele nos traz de que “até agora o estado da sociedade humana ainda é violento, portanto instável e vacilante, pois se baseia em classes de tendências diversas contrárias entre si e, por isso, inclinadas a inimizades e lutas”. Tudo isto porque “o mercado de trabalho, a oferta e a procura separam os homens em duas classes, como em dois exércitos, e a disputa de ambas transforma esse mercado em campo de batalha, onde um em frente ao outro lutam cruelmente, trata-se de um fato que o cristão não pode ignorar e diante do qual deve manter claras as exigências evangélicas” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 337-338). Pois como diz Gustavo Gutiérrez (2000, p. 337-338), a partir da encíclica sobre o trabalho humano, assinada por João Paulo II, que,

... o problema do trabalho foi encarado no contexto do *grande conflito*, que na época do crescimento industrial e junto com este, se manifestou entre o mundo do capital e o mundo do trabalho, isto é, entre o grupo restrito, mas muito influente dos empresários, proprietários ou detentores dos meios de produção e a mais vasta multidão de pessoas que não dispunham desses meios e que participava em contrapartida, do processo produtivo exclusivamente mediante o trabalho [...] situação [que] é provocada pela exploração dos trabalhadores por parte do grupo de empresários, guiado pelo lucro máximo.

Pensemos inicialmente, que “o termo pobreza designa em primeiro lugar, a pobreza material, ou seja, a carência de bens econômicos necessários para uma vida humana digna desse nome, nesse sentido, a pobreza é considerada algo degradante e é rechaçada pela consciência do homem contemporâneo”. Algo que chama a atenção é que mesmo entre os que “não estão e os que estão conscientes das causas profundas dessa situação consideram que se deve lutar contra a pobreza”. Existe profunda exploração dos menos favorecidos, onde os que detém o poder buscam como fruto desta exploração, o lucro máximo. Portanto se colocar contra a exploração, se colocar contra os lucros abusivos, seria buscar “à grande aspiração de homens e mulheres”, em querer “libertar-se da sujeição”, e por fim “eliminar a exploração do homem pelo homem e criar riqueza para todos” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 347).

Verificamos que nos escritos bíblicos, inspirados pelas reflexões de Gustavo Gutiérrez, que a Bíblia, condena o comércio fraudulento, a exploração, a ocupação violenta das terras, a justiça venal, a violência das classes dominantes, a escravidão, os impostos injustos, os funcionários extorsionário, e a opressão dos ricos sobre os pobres. Gustavo Gutiérrez aponta que nos textos bíblicos também existem, “uma minuciosa legislação orientada a impedir a acumulação de riqueza e a consequente exploração”, uma demonstração disto são as orientações para que após a colheita, designando que, o que ficar no campo “não deverá ser procurado nem buscado, será do estrangeiro, do órfão e da viúva”, e que não deve ser ceifado “até a extremidade do campo, para que fique algo para o pobre e o estrangeiro”, não deixando de fora nem o descanso, que para Gutiérrez “adquire um sentido social, para descanso do servo e do estrangeiro”, também “proíbe-se o empréstimo com juros”. O respeito ao homem e a natureza são evidentes, como descanso da terra, pois “de sete em sete anos as terras serão deixadas em repouso, para que comam os pobres, [...] no sétimo ano os escravos recobrarão a liberdade e serão perdoadas as dívidas” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 353).

Sabidamente Gustavo Gutiérrez (2000, p. 353) evidência que,

... a pobreza contradiz o próprio sentido da religião mosaica, [pois] Moisés tirou seu povo da escravidão, exploração e alienação do Egito, para levá-lo a uma terra onde pudesse viver com dignidade humana. A missão libertadora de Moisés liga estreitamente a religião de Javé e a supressão da servidão.

De acordo com o pensamento de um grupo de sacerdotes ligados à paróquia Universitária de Santiago (Apud, GUTIÉRREZ, 2000, p. 173-174),

O sistema capitalista mostra uma série de elementos contra o homem, o socialismo, muito embora não se livre das injustiças procedentes de atitudes pessoais, das ambiguidades inerentes a todo sistema, oferece, mediante uma mudança nas relações de produção, uma igualdade fundamental de oportunidades, a dignificação do trabalho, o trabalhador, além de humanizar a natureza, faz-se ele próprio mais homem, o desenvolvimento conjunto do país em benefício de todos, especialmente dos mais desfavorecidos, a valorização das motivações morais e solidárias além do interesse individual.

Na compreensão de Gustavo Gutiérrez, “a transformação do ser humano aparece como tarefa simultânea”, ou seja, “ao transformar a estrutura econômica, se trabalha com o mesmo ardor em transformar o homem”. Sendo assim, Gutiérrez não crê “que o homem se torne automaticamente menos egoísta”. Mas acredita que “estabelecido um fundamento econômico-social de igualdade, é possível trabalhar mais seriamente pela solidariedade humana que em uma sociedade dilacerada pela desigualdade” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 174).

Gustavo Gutiérrez amplia sua análise, incluindo sua percepção da presença do pecado estrutural em meio à exploração, a desigualdade e a miséria. A questão do pecado, como novo componente de análise da economia e da sociedade, que é agregado por Gutiérrez, “não se trata na perspectiva libertadora do pecado como realidade individual, privada e intimista, afirmada o suficiente para necessitar uma redenção espiritual, que não questiona a ordem em que vivemos”. Mas “trata-se do pecado como fato social, histórico, como ausência de fraternidade, de amor nas relações entre homens, ruptura da amizade com Deus e com os homens, e, em consequência, cisão interior, pessoal” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 235). Ou seja, “causa última de injustiça e da opressão entre os seres humanos, e o é igualmente de toda a ausência de liberdade pessoal” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 142).

Gustavo Gutiérrez (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p.128) em seu novo livro *Ao lado dos pobres*, aprofunda-se:

Nesse terreno, uma importante tarefa para a reflexão teológica é mostrar quais ‘estruturas de pecado’ [...] existem na ordem econômica atual: ou seja, quais elementos de ruptura da amizade com Deus estão presentes nas estruturas socioeconômicas que criam e conservam desigualdades injustas entre as pessoas. O pecado, não alcançável por meio de uma simples análise social, é, efetivamente, para uma reflexão cristã, a raiz de toda injustiça social. Particular atenção devem merecer os elementos idolátricos, alojados no fato e nas justificações, do primado do lucro, bem como caráter absoluto do mercado.

Gutiérrez ainda verifica que “libertação do pecado na medida em que este significa um dobrar-se egoísta sobre si mesmo: pecar é negar-se a amar a Deus e aos outros” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 142). Sendo assim, ainda pensando em pecado, “interessa-nos de modo especial à questão da exclusão dos mais pobres, irrelevantes para o sistema econômico dominante” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 128). Resumindo “o pecado acontece em estruturas opressoras, na exploração do homem pelo homem, na dominação e na escravidão de povos, raças e classes sociais”. Ou seja, o pecado “surge como a alienação fundamental, como a raiz de uma situação de injustiça e exploração”. É por isso que “o pecado exige uma libertação radical, mas esta inclui necessariamente uma libertação política”. Neste aspecto Gutiérrez nos adverte que “é interessante recordar a comparação feita por Karl Marx, na obra *Das Kapital, Berlim, 1969*, entre pecado e propriedade privada dos meios de produção: Este acúmulo primitivo desempenha na economia política, mais ou menos o mesmo papel, que o pecado original na teologia, [onde] Adão mordeu a maçã e eis que o pecado fez sua entrada no mundo”. Gutiérrez explica que é neste contexto de pecado “que o trabalhador é separado, alienado, do fruto de seu trabalho” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 235).

Considerações intermediárias

Chegando as considerações, podemos dizer que uma coisa é sabida, “enquanto as nações desenvolvidas terão, na década 1960-1970, aumentado suas riquezas em 50%, o mundo em desenvolvimento, que abrange dois terços da população

mundial, continuará a debater-se na miséria e na frustração”. Sendo assim, pudemos ver que “a ótica desenvolvimentista mostrou-se ineficaz e insuficiente para interpretar a evolução social e política do continente latino-americano”. A partir das análises de Gustavo Gutiérrez, pudemos verificar que, “não há possibilidade histórica alguma de se constituírem sociedades que alcancem o mesmo grau de desenvolvimento das que são desenvolvidas, [pois] o tempo histórico não é unilinear, não há possibilidade de uma sociedade se deslocar para etapas anteriores das sociedades existentes, todas as sociedades se movem paralelas e juntas em direção a uma nova sociedade” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 136-137). Sendo assim, “chega-se assim à conclusão de que a dinâmica da economia mundial leva simultaneamente à criação de maior riqueza para a minoria, e de maior pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 79). Ou seja, para Gutiérrez, “a economia capitalista leva ao estabelecimento de um centro e de uma periferia, e geram simultaneamente progresso e riqueza crescente para a minoria, e desequilíbrios sociais, tensões políticas e pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 137- 138). Baseado nas discussões de Medellín, Gutiérrez verifica que “poucos tem muito (cultura, riqueza, poder, prestígio), enquanto muitos tem pouco” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 336-337).

4. Gustavo Gutiérrez e a utopia do Reino de Deus.

Introdução

Segundo Gustavo Gutiérrez, o termo utopia, foi se “degradando, até se tornar, na linguagem corrente, sinônimo de ilusão, falta de realismo, algo irracional”. O que Gutiérrez nos chama a atenção é que “hoje, porém, quando surge ou se faz mais consciente, em todos, uma profunda aspiração à libertação”. Logo, o termo “adquire outra vez atualidade”. Gutiérrez a partir das análises de H. Marcuse, diz que: “o que se denuncia como utópico, não é mais aquilo que não tem chance, nem pode tê-la no mundo histórico, mas aquilo cujo aparecimento se acha bloqueado pelo poder das sociedades estabelecidas”. Desta forma “a utopia, contrariamente ao que o uso corrente sugere, é marcada por sua relação com a realidade histórica presente”. Gutiérrez, ao garimpar o verdadeiro significado do termo, focaliza Thomas Morus, para ressaltar que a original noção de utopia ¹⁷, “é uma cidade do futuro, algo por realizar, não um regresso a um paraíso perdido”. Verificamos que “a utopia significa necessariamente uma denúncia da ordem existente”. Portanto utopia “trata-se de uma rejeição global, que pretende ir à raiz do mal, por isso [ela] é revolucionária”. Baseado em Eric Weil e Paul Ricoeur, Gutiérrez diz que “as revoluções surgem quando o homem está descontente com seu descontentamento”, e que neste sentido, “a utopia é enganosa quando não está articulada concretamente com as possibilidades oferecidas em cada época” (HOUAISS, 2001, p. 2817; GUTIÉRREZ, 2000, p. 297-299). Para Gutiérrez (2000, p. 299-300), a utopia não é irracional, pelo contrário,

...assume o relevo de verdadeira razão [...] as utopias surgem com renovada energia em momentos de transição e de crise, quando a etapa em que se encontra a ciência chega ao auge em sua explicação da realidade social e quando se abrem novos caminhos para a práxis histórica. A utopia assim compreendida, não é oposta nem exterior à ciência, ao contrário, constitui o núcleo de sua criatividade e seu dinamismo. É o prelúdio da ciência, seu anúncio, a construção teórica que permite conhecer a realidade social, e torna eficaz a ação política exige a mediação da imaginação criadora [...] imaginação chama-se utopia.

¹⁷ “Etimologicamente do latim, nome dado por Thomas Morus (humanista inglês, 1477-1535) a uma ilha imaginária, com um sistema sociopolítico ideal”.

4.1 Explorando os horizontes utópicos.

Gustavo Gutiérrez, analisando e refletindo sobre o tema da utopia, no seu clássico *Teologia da Libertação*, primeiro detecta que o termo “voltou a ser empregado nas últimas décadas para designar o projeto histórico de uma sociedade qualitativamente distinta e exprimir a aspiração ao estabelecimento de novas relações sociais, entre os seres humanos”. De acordo com Gutiérrez, “foram e ainda são dedicados numerosos estudos ao pensamento utópico como elemento dinâmico do devir histórico da humanidade”, ou seja, a constante mudança da humanidade, “o que não se pode esquecer, no entanto, que o que realmente lhe dá vigência, e faz ver sua fecundidade é a experiência revolucionária de nossa época” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 296-297). Portanto vale lembrar que para Gutiérrez (2000, p. 269),

... sem o respaldo da vida, e da morte de muitos homens e mulheres, que rejeitando uma ordem social injusta e alienante, se lançam na luta por uma nova sociedade, o tema da utopia não passaria de discussão acadêmica.

Gutiérrez, “assume o conceito de utopia como sinônimo de projeto histórico de uma sociedade qualitativamente diversa”. Nesta lógica é que “a utopia é revolucionária, não reformista”. Em outras palavras, no pensamento de Gutiérrez, “a utopia de vida plena para todos, é uma utopia mobilizadora da história que poderá se tornar real na história. O fundamento desta possibilidade é segundo ele a promessa de Deus” (SUNG, 2008, p. 211-213). Jung Mo Sung (2008, p. 213), observa que Gutiérrez,

... só consegue perceber duas possíveis posições em torno da questão da utopia: a defesa da conservação da atual situação, sem nenhuma utopia e um pretense realismo com a acusação de que a utopia é uma ilusão; e a posição de se opor à atual ordem e veicular uma utopia que mobiliza a história e que poderá se tornar historicamente real.

Podemos pensar: O que distingue a utopia da Ideologia? Gustavo Gutiérrez responde, dizendo que “o termo ideologia tem longa e desastrosa história e é entendido de maneiras muito diversas, pode-se, estar basicamente de acordo para afirmar que a ideologia não proporciona conhecimento adequado e científico da realidade, antes mascara”. Para Gutiérrez, “a ideologia, não supera o nível do empírico, do racional, por isso cumpre espontaneamente a função de conservação da ordem

estabelecida”. Segundo Gutiérrez, por outro lado, a utopia, “conduz a um conhecimento autêntico e científico da realidade e a uma práxis transformadora do existente” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 300).

Segundo Gustavo Gutiérrez, “fé e ação política, só entram em relação correta e fecunda por meio do projeto de criação de um novo tipo de pessoa em uma sociedade diferente”. Ou seja, “por meio da utopia”. Para Gutiérrez, “esse projeto é o palco da luta por melhores condições de vida”. Portanto, “a libertação política apresenta-se como um caminho para a utopia de um homem mais livre, mais humano, protagonista de sua própria história”. Utilizando o pensamento de *Che Guevara* (Apud, GUTIÉRREZ, 2000, p. 303),

... o socialismo, agora, nesta etapa de construção do socialismo e do comunismo, não foi feito simplesmente para ter fábricas aparatosas, está-se fazendo para o homem integral. O homem deve transformar-se conjuntamente com a produção que promove [se] não nossa tarefa não seria adequada, se fôssemos apenas produtores de artigos e não, simultaneamente, produtores de homens.

Para Gustavo Gutiérrez, neste discurso aparece a ideia, de que “o importante na construção de uma nova sociedade é aumentar a produtividade e aumentar dia a dia a consciência”. Portanto a utopia assim compreendida, ao invés “de fazer do lutador político um sonhador, radicaliza seu compromisso e ajuda-o para que sua obra não traia seu propósito”. É um “encontro real entre todos no seio de uma sociedade livre e sem desigualdades sociais” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 303-304). Desta forma “o projeto histórico, a utopia da libertação como criação de uma nova consciência social”, é uma “apropriação social, não apenas dos meios de produção, mas também da gestão política”. Portanto é o “lugar próprio da revolução cultural”, isto é, “da criação permanente de uma pessoa nova numa sociedade diferente e solidária”. De acordo com Gutiérrez, “por essa razão, essa criação é o lugar de encontro da liberdade política e da comunhão de todos com deus, comunhão que passa pela libertação do pecado, raiz última de toda injustiça, de toda espoliação, de toda dissidência”. Pois “a fé anuncia que a fraternidade humana, que se busca por meio da abolição da exploração do homem pelo homem é algo possível, e que não são vãos os esforços para alcançá-la, que Deus nos chama a ela e nos garante sua plena realização, que o definitivo se está construindo no provisório”. Segundo Gutiérrez “no amor humano há uma densidade da qual o ser

humano não suspeita: nele se dá o encontro com o Senhor”. Para Gutiérrez, “se a utopia dá um rosto humano à libertação econômica, social e política, à luz do Evangelho, esse rosto humano é revelador de Deus”. Ou seja, “se praticar a justiça nos leva ao conhecimento de Deus, encontrá-Lo é, por sua vez, uma exigência de compromisso”. Baseado em Paul Ricoeur, Gutiérrez enfatiza que “apenas a utopia, pode dar à ação econômica, social e política um enfoque humano” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 304-305).

De acordo com o *Dicionário do Movimento Ecumênico*, em 1910, Sloane Coffin, da tradição do evangelho social, afirmou, que “o ideal ético do cristianismo é o reino de Deus, uma ordem social redimida sob o reinado de Deus ao modo de Cristo na qual cada relacionamento é à semelhança de Cristo, e cada indivíduo, e grupo social, a família, a organização comercial, o estado, vêm não para ser servido, mas para servir, é perfeito, e a totalidade da sociedade humana encarna o amor de Deus, uma vez incorporado em Jesus de Nazaré”. Da mesma forma, ao se estudar os primórdios da Teologia da Libertação, percebe-se que, “o reino serve como paradigma central para a condição humana, onde todas as pessoas participam da salvação total de Deus como sujeitos em liberdade, igualdade e justiça; uma salvação da qual a igreja deve ser provisoriamente um sinal ativo e promessa no *Kairós*¹⁸ divinamente habilitado das atuais situações de morte” (LOSSKY; BONINO, 2005, p. 963-964).

Não podemos negar que Gustavo Gutiérrez trouxe a ideia que “a atitude dos cristãos estará baseada em que, para eles, a aceitação do Reino passa pela construção de uma sociedade justa”. Sendo assim na compreensão de Gutiérrez, se nosso continente latino-americano promove “uma grande batalha contra a miséria, os cristãos, que devem estar comprometidos com isso, sentirão que o que se conseguir será uma primeira realização do Reino proclamado por Jesus”. Para Gutiérrez “em outras palavras, o Evangelho de Cristo passa hoje (década de 1970) pelo esforço de muitos homens por fazer justiça”. Gutiérrez a partir do pensamento do Bispo de Puerto Montt, D. Jorge Hourton, aponta que “este fato constitui uma grande esperança e uma grande responsabilidade para todos os trabalhadores e suas organizações”, ou seja, “colaboração ativa e vigilante para que tornemos realidade uma sociedade mais justa que permita a libertação integral dos oprimidos por um sistema desumano e anticristão como é o capitalismo” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 174).

¹⁸ **Kairos** - *καιρός* – primariamente medida de vida, proporção devida, quando usado acerca de tempo, significava um período fixo ou definido, estação, temporada, às vezes um tempo oportuno ou apropriado.

Quero abrir um parêntese nesta discussão para verificar a proximidade da compreensão de socialismo, com o Reino de Deus. O que parece ser a intuição de Gutiérrez. Na Revista Eclesiástica Brasileira, na década de 1980, Leonardo Boff (BOFF, 1987, p. 680; Apud, RIBEIRO, 2010, p. 62-63) diz que em sua visita a URSS,

... tem-se a impressão de uma sociedade austera, limpa, saudável e ética. Não se encontra pobres nas ruas, nem favelas, nem a propaganda em função do consumo, nem sequer a propaganda do próprio socialismo. Há um despojamento de tudo o que é supérfluo, e um atendimento bastante satisfatório de tudo o que é necessário. As pessoas encontram a infraestrutura da vida amplamente realizada: trabalho para todos, saúde para todos, comida para todos, moradia para a grande maioria da população.

A partir deste texto, é interessante recorrermos a Claudio de Oliveira Ribeiro, que percebe que em textos como este “as críticas ao modelo socialista praticamente inexistem, e quando ocorrem, as justificativas logo são apresentadas, até a questão do ateísmo do Estado”, se torna uma discussão, que “estaria naquele momento mais de acordo com a tendência da reflexão mais avançada, que é reconhecer o estatuto antropológico da religião, respeitar-lhe o caráter originário e garantir-lhe o espaço social que lhe convém”. Ribeiro ainda revela que “os escritos sobre Cuba seguem a mesma tendência”. Sabemos que “não é possível fazer especulações sobre supostos motivos que levaram esses teólogos a não divulgarem, mais exaustivamente, críticas ao socialismo real”. Segundo consta, “os relatos de admiração em relação às conquistas sociais da União Soviética e Cuba seriam uma maneira pedagógica de se contrapor ao influxo predominante da propaganda capitalista”. Ribeiro identifica que “em momento algum foi afirmado por eles que o socialismo é o Reino de Deus”. Todavia, ele observa que “a forma como descreveram a situação social da URSS e de Cuba, dados os entusiasmos, a apologia e a valorização ‘positiva desses regimes, e o significado prático e simbólico das afirmações, marcam a proximidade entre o socialismo real, Reino de Deus e Teologia da Libertação”, algo que Claudio Ribeiro interroga: “se nos anos 1980, não haveria uma inclinação idolátrica na identificação das aspirações da fé cristã, compreendida sob os princípios da Teologia da Libertação, com as conquistas sociais éticas do socialismo naquele período?” (RIBEIRO, 2010, p. 62-63).

Enfim, não temos uma resposta enfática, mas podemos intuir. Clodovis Boff (BOFF, 1989, p. 130-140; Apud, SUNG, 2010, p.198), escreveu alguns meses antes da queda do Muro de Berlim:

... o socialismo não constitui um mero projeto, um simples ideal histórico, mas é a expressão do processo real da história, não há, pois, outra saída objetiva, o povo de resto, está sendo empurrado nessa direção pela própria realidade, como mostra o processo histórico das últimas nações que se emanciparam [...] a comunhão de bens, de que o socialismo é hoje a forma moderna, foi e continua sendo o grande ideal social dos cristãos, e que fica claro, que o cristianismo está reencontrando suas raízes socialistas, enquanto isso, o socialismo está se abrindo para a dimensão ético-religiosa.

Não podemos esquecer que “a crise do descompasso ou da não adequação” entre as experiências concretas, e as proposições da Teologia da Libertação, “se tornaram mais claras para muitas outras pessoas com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do bloco socialista”. Para Jung Mo Sung, “a razão disso é que setores significativos do cristianismo de libertação viam no socialismo o caminho de superação das injustiças do capitalismo” (SUNG, 2010, p. 197-198). As avaliações feitas por Claudio de Oliveira Ribeiro “confirmaram certa intuição de que a Teologia da Libertação nos anos de 1980, em especial em seus setores majoritários e autores mais divulgados, apresentou uma tendência em identificar demasiadamente o Reino de Deus, com o socialismo. Isso se deu pela forma como o uso do instrumental marxista, foi feito e pela referência, prático-política de teólogos da libertação, às experiências do chamado socialismo real, tanto na Europa como na América Latina”. Para Ribeiro “os teólogos da libertação não afirmaram que o socialismo é o Reino de Deus, portanto suas perspectivas não podem ser avaliadas teologicamente como idolátricas”. Segundo ele “evidenciando nos anos de 1980, certo reducionismo nas análises sociais”. Para Claudio Ribeiro, “soma-se a isso a constatação de crise teológica, e certo messianismo que superdimensiona a historicidade do Reino” (RIBEIRO, 2010, p. 64-65).

Podemos ver semelhanças destas intuições, quando Gustavo Gutiérrez diz que “o conflito graça-pecado, a vinda do Reino, a espera da *Parousia*¹⁹, são

¹⁹ Termo *Parousia* significa “chegada”, “presença com”, é usado para descrever, por exemplo, a presença de Jesus com os discípulos no monte da transfiguração em 2 Pedro 2:16; Quando usado para aludir à

também, necessária e inevitavelmente, realidades históricas, temporais, terrenas, sociais, materiais”. Conforme análise de Gustavo Gutiérrez (2000, p. 225),

Os profetas anunciam um reino de paz. A paz supõem o estabelecimento da justiça: produto da justiça será a paz, o fruto da equidade, perpétua segurança [...], a defesa do direito dos pobres, o castigo dos opressores, uma vida sem temor de ser escravizados por outros a libertação dos oprimidos. Paz, justiça, amor, liberdade não são realidades intimistas, não são apenas atitudes interiores, são realidades sociais, portadora de uma libertação histórica. Uma espiritualização mal-entendida fez-nos, amiúde, esquecer a carga humana e o poder transformador das estruturas sociais injustas de que estão repletas as promessas escatológicas. A supressão da miséria e da exploração é um sinal da vinda do Reino. Este se fará presente, segundo o livro de Isaías, quando houver alegria e regozijo no povo, porque edificarão casas e habitá-las-ão, plantarão vinhas e comerão seus frutos. Não edificarão para que outro habite, não plantarão para que outro coma... meus eleitos desfrutarão o trabalho de suas mãos [...] porque não se lhes arrebatará o fruto de seu trabalho. Lutar por um mundo justo, no qual não haja opressão nem servidão, nem trabalho alienado, será o significado da vinda do Reino, [pois] Reino e injustiça social são incompatíveis.

Analisando o texto acima recorro ao *Dicionário Teológico de Daniel G. Reid*, ali encontro que no *Testamento de Moisés do século I d.C.*, apócrifo do Antigo Testamento, “o reino parece ser terreno, dá a impressão de não ter um Messias, e é introduzido pelo arrependimento”. Sendo assim, “o reino aguardado, significará glória para Israel, e castigo para os gentios”. Da mesma forma a segunda visão do livro apócrifo *2 Apocalipse de Baruque*, “o Messias, aniquilará o inimigo”, na terceira visão desta literatura, “a prosperidade e a alegria absoluta chegam após a aniquilação dos inimigos de Israel pelo Messias”. Lembrando que esta visão inicia-se com a instauração de “uma época de prosperidade para aqueles que forem encontrados nesta terra, e tiverem chegado à consumação dos tempos”. O Reino descrito por Gustavo Gutiérrez, é também semelhante à literatura apócrifa judaico-cristã, “*Oráculos Sibilinos do século II a.C.*”. Que ao tratar do Reino de Deus, “exorta o povo ao viver justo como condição para

vinda de Cristo, significa não “vinda momentânea” aos santos, mas “Sua presença” com eles a partir daquele momento.

Deus erguer seu reino por todas as eras sobre os homens”. Esta literatura também “descreve o Messias como um Homem Bendito, vindo das planícies do céu”. Neste reinado, “haverá paz, fartura e prosperidade, de que até mesmo o mundo animal participará” (REID, 2012, p. 1064).

Fechando este parêntese, verificamos que estas “avaliações parecem indicar que, em especial nos anos de 1980, os setores hegemônicos da Teologia da Libertação não estiveram atentos o suficiente para a associação do marxismo com o totalitarismo. Isso possibilitou, em especial no campo prático, tendências idolátricas no tratamento e na avaliação dos projetos políticos históricos, como é o caso do socialismo”. Para Claudio de Oliveira Ribeiro “o reducionismo no momento de compreender a realidade, o maniqueísmo presente nas formas de interpretação e de discernimento dessa mesma realidade e as propostas pouco plurais de ação tendem a reduzir, no plano teórico, a compreensão de Reino” (RIBEIRO, 2010, p. 66).

Discordo que o socialismo, não poderia se aproximar do conceito de Reino de Deus. Poderia sim, mas acredito que a grande questão é que mesmo se aproximando, não significa perfeição, pois é tentativa humana, e como diz Gutiérrez, “não só há redução do crescimento do Reino ao progresso temporal”. E “graças à palavra acolhida na fé, é-nos revelado o pecado, obstáculo fundamental ao Reino, como a raiz de toda miséria e injustiça; e o sentido do crescimento do Reino nos é manifestado como condição última de uma sociedade justa e de um homem novo”. Sendo assim “a essa raiz e condição última só se chega pela aceitação do dom libertador de Cristo, que supera toda expectativa”. Logo “toda luta contra a exploração e a alienação, numa história que é fundamentalmente uma, é uma tentativa de afastar o egoísmo, negação do amor; por isso, todo esforço para construir uma sociedade justa é libertador, de uma libertação que afeta por aproximações, mas efetivamente, a alienação fundamental, é obra salvadora, embora não seja toda a salvação”. Bem sabemos que “como obra humana, não estará isenta de ambiguidades, tampouco o estará à obra considerada estritamente religiosa, porém, isso não enfraquece nem sua orientação de base, nem seus resultados objetivos” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 237).

Gustavo Gutiérrez faz uma crítica em seu mais recente livro, *Ao lado dos pobres* de 2014, ali ele é enfático em demonstrar que a economia também utiliza

conceitos utópicos, como a “mão invisível”, que autorregula o mercado. Gutiérrez (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 154) diz:

Diante de uma ordem econômica apresentada como ordem natural que se autorregula – movido pela famosa mão invisível – em benefício de todos, que faz do lucro e do consumo um motor incondicional da atividade econômica, que depreda a terra e está em busca de lugares onde depositar o lixo industrial, a declaração de que os bens deste mundo têm um destino universal deve ser trabalhada e aprofundada.

Yoshihiro Francis Fukuyama (Apud, SUNG, 2010, p. 30-31), filósofo e economista de grande destaque no governo de Ronald Reagan, afirma que com a queda de setores importantes do socialismo,

... está definitivamente provado que o sistema de mercado capitalista é o ápice da evolução da história humana, e estamos a um passo de adentrar na Terra Prometida [...] o segredo do Paraíso, a satisfação de todos os desejos humanos, está no progresso infinito, que possibilita a acumulação infinita de riqueza.

De acordo com Jung Mo Sung, só não nos explicam, “como o ser humano que é finito, trabalhando a natureza, que também é finita, pode chegar à acumulação infinita”. Sem dúvidas, isto pressupõe “uma fé num ser supra-humano, ou numa lei da história também supra-humana, que faça essa passagem”. Para Jung Mo Sung, além do texto acima, “outros pensadores liberais e neoliberais, [creditam] à tecnologia, essa capacidade mágica” (SUNG, 2010, p. 30-31). Jung Mo Sung, ainda salienta que “essa mágica que transforma o egoísmo em solidariedade, seria realizado pela mão invisível do mercado” de Adam Smith. Jung Mo Sung aponta que Adam Smith “elaborou uma teoria moral e antropológica que serviu para toda economia liberal e neoliberal”, para Smith “uma das características específicas da natureza humana, que a diferencia dos outros animais, é a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SUNG, 2008, p.151), é o ente “sobre-natural”, que Gutiérrez critica, ou seja, “o ser supra-humano, capaz de realizar a acumulação ilimitada, a satisfação de todos os desejos e a unidade da humanidade”.

Considerações intermediárias

Pelo que entendemos a crítica de Gutiérrez, é que se o mercado utiliza perspectivas utópicas, que geram sofrimento, porque o cristianismo não poderia utilizar utopias que geram uma luta por uma vida mais digna da humanidade? Sabemos que toda tentativa humana de realizar o paraíso apenas por intermédio humano, de acordo com Jung Mo Sung, é “idolatria”²⁰. Sendo assim, Sung enfatiza que “diante desta inversão idolátrica de tantos valores humanos e cristãos; diante de um sistema econômico que diviniza uma instituição humana, o mercado, e em seu nome exige sacrifícios de vidas humanas em troca da promessa de acumulação ilimitada da riqueza; Qual deve ser a atitude dos cristãos? Qual é a contribuição que a fé cristã pode dar na luta contra esse império?” (SUNG, 2010, p. 39 e 40).

Certamente que terminamos esta reflexão, com a resposta de Gutiérrez, mostrando que a utopia cristã não se trata como muitos pensam, apenas “de uma visão ilusória e romântica de convivência social. É, antes, um enfoque chamado a mobilizar as energias pessoais por razões de fé no Deus da vida, da solidariedade humana e também – é importante demarcar – por eficácia histórica”. Segundo Gustavo Gutiérrez (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 154-155),

Caso se queira, esta é uma perspectiva utópica, mas no sentido realista do termo, que rejeita uma situação desumana e se propõe relações de justiça e de cooperação entre as pessoas. Empregue-se ou não o termo utopia, o importante é não se conformar com o sofrimento, a fome, a falta de liberdade de tantos e a ausência de transparência democrática em muitas nações. É substancial, também, estarmos convencidos de que os progressos reais da humanidade nos permite vislumbrar a possibilidade de forjar uma situação diferente da atual.

²⁰ Em Isaías 44.13 e 17 e em Jeremias 10.5, encontramos que: “O carpinteiro estende a régua sobre a madeira, e com um lápis esboça um deus; dá-lhe forma com o cepilho, e torna a esboça-lo com o compasso, faz um deus a semelhança de um homem, segundo a forma de um homem; ajoelha-se diante dela e se inclina, e lhe dirige a sua oração, e diz: Livra-me; tú és o meu deus. Como espantalho num pepinal, não podem falar, necessitam de quem os leve, pois não podem andar”.

Capítulo II Jung Mo Sung e a releitura em busca da preparação da segunda fase da teologia da libertação.

Introdução

Quando iniciei minhas pesquisas na UMESP, meu orientador me dirigiu aos livros de Jung Mo Sung, por sugestão do próprio Sung, iniciei minhas pesquisas em *Teologia e Economia: repensando a Teologia da Libertação e Utopias*, lançado em 2008, pela Fonte Editorial, que é fruto de sua tese doutoral; depois *Deus em Nós: O reinado que acontece no amor solidário aos pobres*, que Sung escreveu em parceria com Hugo Assmann, o livro foi terminado por Sung, pois Assmann faleceu durante o projeto, utilizei a 2ª.edição de 2010 da Paulus; em seguida estudei *Desejo Mercado e Religião*, de 2010 da Fonte Editorial; depois foi a vez de *Sujeito e Sociedades Complexas: Para repensar os horizontes utópicos*, de 2002, publicado pela Vozes; nesta sequência parti para o polêmico *Se Deus existe, por que há pobreza?* de 2008 pela Reflexão ; e terminei a leitura das obras com *Além do Espírito do Império: Novas perspectivas em política e religião* em sua 1ª. Edição em 2012 pela Paulinas. Minha pesquisa em Jung Mo Sung, continuou ainda nos artigos que ele escreve para o site “ADITAL”, além de importantes reflexões colhidas no curso Teologia e Economia no 1º. Semestre de 2014 na UMESP/SBC, ministrado por Sung. Portanto dentro da opção pelos pobres, sem dúvida privilegiei *Se Deus existe por que há pobreza?* Mas construí um diálogo entre o próprio autor, utilizando suas obras, sem levar em conta ano de publicação, isto se deu devido à coerência encontrada nas ideias de Jung Mo Sung. Outros autores também foram empregados neste diálogo, as indicações e explicações se encontrarão nas notas de rodapé.

1. Conhecendo: Jung Mo Sung.

Jung Mo Sung é coreano de nascimento, brasileiro naturalizado. Estudou Administração de Empresas, formou-se em Filosofia e Teologia, Doutor em Ciências da Religião (UMESP), com pós-doutorado em Educação (UMESP). Teólogo leigo, católico. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo. Dá Conferências e cursos em diversos países de vários continentes. É autor de diversos livros (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012; SUNG, 2002).

2. Pensando a práxis libertadora a partir da pobreza real.

Sabemos que nos anos de 1960, na América Latina, com a concentração de renda, e o aumento da pobreza neste continente, houve um posicionamento por uma parte da Igreja Católica e também Protestante, que ficou conhecido como opção preferencial pelos pobres pela Teologia da Libertação (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 85). De acordo com Jung Mo Sung (SUNG, 2008, p. 54) esta opção significou,

... um redirecionamento das forças e recursos das igrejas. A defesa da vida dos pobres passou a ser uma prioridade nas pastorais e comunidades. Foram criadas e ampliadas ações sociais e construídos muitos centros comunitários e igrejas nas periferias. Padres, freiras, pastores e pastoras, passaram a morar mais perto dos pobres e a trabalhar com uma multidão de cristãos que, até então, recebia pouca assistência das igrejas.

Mas com este posicionamento social, surgiu no seio das igrejas algumas polêmicas, uns acusavam estes movimentos de falarem apenas de política, outros de misturarem religião com política. Mas o ponto principal está na verdade não na *opção pelos pobres*, mas no posicionamento de que este pobre tem a preferencia divina. Então surge a pergunta: Quem é este pobre? Alguns setores da Igreja acreditavam que o pobre, é aquele que abre mão dos bens materiais para ter uma vida de comunhão e doação, logo são os privilegiados por Deus, pois mesmo tendo recursos, abriram mão dele em nome de Deus. Outro setor da Igreja defendia que o pobre, que tem a preferencia divina, é aquele que não tem recursos para sobreviver. Podemos perceber que o que está em discussão, é quem é esse pobre que é o “preferido” de Deus. No fundo são duas imagens de pobres e duas concepções de Deus (SUNG, 2008, p. 61-62).

No livro *Opcion por los Pobres*, Clodovis Boff e Jorge Pixley, apontam que deve-se deixar de lado as metáforas, e o que deve ser considerado é o sentido real de pobreza, ou seja, pobres: “*Son los que sufren una carencia económica fundamental. Los que están privados de los bienes materiales necesarios para llevar una existência digna*” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 17). Portanto os “preferidos” de Deus são efetivamente os pobres materialmente falando, aqueles que não possuem recurso para sua subsistência, aqueles que não possuem dinheiro, os que não tem com que viver. Ou seja, são aqueles que nada tem, nem a compaixão da igreja (SUNG, 2008, p. 65-66 e 95-115).

Da mesma forma, Jung Mo Sung (2008, p. 61) observa que,

Os que tinham assumido a causa da vida dos pobres defendiam que o pobre em questão era o pobre economicamente falando e que Deus optara por eles não porque fossem santos, mas porque eram os que menos tinham direito à vida, os que estavam morrendo antes do tempo. Era preciso optar por eles para que pudessem viver e viver dignamente, realizando o desejo divino de que todos tenham vida em abundância.

Talvez hoje a principal tarefa do cristianismo seja defender a dignidade dos seres humanos, fazer com que as pessoas não tolerem que seus semelhantes, pobres e miseráveis, sejam tratados como lixo. Mesmo os miseráveis devem ser tratados com dignidade, e aliviados em seus sofrimentos (SUNG, 2002, p. 40-41). Verificamos em Jung Mo Sung (2008, p. 67) que:

O horizonte do Reino de Deus, no qual entramos pela fé, mostra-nos que Deus não exige nada de nós para que sejamos amados e reconhecidos como dignos. Deus nos ama gratuitamente, não nos exige nada em troca. E essa fé, é o conhecimento dessa realidade que nos faz ver dignidade humana em todas as pessoas, independente de sua condição social, étnica, econômica, religiosa. Num mundo em que não se reconhece essa verdade fundamental, mas que se mantém prisioneira do pecado, precisamos dar testemunho de nossa fé, defendendo em primeiro lugar a dignidade das pessoas mais pobres e marginalizadas.

A colocação de Jung Mo Sung é muito oportuna, em um momento onde as igrejas normalmente esboçam um discurso que estão mais preocupadas em “salvar” para a eternidade, do que preocupadas em analisar, verificar e compreender os problemas sociais. As igrejas que defendem esta visão enfatizam a urgência de anunciar a mensagem da volta de Jesus, da eternidade, mas elas não percebem a urgência da pobreza, da miséria, da injustiça social e da corrupção. Podemos atribuir a isto, dentre outras coisas, a forte influência que o cristianismo sofreu com a ideia dualista grega, de que o ser humano, é composto por corpo e alma. Assim a igreja cuida do imaterial, da salvação eterna da alma, e o corpo, carne que é má, não carece de maiores preocupações (SUNG, 2008, p. 24-27 e 30). Portanto devemos parar de buscar justificativas que tranquilizam nossa consciência e nos desculpa por nada fazer aos que sofrem (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 71; SUNG, 2008, p. 51).

Um parêntese, para a questão do assistencialismo na opção pelos pobres, na elaboração da Teologia da Libertação. Nos escritos de Jung Mo Sung (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 87), ele cita um texto de Leonardo e Clodovis Boff (1986, p. 13-16), onde diz que:

No assistencialismo a pessoa se comove do quadro da miséria coletiva: procura ajudar os carentes. Em função disso organiza obras assistenciais como [...] fornecimento gratuito de remédios etc. Tal estratégia ajuda os indivíduos, mas faz do pobre objeto de caridade nunca sujeito de sua própria libertação [...] Ademais, o assistencialismo gera sempre dependência dos pobres, atrelados às ajudas e decisões dos outros, não podendo ser sujeitos de sua própria libertação.

Jung Mo Sung demonstra que houve pensamento negativo em relação ao assistencialismo. Existiram na Teologia da Libertação, setores que não toleravam assistencialismos e solidariedade, que exigiam sempre uma conscientização político-libertadora (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 92-93). Percebo que Jung Mo Sung não compactua com a ideia de condenar atitudes assistenciais e de solidariedade, sejam elas quais forem, pois, para ele (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 94),

... todos nós sabemos que, em situações de emergência, como uma pessoa gravemente enferma sem condições de comprar remédio, ajuda assistencial pode significar vida ou morte. Sabemos também que em muitas dessas relações assistenciais ocorrem realmente encontro face a face, onde as duas partes se reconhecem como seres humanos e se humanizam profundamente. Nessa relação pode ocorrer uma profunda experiência da graça, uma experiência espiritual de encontrar o rosto de Jesus no rosto do próximo necessitado. Mesmo que as duas partes não tenham consciência política da opressão estrutural, aqui ocorre algo mais do que simples assistencialismo: ocorre uma experiência de humanização realmente libertadora.

Podemos dizer que esta experiência humana e libertadora, ocorre porque a mensagem de Deus é de libertação de toda opressão. Pois em Jesus Cristo sabemos quem é Deus, sendo assim, Jesus não nega o Deus libertador do Êxodo, nem passa por cima dos profetas de Israel que criticavam a opressão, antes confirma o Deus libertador, além disso, Jesus amplia esta libertação, para todos os aspectos da humanidade (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 69).

O Teólogo Joerg Rieger, em obra conjunta com Jung Mo Sung, verifica que na “opção preferencial pelos pobres”, existe um “senso comum”. O de que entramos em contato realmente com que importa, “aquilo que está mais em contato com a pulsação da vida”, nas palavras de Rieger: “uma religiosidade totalmente diferente que tem mais em comum com a pessoa e a obra de Jesus Cristo” (MIGEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 85). Pois para Jung Mo Sung (2008, p. 43),

É isso que nos ensina Jesus na famosa parábola do juízo final (Mateus 25.31-46). Nem os justos que recebem de herança do Reino, e nem os injustos sabem, têm consciência, se tiveram ou não uma experiência com Deus. O que conta é o fato de ter ou não uma experiência com Deus. O que conta é o fato de ter ou não ter aberto o coração (e as mãos) às necessidades dos irmãos.

Começamos a perceber aqui que para Jung Mo Sung, evangelização, fé e problemas sócio - econômicos são, diríamos, parte do mesmo tema, da mesma preocupação. Mais uma vez pensemos como anunciar um Deus de amor, um Deus de cuidado, se nós mesmos, que anunciamos esse Deus da Vida, não encontramos soluções para as misérias destas pessoas. Com que autoridade falarei de um Deus que cura, se não me preocupo com o abandono que os pobres sofrem nos hospitais, como anunciar um Deus que alimenta, se não faço nada para resolver os problemas da fome do meu continente. É por isso que concordo com Jung Mo Sung (2008, p. 75) quando ele diz que:

Anunciar o Deus da vida é propor, em primeiro lugar, uma economia em que os pobres e marginalizados, tenham condições de uma vida digna. É propor uma economia que escute os clamores dos pobres (cf. Êxodo 3.7) e coloque como um dos principais objetivos, se não o principal, o atendimento das necessidades dos mais fracos.

Portanto o fato apresentado acima é de extrema importância, uma vez que, alguns não compreendiam o discurso político-social de padres e pastores da teologia da libertação (SUNG, 2008, p. 54-57), que desde os primórdios desta teologia, como diz Joerg Rieger, tratava fundamentalmente de problemas político-sociais-econômicos, acima de tudo destacando a “diferença entre os extremamente abastados e os abjetamente pobres” (MIGEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 196). Sendo assim, a opção pelos pobres para Sung é mais que uma categoria teológica, sociológica ou política, é uma questão de fé. De acordo com Jung Mo Sung, “Deus quer vida abundante para todos e não se pode esperar que os pobres a experimentem se não entrarmos na questões

sociais e políticas [...] não se pode professar fé no Deus revelado por Jesus e se manter insensível diante do sofrimento dos irmãos” (SUNG, 2008, p. 54-55).

Sendo assim em Jung Mo Sung, percebemos que o tema da opção pelos últimos, nos leva, pouco a pouco para o campo das ciências econômicas. Pensemos em Mateus 25.35-36 que diz “Quando Eu estava faminto, você me deu alguma coisa para comer, quando Eu estava sedento, você me deu alguma coisa para beber. Quando Eu fui um estrangeiro, você me recebeu bem, e quando Eu estava nu, você me deu roupas para usar. Quando Eu estava doente, você tomou conta de mim, e quando Eu estava preso você me visitou”²¹. Pensemos rapidamente em alguns aspectos deste texto, Jesus na sua humanidade, faz uma lista dos itens que realmente importam para a raça humana. Vejamos: Fome – necessidade de comida; Sede – necessidade de bebida; Imigrante – necessita ser recebido; Nudez – necessita de vestuário; Doença – necessita de cuidados médicos; Para com os que erram – necessitam de misericórdia, perdão e afeto.

Jung Mo Sung (2008, p. 74) então articula que,

Os ricos querem mais dinheiro para comer do melhor, viajar, ter mansões, saborear bebidas finas...e se sentirem mais gente. Os pobres sofrem porque não têm o que comer, vestir, onde morar, onde se tratar...e são humilhados e rejeitados por serem pobres. Todos esses itens, como bem sabemos, não caem do céu nem dão em árvore. Precisam ser produzidos. Produção, distribuição e consumo dos bens materiais necessários à reprodução da vida é o campo da economia. Não se pode falar de vida sem falar de economia.

Portanto para Sung se atendêssemos aos itens da lista de Jesus de Mateus 25.35-36, estaríamos dando dignidade a todos os seres humanos, de qualquer nação, estado ou cidade. Uma vez que estes são aspectos básicos na vida de uma pessoa, comida, bebida, moradia, vestuário, cuidados médicos e misericórdia para com suas falhas, percebemos que Jesus é o próprio anúncio da Vida Humana por Deus. Como diz Jung Mo Sung, “isso é vida” (SUNG, 2008, p. 74). E é por isso que para Jung Mo Sung (2008, p. 71),

Na prática pastoral e na vida cotidiana, os que têm mínima sensibilidade com relação aos sofrimentos dos irmãos percebem que não se pode anunciar o Deus da vida sem se preocupar com a fome, o desemprego e tantos outros problemas que angustiam a grande parte da população brasileira.

²¹ Tradução do autor - *The Holy Bible, Contemporary English Version, USA, American Bible Society*

Considerações intermediárias

Desta forma, na opção pelos pobres em Jung Mo Sung, verificamos que esta está diretamente conectada a nossa fé, está intimamente conectada a economia, impreterivelmente conectada a evangelização. Pensemos mais uma vez, como anunciar o Deus que trouxe vida, e que quer vida em abundância para seus filhos (João 10.10), sem tratar de temas econômicos, fé e política? Pois, como diz Jung Mo Sung, na “experiência da solidariedade com os mais pobres, na experiência da gratuidade, é que experienciamos a graça de Deus. Sem a força do Espírito de Deus não perseveramos na solidariedade e gratuidade” (SUNG, 2008, p. 75). Para Jung Mo Sung, desde o início, os/as teólogos/as da libertação deixaram bem claro que a teologia da libertação era e é um momento segundo. O primeiro momento é a práxis de libertação que nasce da indignação ética frente a situações em que os seres humanos são reduzidos à condição sub-humana, é por isso que Sung prioriza em suas pesquisas a questão da teologia e economia (SUNG, 2002, p. 44).

3. Jung Mo Sung e a economia.

Introdução

Jung Mo Sung inicia seu livro, *Teologia e Economia*, publicado em 2008, fruto de sua tese doutoral de 1993, enfatizando que “a cultura que está sendo imposta ao mundo todo, através do atual modelo de globalização, está destruindo outras formas de viver e ver o mundo que não se adequam à lógica capitalista. Lógica esta, centrada no objetivo absoluto da maximização do lucro, mesmo que à custa de vidas humanas e da destruição do meio ambiente”. Desta forma, “por ser considerado absoluto que este objetivo é colocado acima da vida humana e exige os sacrifícios necessários para o crescimento econômico”. De acordo com o pensamento de Sung, “quando uma obra ou instituição humana é tornada absoluta e, assim passa a exigir sacrifícios de vidas humanas, estamos diante de uma situação que a Bíblia chamou de idolatria” (SUNG, 2008, p. 7). Para Jung Mo Sung, “a pergunta central da Bíblia não é se Deus existe ou não, mas onde Deus está? Em outras palavras, é o discernimento sobre os deuses falsos (ídolos), que são adorados pelo povo como deuses, e a busca do Deus verdadeiro, que ao invés de pedir sacrifícios (como os ídolos), deseja misericórdia (Mateus 9.13). Assim, a tradição bíblica nos ensina que não basta sermos religiosos ou professarmos fé em Deus; ou termos valores absolutos guiando as nossas vidas; pois estes deuses ou valores absolutos podem ser simples obras humanas tornadas absolutas, isto é, ídolos” (SUNG, 2008, p.7). Não nos deteremos na teoria da dependência, primeiro por já tê-la tratado em Gutiérrez, e segundo por entender que apesar de Jung Mo Sung, utilizar 35 páginas de seu livro *Teologia e Economia* com o tema da dependência, esta teoria é apenas o ponto de partida para desenvolver suas ideias sobre a economia.

3.1 Apontando à lógica sacrificial da economia.

De acordo com Jung Mo Sung, “nos encontramos definitivamente em um novo passo, numa nova etapa no encontro e no trabalho conjunto entre cientistas sociais e teólogos”. Para Jung Mo Sung, “do ponto de vista metodológico a obra de Franz Hinkelammert, *Las Armas ideológicas de la muerte: El discernimento de los fetiches: capitalismo y cristianismo*, é onde se assentam as bases metodológicas deste encontro, e também onde que se toca de forma direta, no tema central que desafia a experimentação

do marco teórico categorial: a essencial necrofilia, a teologia da morte, com a qual se estrutura as legitimações do sistema capitalista”. De acordo com Sung, Hinkelammert, pode ser colocado entre aqueles teólogos que “inaugura uma fase na teologia da libertação, com suas contribuições na relação hermenêutica bíblica”. Tendo como tema teologia – economia, “um dos eixos centrais da teologia da libertação” (SUNG, 2008, p. 100).

Podemos verificar que com a evolução e o desenvolvimento das tecnologias e das sociedades, fez com que na modernidade houvesse uma “ausência de limite da factibilidade da realização dos desejos humanos”. Nesta nova sociedade “querer é poder”. Para Jung Mo Sung (2008, p. 193), nesta nova postura social,

O sistema de mercado se apresenta como instituição que nos conduzirá à realização de todos os desejos. Com isso, o mistério do desejo, isto é, o mistério da religião se revela como o sistema de mercado e o capitalismo se transforma numa religião econômica.

Aqui a meu ver encontramos o âmago do pensamento de Jung Mo Sung, para ele, capitalismo é a nova religião. Para compreendermos melhor este aspecto, recorro a John K. Galbraith, citado nos escritos de Jung Mo Sung, onde Galbraith (1984, p. 274; Apud, SUNG, 2008, p. 192) diz que os executivos das multinacionais, ou “transnacionais”, são o “novo clero universal”, e que,

Sua religião é o sucesso comercial; sua prova de verdade é a expansão e o lucro da empresa. Sua Bíblia é o relatório computadorizado; seu confessionário é a sala das reuniões. A equipe de vendas leva a sua imagem ao mundo, e de mensagem é o que geralmente a sua argumentação é chamada (...) Os jesuítas dessa fé austera são os diplomatas da Escola de Administração de Harvard.

Neste contexto, nesta “religião”, a riqueza e a prosperidade do “livre – mercado” traz a paz e a segurança nacional. Ou pelo menos promete. Jung Mo Sung, em sua obra *Para Além do Espírito do Império*, bem observa que no cenário da nova economia e da nova sociedade, até pensa-se em procurar deter a pobreza e a miséria, mas não como solidariedade, mas como item de segurança global. E é exatamente nesta conjuntura que os *USA* se apresentam e se intitulam responsáveis pela economia global e pela segurança mundial. E para manter a ordem, este país se julga apto e justificado, a

imprimir sobre os que não aceitam tal modelo, ações militares e sanções econômicas (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 106-108).

A ideia de que o neoliberalismo (capitalismo americano) promete realizar o grande sonho da humanidade, ou seja, realizar todos os desejos humanos a partir da economia, faz com que o mercado seja absolutizado, em outras palavras, sacralizado. Valho-me, do pensamento de Gustavo Gutiérrez, para verificar que a economia neoliberal, é um mercado sem restrições, que reina de forma absoluta, e qualquer intervenção, seja social ou econômica, é vista como prejudicial ao crescimento (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 122). Os solidários, aqueles que “teimam em resistir” ao mercado, são culpados pelos economistas, pela não realização, ou não concretização plena do sonho capitalista (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 120-121). E como bem observa Jung Mo Sung, “a coisa mais fantástica na religião econômica é que ela opera com todas essas experiências devocionais sem precisar apresentar-se como religião” (SUNG, 2008, p. 195).

O domínio deste “mercado”, ou desta economia pode ser compreendido com o caráter de “missão”, que para Jung Mo Sung, tanto Europa como *USA*, acreditam ter esta incumbência, pois, para Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 130-131),

... a ideia que se tem uma missão diante de outras culturas nasce do processo de construção de sua identidade cultural de cunho narcísico, da afirmação de sua excepcionalidade que transforma suas conquistas e seus ideais universais que devem ser buscados por ou impostos sobre todos os povos. Esse processo tem a grande vantagem de legitimar, para si e diante dos povos submetidos, o projeto de dominação. Esse não é mais visto como dominação, mas como um serviço, uma missão de levar a salvação, a civilização ou o progresso econômico e paz para os povos inferiores ou atrasados.

Para o Professor da Universidade de Genebra, o Doutor em Antropologia José Marin, esta mesma ideia missionária, de portador da verdade e da melhor civilização, fez no passado com que os povos indígenas, fossem “considerados pagãos para os evangelizadores, e selvagens para os colonizadores, tanto um como o outro eram dominadores”. Pois estes povos “deveriam ser civilizados, inclusive com o ensino da

língua dominante”, neste contexto até “a escola se converteu em ferramenta de dominação, que impunha a cultura e língua oficial, tendo a escola um papel fundamental na negação da identidade”. Pensando no contexto atual, “a modernidade que possui a mesma raiz colonizadora tem sido considerada como doadora de liberdade, justiça, e democracia, não foi uma realidade nos países como África, Ásia e América Latina”, podemos dizer nas palavras de Marin, “foi uma utopia não realizada”. Para ele, “modernização, não passa de um discurso político, para legitimar o avanço e expansão do capitalismo, em seu mito de progresso” (MARIN, 2002, p. 380-381).

Portanto “importa o gás boliviano, não os bolivianos, importa o petróleo iraquiano, mesmo que tenha de ser extraído sob os cadáveres dos iraquianos que não querem entregá-lo”. Sendo assim, aos dominadores “se arroga o direito de fazer-se donos do mundo”²², os que discordam irão para os que compactuam com o “eixo do mal”, são objetos de sua “agressão” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 31-32). Vale ainda lembrar que de acordo com Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG 2012, p. 131-132),

O desejo de imitar o padrão de consumo dos países ricos parte das populações dos países em desenvolvimento e pobres, é um fato que revela como Europa e Estados Unidos venceram a batalha cultural e atingiram o seu objetivo de se apresentarem como modelos de civilização e humanidade [...] O principal campo de luta para a manutenção e expansão da ordem imperial não se dá mais no campo cultural ou no campo do poder intangível.

De acordo com o pensamento de Sung, o verdadeiro campo de batalha está acontecendo no campo cultural. O crítico cultural americano Henry A. Giroux defende a ideia “que os Estados Unidos estão em *guerra*”, e esta noção “assumiu um significado muito mais amplo nas últimas décadas, isso pode ser visto nas inflamadas batalhas culturais que têm sido travadas em torno do que deve ser ensinado nas escolas, apresentado na mídia, exibido nos museus e conservado em bibliotecas públicas”. Nestas “guerras culturais existem debates e conflitos sérios sobre questões mais

²² O conceito de donos do mundo foi mais uma vez reafirmado na Revista Veja, quando se descobriu que as espionagens internacionais, inclusive de chefes de estado, incluindo o Brasil, continuam sendo praticadas pelos EUA, com o discurso de Obama, de que “temos uma operação de inteligência que tenta melhorar nossa compreensão sobre o que acontece ao redor do mundo”, Obama, mantém a mesma estratégia de Bush, de que para se “preservar a vida de todos, é necessário invadir a privacidade de alguns”.

voláteis, envolvendo a identidade nacional”. Os filmes hoje são na verdade “novas máquinas de ensinar”. Segundo Henry Giroux “a autoridade cultural dessa fuga midiática pós-moderna reside em seu poder para usurpar os locais tradicionais de aprendizagem e em sua habilidade para expandir o poder da cultura através de uma corrente interminável de práticas de significado, práticas que priorizam os prazeres da imagem em detrimento das exigências intelectuais da análise crítica”. Além disso, “esse aparato, ao mesmo tempo, reduz as exigências da agência humana ao *ethos* de um consumismo fácil”. Portanto, “trata-se de um aparato de mídia no qual o passado é filtrado através de um apelo a uma homogeneidade cultural e a uma pureza histórica que anulam questões complexas, diferenças culturais e lutas sociais”. Em outras palavras, se faz uso de “um veículo para estimular a crença de que felicidade é sinônimo de viver num bairro rico com uma família de classe média, branca e intacta” (GIROUX, 1995, p. 51-52).

Segundo José Comblin, “o sinal dos tempos é a peregrinação obrigatória das classes médias”, assim como religiosos islâmicos fazem a “*Makka al-Mukarrama*” na Arábia Saudita - *Meca*, “ao santuário *Disneyland*”, seja em Anaheim na Califórnia ou em Orlando na Flórida, “onde se encontra toda a mitologia da cultura norte-americana. As multidões não vão por curiosidade, mas para aprender o modo americano de ser”, para Comblin, “uma *Iniciação*”. Para ele “aos que não tem condições de ir, a televisão oferece substitutos” (COMBLIN, 1996, p. 265-266). Com Néstor Míguez, podemos ver esta política imperialista, “assim como Panteão Romano, cabe uma diversidade de deuses provenientes da variedade de culturas e religiões, sempre e quando [estes] reconhecem as pautas impostas pelo Império. Talvez o pátio de comida, a [praça de alimentação] do *Shopping Mall*, proporcione a metáfora ilustrativa. A condição é que se possa servir comida rápida [fast food], que é o que impõe o modelo globalizado de consumo. Pois o Império Global é o Império do capitalismo financeiro tardio” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 29).

De acordo com Jung Mo Sung, está havendo, portanto uma “homogeneização dos desejos”, mas mais do que isto, está ocorrendo uma “imposição da cultura de consumo”, ou seja, do “*American way of life*”. Nesta padronização imposta por esta “nova missão” econômica, Sung bem observa, que, aqueles que “resistem e combatem a expansão cultural”, são classificados como “inferiores ou

atrasados” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 138), além do mais, para Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 138-139),

Esses povos e grupos sociais, que resistem à atração da cultura de consumo Pós Moderna e ao liberalismo econômico que o Império e os seus missionários pregam, são aqueles que, segundo Greenspan, se escondem em ‘tribalismos’ ou outros ‘ismos’ [...] Não são só os membros da Al-Qaeda ou de outros grupos terroristas que são objeto dessa política antiterrorista, mas todos aqueles que não são capazes de entender e aceitar os valores ocidentais. Há aqui uma clara divisão no mundo: nós e outros, os Pré-modernos fundamentalistas, aqueles que não aceitam a nossa liberdade e o mercado livre.

Falando em “homogeneização” da cultura, uma imposição do “*American way of life*”, mencionado por Jung Mo Sung, é importante sabermos que existe um importante empreendimento *Disney*, que será construído nos próximos anos, e uma escola protótipo, “que será parte de um projeto residencial de 5000 acres que, de acordo com executivos da empresa, será desenhada tendo como modelo as ruas principais da América, das pequenas cidades e lembrará as imagens de *Norman Rockwell*”. Algo “interessante em se observar aqui é que a *Disney* não mais se contenta em fornecer as fantasias através das quais a inocência e a aventura infantis são produzidas, vivenciadas e afirmadas. A *Disney* agora fornece modelos e protótipos para as famílias, escolas e comunidades. O papel da *Disney* no futuro da América deve ser compreendido através da construção particular do passado que ela [mesma] faz”. Henry A. Giroux, a partir de Jon Wiener, verifica que a avenida principal da *Disneyland*, a *Main Street America*, apresenta ao mundo “a imagem das pequenas cidades, caracterizadas por um vivo comércio, com bandinhas e sorvetes, gloriosos desfiles”, para ele, “essa visão não apenas transforma em ficção e trivializa a história das reais *Main Street America*, na virada do século, ela também representa uma apropriação do passado que tem a finalidade de legitimar um presente que é descrito como um mundo sem favelas ou pobreza ou conflitos urbanos de classe, trata-se de um ingênuo, nativo sonho branco e protestante de um mundo sem negros ou imigrantes” (GIROUX, 1995, p. 55-57).

Para o antropólogo José Marin, “a ocidentalização do mundo começou principalmente com as Cruzadas, e continuou com os primeiros descobrimentos da África e da América, levadas a cabo nas expedições portuguesas, espanholas e europeias no final do século XV”. Para ele “a evangelização dos pagãos”, ou seja, “a civilização dos selvagens é o mito do desenvolvimento dos subdesenvolvidos; e da globalização econômica e cultural, não são senão, períodos de um mesmo processo histórico, de dominação econômica, política e cultural, através da imposição do etnocentrismo ocidental ao mundo, e seus sistemas de valores universais” (MARIN, 2002, p. 378).

Acompanhando o pensamento de Jung Mo Sung, de que o capitalismo é uma religião, e que este absolutizado e sacralizado, deve ser oferecido ao mundo como a solução de todos os problemas, fazendo com que a dominação cultural, se transforme em uma quase missão religiosa. Faço uso de Graciela Chamorro a partir do pensamento de Ruiz de Montoya, onde Chamorro (1998, p. 64) relata uma voz de liberdade cultural, e descreve o grito nativo por libertação, metaforicamente, me uno aos nativos dizendo:

... foram os demônios que nos trouxeram estes homens, pois querem, com novas doutrinas, privar-nos do que é antigo e de bom modo de viver de nossos antepassados, tiveram estes muitas mulheres, muitas criadas e liberdade de escolhê-las a seu bel-prazer, sendo que agora pretendem que nos liguemos a uma só mulher, não é justo que isso continue assim, mas impõe-se que os desterremos de nossas terras ou que lhes tiremos as vidas [...] Vós não sois sacerdotes enviados de Deus para nosso remédio e bem, sois, pelo contrário, demônios do inferno, mandados de seu príncipe para nossa perdição [...] Nossos maiores viveram com liberdade, tendo para seu bem as mulheres que queriam, sem que ninguém nisso os estorvasse, com as quais viveram e passaram os seus dias com alegria, vós quereis destruir as tradições e impor-nos uma carga tão pesada, como é a de atar-nos com uma mulher [...] Já não se pode aguentar a liberdade dos que, em nossas próprias terras, querem levar-nos a viver segundo sua ruim maneira de vida.

Como bem observa Jung Mo Sung a partir do pensamento de Júlio de Santa Ana, “na sacralização do mercado, não há outra moral fora da moral do mercado, e na luta que caracteriza o mercado livre, existem aqueles que ganham e perdem, os que sacrificam ao ídolo, e os que são sacrificados”. Para Sung, o “ídolo não se satisfaz sem

esta violência” (SUNG, 2008, p. 201). Portanto em relação aos “terroristas”, ou seja, aqueles que se recusam a aceitar uma cultura imposta, como o grito de liberdade que vimos no texto de Chamorro, é certo que estes irão enfrentar o discurso de Tony Blair, na formulação de novas políticas de “intervenção humanitária”, em que Blair (Apud, MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 140) diz que,

O desafio do mundo Pós-Moderno é se acostumar com a ideia de padrões. Entre nós, operamos na base de leis e segurança cooperativa aberta, mas quando tratamos com tipos mais antiquados de Estados fora do continente Pós-Moderno da Europa, precisamos voltar aos métodos mais violentos de uma época anterior – força, ataque preventivo, fraudes, o que for necessário para lidar com os que ainda vivem no mundo oitocentista de cada Estado por sí. Entre nós, cumprimos a lei, mas, quando agimos na selva, precisamos também utilizar a lei da selva.

Alguns apontamentos feitos pelo filósofo argentino Enrique Dussel, nos mostram como os colonizadores e os ‘globalizadores’²³ possuem ideias muito próximas, pois como anotação feita por *Ginés de Sepulveda* em 1573, e que Dussel (2009, p. 296 e 297) destacou em um de seus artigos, onde diz que diz:

... será sempre justo e conforme o direito natural que tais gentes se submetam ao império de príncipes e nações mais cultas e humanas, para que, pelas suas virtudes e pela prudência das suas leis, abandonem a barbárie e se submetam a uma vida mais humana e ao culto da virtude [...] os europeus educam os indígenas na virtude, na humanidade e na verdadeira religião[...] mais valiosas que ouro e prata.

Considerações intermediárias

Fazendo um balanço do pensamento de Jung Mo Sung, destaco que Hugo Assmann analisando os símbolos bíblicos usados por Marx aponta, que para Marx “só quando houver um controle comunitário das relações sociais de produção, então o

²³ Apenas para mostrar a semelhança entre os missionários da colonização e os missionários da globalização.

progresso humano deixará de assemelhar-se àquele espantoso deus pagão, que só queria beber néctar em crânios de mortos”. De acordo com Marx, o deus Moloc, “exigia sacrifícios humanos”. Neste contexto, Marx também diz que é “sabido que os déspotas de Tiro e Catargo aplacavam a ira dos deuses, não sacrificando a si mesmos, mas comprando crianças dos pobres, para arrojá-las nos braços incandescentes de Moloc”. Ou seja, Marx entendia que os deuses eram falsos, “na medida em que oprimem”. Pois “ídolos são os deuses de opressão” (ASSMANN; HINKELAMMERT, 1989, p. 405-407).

Sendo assim percebemos que existem “outros desafios para a teologia da libertação”, e como diz Jung Mo Sung, entre os desafios, está a questão da “teologia da economia e política feita na América Central, em torno de uma teologia da Vida, contra os mecanismos da morte”. (SUNG, 2008, p. 98). A partir da constatação que vivemos em uma época de sacralização do mercado, e que a globalização, assim, como a colonização, está intimamente ligada a uma deturpação da religião, que exige sacrifícios, a Teologia da Libertação se levanta como a mensageira das boas novas, de um Deus que não exige sacrifícios, mas espera misericórdia (Oséias 6.6). Jung Mo Sung, a partir de Julio de Santa Ana, diz que “a compreensão do Deus revelado em Jesus, é um “chamado a subversão a ordem dos ídolos”. Em outras palavras, se faz necessário “desmascarar a idolatria” (SUNG, 2008, p. 201-202), ou seja, “criticar a manipulação religiosa e a idolatria do capitalismo”. Segundo Jung Mo Sung, “como a história do cristianismo revela que já se atribuíram e continuam sendo atribuídas ao Deus cristão as mais variadas e contraditórias funções, cabe aos cristãos assumirem a dura, mas inescapável tarefa de discernirem os ídolos da opressão e a busca do Deus libertador no interior da própria realidade do cristianismo, ontem e hoje” (SUNG, 2008, p. 210).

4. Jung Mo Sung e a utopia do Reino de Deus.

Introdução

De acordo com o pensamento de Jung Mo Sung, “com certeza, há diversas formas de abordar historicamente a experiência do cristianismo de libertação²⁴ nas últimas décadas”. Neste momento “não vou fazer uma periodização histórica, nem analisar as mudanças ocorridas nas instituições eclesiais [...], mas tentar oferecer algumas reflexões a partir do testemunho e reflexão pessoal”, de uma freira que vivia nas ruas do Brás (SUNG, 2010, p. 186-187). Logo, a partir daí, compreendermos as tensões existentes em torno dos horizontes utópicos. Valendo-me do pensamento de Jung Mo Sung, “não será uma biografia” pessoal, “mas um ponto de partida com o qual quero discutir algumas crises” ou problemas na experiência utópica do “cristianismo de libertação”. Desta forma a partir disso, tentar vislumbrar os caminhos que Jung Mo Sung compreende os horizontes utópicos. Vale lembrar, que a principal razão da escolha desse método está ligada à compreensão de que “a Teologia da Libertação era o momento segundo”. Por outro lado o “momento primeiro não era a análise da sociedade através das ciências sociais, mas sim as práticas de libertação, e o momento zero seria a experiência espiritual de encontrar a pessoa de Jesus no rosto do pobre” (SUNG, 2010, p. 186-187).

4.1 Esclarecendo o papel dos horizontes utópicos a partir de vidas concretas.

Nenuca, foi uma religiosa que vivia “no seu convento”, ou seja, os “dois cômodos em um cortiço no bairro do Brás em São Paulo, nos meados dos anos 1970”.

²⁴ “O cristianismo de libertação é um amplo movimento social/religioso com uma nova cultura religiosa, que expressa as condições sociohistóricas marcadas pela subordinação ao sistema capitalista internacional, hoje global, pobreza em massa, violência institucionalizada e religiosidade popular”. Segundo Jung Mo Sung, “muitos se referem a ele como Teologia da Libertação, porém, como o movimento surgiu antes dessa teologia e a maioria dos seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado”. Sung destaca que “além disso, um outro termo utilizado, a Igreja dos Pobres, também não é o melhor porque essa rede social vai além dos limites da Igreja como instituição”. Ou seja, “cristianismo de libertação, por ser mais amplo que a teologia ou que Igreja e por incluir tanto a cultura religiosa, quanto a rede social, nos parece ser mais apropriado para tratarmos de uma certa frustração que após décadas de lutas sociais e eclesiais, na expectativa da construção do Reino de Deus ou na realização da utopia”.

Em um de seus relatos, Nenuca (Apud, ASSMANN; SUNG, 2010, p. 172-173; Apud, SUNG, 2010, p. 190) diz que:

Nas ruas, ou debaixo dos viadutos, vive-se exposto ao sol, à chuva, ao frio, ao vento. Por causa disso, afloram em nós sentimentos de incapacidade e solidão. É necessário colocar o coração em Deus e dispor-se a enfrentar qualquer tempo, seja em que sentido for. É só quando vamos criando amizades, quando a desconfiança se transforma na descoberta de que algo diferente está acontecendo, que nos sentimos melhor. Esse algo diferente os pobres associam naturalmente com Deus. Chegam a reconhecer e abençoar a Deus por nossa presença entre eles. Mas para nós, as coisas não são tranquilas. A miséria é demais! Ela nos leva, a cada vez, a questionar a paternidade de Deus. Como é possível o Senhor ser Pai e permitir que aconteçam a seus filhos coisas tão terríveis? Ou terá Ele diferentes categorias de filhos, os que podem viver e os que só podem morrer? Porque a gente percebe que não vai dar para libertar aos cativos; mudar o ambiente, ainda vai levar muito tempo. Não será antes de mudarem as estruturas sociais. E isso quando acontecerá? No fundo, todavia, sentimos que Deus quer mudanças. Qual o modo de agir para ajudar nessa mudança que Deus quer? Enquanto buscamos resposta, vamos nos alegrando com um ou com outro que se liberta. Mas é tão pouco. Não fossem os rostos, os olhos, os sorrisos... Diante das angústias que conhecemos, ainda é difícil escutar a resposta de Deus aos nossos apelos para salvar esse povo escravizado. Malgrado tudo isso, a rua sempre foi a força maior, o modo de reencontrarmos nossa identidade, cada vez mais engajada na dureza dessa realidade, na participação do sofrimento dos mais pobres.

Segundo Jung Mo Sung, “devemos levar mais à sério a ideia de que fazer teologia é refletir sobre experiências de fé, especialmente desse tipo de experiência, que clama por uma explicação razoável que ajude a superar essas aporias teológicas que nascem do compromisso profundo com os pobres” (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 71-72). Estas experiências foram e continuam sendo “a grande força espiritual das comunidades de base e outros tipos de comunidade onde se reúnem os pobres e pessoas excluídas da nossa sociedade e procuram resistir e/ou fazer frente ao espírito do capitalismo” (SUNG, 2010, p. 192). Jung Mo Sung, ao fazer um balanço dos temas dos

Encontros Intereclesiais das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, desde o 1º. Encontro em 1975 até o 10º. Encontro em 2000, aponta que os encontros revelam gradativamente “uma frustração com a expectativa messiânica não cumprida ou com a expectativa histórica não realizada” (SUNG, 2010, p. 198-199). Ele chama isto de “crise paradigmática”, causada pela “distância entre as expectativas geradas pelas narrativas messiânicas e a realidade experimentada na vida concreta” (SUNG, 2010, p. 198-199). Como bem observa Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 156).

O nocivo não é a utopia em si, mas a crença de que ela é factível pelas nossas ações humanas, a crença de que podemos alcançar plenamente a utopia com nossas ações [...] tentar atingir o infinito com passos finitos [o que] Franz Hinkelammert chamou de ilusão transcendental.

Não vou aqui abordar todos os pontos da experiência de Nenuca, mas pontuarei apenas algumas questões que geram frustração na própria religiosa, e em outros que se envolvem nas lutas populares. Nenuca faz um comentário, no mínimo “intrigante”. Logo após dizer que “os pobres reconheciam, pela presença” das religiosas, a própria “presença de Deus no meio deles”, Nenuca comenta que para elas, “as coisas não são tão tranquilas [...] a miséria é demais”. Nestas condições, “anunciar-lhes que Deus cumpre as promessas de libertar os cegos, os coxos, os presos, os oprimidos, e que poderão ver com os próprios olhos esta Salvação”, é algo contraditório. Sendo assim, “a contradição que lhes inquieta se dá entre a sua experiência, crença de que Deus quer libertá-los (pobres) dos seus sofrimentos, e a teologia ou o discurso religioso que lhes permite explicar e contextualizar essa experiência e crença, dentro de uma narrativa mais ampla” (SUNG, 2010, p. 191-192).

De acordo com Jung Mo Sung, “os pobres percebem nesse encontro marcado pela amizade a presença de Deus! Mas as irmãs têm outra percepção, para elas, as coisas não são tão tranquilas”. Ou seja, “a miséria é demais”. Segundo Sung, “essa miséria as leva a questionar a paternidade de Deus”. Para as religiosas existe uma contradição, em como o Pai, permite “que alguns filhos vivam e outros, nasçam para morrer de tanto sofrimento”. Para Jung Mo Sung, esta teologia é a tradicional de um “Deus que é Pai de todos e Todo poderoso”. Mas Jung Mo Sung percebe que Nenuca passa para a Teologia da Libertação, quando ela menciona que espera a “libertação do povo escravizado”, ou seja, “libertar os cativos”. Que provavelmente se refere a expressão encontrada no “livro de Leonardo Boff, *A teologia do cativo e da*

libertação”. Onde se aborda a conscientização “dos mecanismos que mantêm a América Latina no subdesenvolvimento”. De acordo com Sung, “se a expectativa da libertação prometida por Deus é entendida como uma mudança estrutural, que irá criar uma nova sociedade onde são superadas todas as formas de escravidão e opressão e também a criação de homens e mulheres novos, é fácil entender por que a irmã Nenuca e suas companheiras tiveram dificuldades para perceber a presença de Deus libertador no simples encontro de amizade debaixo da ponte, onde o frio e a fome continuavam a imperar” (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 73-75). Como diz Jung Mo Sung (2010, p. 192-194),

... o conflito se dá entre uma teologia tradicional, pré-moderna, e a [...] experiência concreta vivida [...] a teologia diz Deus é Pai e todo-poderoso e tudo o que acontece na história acontece pela vontade ou permissão dele [...] nada escapa ao seu conhecimento e vontade, porque ele é onisciente e onipotente.

Neste contexto, para Jung Mo Sung, “quando se pronuncia essa teologia de uma forma abstrata e genérica, não há grandes problemas e ela parece bastante lógica e coerente”. Por outro lado, “a modernidade muda o lugar de plenitude do céu pós-morte para o futuro, a ser construído pelo sujeito humano através do progresso e/ou revolução político-econômica que criaria novas estruturas sociais não opressivas e nem injustas”. Para Jung Mo Sung, Nenuca não faz apenas uma “descrição ou reflexão”, pelo contrário, ela faz sim “uma queixa, um protesto, que brota do fundo da sua alma, do fundo das suas convicções que nasceram da sua experiência religiosa e espiritual”. Quando aparece o conflito? Quando por meio da *práxis*, e “em nome da sua fé, ela questiona a teologia com que foi educada e aprendeu a interpretar e expressar a sua fé”. Quando ela passa a utilizar a teologia da libertação, que “lhe satisfaz mais do que a anterior, que ela não abandonou completamente”, nesta transição seu “ponto de apoio para essa mudança, o ponto que lhe permite dar um salto sem perder as bases de sua fé, é a ideia ou sentimento, de que Deus quer mudanças”. Ou seja, “Deus-Pai não pode estar de acordo com a situação de gritante injustiça, Ele quer mudanças”. Para Jung Mo Sung, a “visão de Deus e da história é uma das características do cristianismo de libertação” (SUNG, 2010, p. 191-194).

Jung Mo Sung verifica que existe uma ação racional e emocional no discurso analisado, ou seja, “uma constatação racional de que são poucos os que se

libertam e a expressão da dor e frustração que vem do fundo do seu coração porque são tão poucos”. Sendo assim, “o que a faz entrar em crise não é alguma contradição interna no discurso teológico ou a descoberta de uma má articulação entre as proposições da Teologia da Libertação e a tradição bíblico-cristã”. Para Jung Mo Sung, “a crise na reflexão e a dor vêm da constatação de que diante das angústias que conhecemos, ainda é difícil escutar a resposta de Deus aos nossos apelos”. Ou seja, “as respostas teóricas sobre as possibilidades do futuro que estariam garantidas pelas promessas de Deus revelada na Bíblia não lhe são suficientes diante do sofrimento concreto de tantas pessoas por tanto tempo”. Jung Mo Sung ainda arrisca a pensar que Nenuca parece “desconfiar das afirmações otimistas da Teologia da Libertação” (SUNG, 2010, p. 197).

È por isso que Jung Mo Sung diz que se faz necessário “viver e agir de acordo com os limites do que é possível”. Para ele esta linha que divide as possibilidades e as impossibilidades, “torna-se uma questão fundamental”. Podemos seguir o raciocínio de Jung Mo Sung, e perguntarmos: O ser humano pode viver eternamente? “a resposta imediata é não”, mas então Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 157-158), mostra-nos que uns poderão responder que,

... o progresso das ciências médicas e de todo aparato em torno da engenharia genética, pode ou vai nos levar a uma situação de postergação perpétua da morte [...] Outros poderiam responder que para Deus nada é impossível e que ele nos ressuscitará para a vida eterna ou que a morte é apenas uma passagem para a outra vida.

Enfim, mesmo sem a resposta as suas inquietações, Nenuca e as irmãs que com ela trabalhavam, “simplesmente continuaram na missão, porque nessas práticas e encontros reencontravam continuamente a sua identidade, e viveram a sua fé e espiritualidade cristãs” (ASSMANN; SUNG, 2010, p. 76-77). Como analisa Rubem Alves, “a teologia é uma brincadeira, parecida com o jogo encantado das contas de vidro”, ou seja, “algo que se faz por puro prazer, sabendo que Deus está muito além de nossas tramas verbais”. Pois como Alves descreve, a “teologia não é rede que se teça para apanhar Deus em suas malhas, porque Deus não é peixe, mas Vento que não se pode segurar, teologia é rede que tecemos para nós mesmos, para nela deitar o nosso corpo” (ALVES, 2012, p. 10-11).

Algumas perguntas surgem neste ponto da pesquisa: “Pode alguém viver sem sonhos ou esperanças? Pode um povo ou um grupo social viver sem esperança ou sem um horizonte utópico?”. De acordo com Jung Mo Sung, “talvez haja pessoas vivendo sem sonhos ou esperanças, mas vidas assim se tornam insípidas, sem sentido e sem graça”. Para Sung “sonhar e ter esperanças, são necessidades vitais quase tanto quanto comer e beber, pois somos seres biológicos e simbólicos e precisamos encontrar um sentido e uma razão para vivermos” (SUNG, 2002, p. 9).

Podemos dizer que não só Nenuca, mas também a Teologia da Libertação, após a queda dos governos socialistas mais importantes, entraram numa crise dos horizontes utópicos, e como bem analisa Jung Mo Sung (2010, p. 199),

... a solução encontrada foi a de propor novos temas, como por exemplo, a discussão sobre os novos sujeitos históricos ou teológicos – indígenas, negros, mulheres – ou o diálogo intercultural, como novos desafios teológicos e eclesiais, sem responder adequadamente à crise fundamental da expectativa messiânica não cumprida ou discutir o que se entende agora por libertação [...] não quero dizer novos temas e desafios não sejam importantes [...] mas somente apontar para o fato de que muitas vezes essas novas abordagens e novos temas podem servir para não enfrentar um dos problemas fundamentais do cristianismo de libertação, que é o da frustração da expectativa messiânica.

Jung Mo Sung afirma que em 1997 no 9º. Encontro Intereclesial das CEBs percebeu-se a tendência de “reativar o sonho, a utopia de uma sociedade que acolha a todos e a todas, independentemente de cor, sexo, cultura, religião”. Para Jung Mo Sung, “esta busca de uma sociedade onde caibam todos e todas continua sendo a grande utopia”. Ou seja, “é a partir das lutas dos movimentos populares, das lutas das mulheres, negros, índios, crianças, que um novo sonho, aliás sempre antigo, vem surgindo no horizonte”: a criação do Paraíso Terrestre (da tradição Bíblica), a Terra Sem Males (da tradição Guarani) ou a Sociedade sem classes (do Marxismo). Jung Mo Sung, enfatiza que neste encontro, não se “questiona a noção de utopia e nem a possibilidade histórica defendida pela razão moderna de se construir no interior da história”, estas três concepções. Mas o objetivo foi sim, “reafirmar a validade dessa utopia e reativar esse sonho e as lutas para construí-lo”. Tendo como o Deus, que se

“revela na Bíblia, nas religiões originárias da América Latina e dos movimentos sociais comprometidos com a vida dos pobres e a justiça, é apresentado como o fundamento último da validade dessa utopia e dessa metanarrativa” (SUNG, 2010, p. 199-200).

De acordo com Jung Mo Sung, Leonardo Boff, “por sua vez, procura reafirmar a utopia em diálogo com as novas teorias científicas, partindo da tese cosmológica de que há uma minuciosa calibragem de medidas sem as quais as estrelas jamais teriam surgido ou eclodido a vida no universo”. Leonardo Boff “afirma que esta compreensão supõe que o universo não seja cego, mas carregado de propósito e intencionalidade” (BOFF, 1995, p. 226; SUNG, 2010, p. 200). Ou seja, estas duas últimas propostas, do 9º. Encontro e de Boff, “compartilham um mesmo pressuposto entre si e também com a teologia pré-moderna: a concepção metafísica da verdade e uma metanarrativa da história” Ou seja, “a pressuposição de uma ordem na história ou no cosmos já escrita e inscrita no processo evolutivo e histórico e que pode ser conhecida de modo objetivo através das ciências naturais, da ciência/filosofia da história ou pela revelação”. Para Jung Mo Sung, “esse conhecimento nos mostraria que a utopia, o Reino de Deus ou a Terra Sem Males se estabelecerá de modo definitivo e seguro no interior da história” (SUNG, 2010, p. 200-201).

Segundo Jung Mo Sung, “um dos problemas dessa aparente solução é que os sofrimentos e as angústias concretos das pessoas ficam sem resposta ou sem o seu devido valor por causa da sua pequenez diante da evolução do cosmos ou da longa história da construção da utopia”. Sung chama-nos a atenção para o segundo problema, ou seja, “esse tipo de pensamento metafísico, é que pode desembocar em um tipo de sacrificalismo de esquerda: exigir sacrifícios em nome da luta por uma sociedade sem sacrifícios”. Um exemplo disto é uma colocação²⁵ de José Maria Vigil (SUNG, 2010, p. 202), dizendo que “Abraham se pôs obediente no caminho, sem meta fixa, sabendo somente que deveria encaminhar-se à terra que Eu te mostrarei” (Gênesis 12.1-4). Jung Mo Sung diz que “essa Terra Prometida, que está ai adiante, mas não precisamente ao alcance da mão, senão um horizonte desde o qual se dá força para caminhar [...] os

²⁵ Fórum sobre Teologia da Libertação dos filhos de Abraão, realizado em Bari, Itália, de 07 até 09 de dezembro de 2005, que reuniu representantes do judaísmo, cristianismo e islamismo. José Maria Vigil, “após dizer que a supremacia absoluta da utopia é a segunda dimensão essencial da visão libertadora, o autor afirma que há perspectiva libertadora quando no horizonte do caminho está a utopia da libertação, uma esperança e promessa messiânica que atrai os caminhantes e lhes dá força para superar os obstáculos e tentações que podem lhes tirar do caminho”. Concluindo, Jung Mo Sung analisa que “se a utopia é absoluta, tudo pode e deve ser sacrificado em nome dela”.

caminhantes são capazes de deixar [...] tudo, até o próprio filho” (Gênesis 22.1-13). Para Jung Mo Sung, “estar disposto a sacrificar tudo, até o próprio filho, por uma sociedade sem sacrifício (utopia)”, não deixa de ser “uma consequência da ilusão e a pretensão de se construir com ações humanas uma sociedade plena e absoluta” (SUNG, 2010, p. 201-202).

De acordo com o pensamento de Jung Mo Sung (2010, p. 202-203),

... desviar o foco e reafirmar a expectativa da realização da utopia, são intentos de manter a validade e a vitalidade do cristianismo de libertação através da manutenção da expectativa messiânica de libertação plena dos pobres e das pessoas oprimidas no interior da história [...] essa linha é a mais conhecida e também a mais aceita pelas comunidades e ativistas do cristianismo de libertação, pois ela reafirma, ao mesmo tempo, o poder do Deus-libertador e a garantia da realização dos desejos mais profundos das pessoas de boa vontade.

Jung Mo Sung ancorado por pensadores como Hugo Assmann e Franz Hinkelammert, faz séria crítica “a pretensão da razão moderna e da civilização Ocidental de construir no interior da história a utopia, a sociedade perfeita, pretensão essa que, como vimos antes, desemboca sempre em exigências sacrificiais”. Jung Mo Sung defende “a tese de que a utopia é uma condição para podermos elaborar teorias de ação, uma necessidade epistemológica para todos que querem intervir na sociedade ou na natureza” (SUNG, 2010, p. 203). Para elucidar melhor este ponto recorro a Rubem Alves (2013, p. 262-263), que a partir de Mário Quintana diz,

Primeiro vem o impreciso desejo de navegar. Só depois vem a precisa ciência de navegar [...] Utopia, na linguagem comum é usada como sonho impossível de ser realizado. Mas não é isso. Utopia é um ponto inatingível que indica uma direção [...] Se as coisas são inatingíveis ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora [...] A mágica presença das estrelas.

Jung Mo Sung enfatiza que “até mesmo os [capitalistas] neoliberais que criticam a própria noção de utopia, precisaram criar o conceito transcendental ou utópico de mercado de concorrência perfeita ou o mercado totalmente livre para poderem elaborar hipóteses que norteiam suas intervenções no campo econômico e

político”. Para Jung Mo Sung, “a utopia”, de uma “sociedade perfeita”, de um “mercado perfeito”, ou até de um “corpo perfeito”, faz com que possamos “ver o que está falho naquilo que atualmente existe e nos permite traçar estratégias de intervenção para aproximar do modelo de perfeição” (SUNG, 2010, p. 203-204).

Ivone Gebara (Apud, Sung, 2010, p. 204), escreveu em 1990:

Pergunto-me se nosso discurso para os pobres, sobre sua libertação, sobre a conquista da terra, sobre a justiça, não estaria sendo viciado por um belo idealismo ou esperança, sem suficiente análise das condições objetivas de nossa história? [...] Ouso pensar que nós religiosos deveríamos iniciar o processo de recusa do consolo barato, como Raquel, recusou a consolação diante da morte de seus filhos, preferiu permanecer na lamentação e no choro [...] na realidade de sua dor, a engolir um anestésico que poderia criar ilusões e falsas esperanças.

De acordo com Jung Mo Sung, “Gebara criticou publicamente o setor majoritário da Teologia da Libertação e, aos poucos, foi elaborando outro tipo de teologia, para compreender e expressar a sua fé, e a sua opção pelos pobres e por pessoas e grupos oprimidos” (SUNG, 2010, p. 204). Segundo Sung, Ivone Gebara não deixou de lado sua imaginação transcendental, mas isso não a fez seguir o “caminho ilusório de negar todas as mediações institucionais, e construir um mundo sem relações de poder ou sem Estado”, ou seja, ela “não perde a noção da realidade e da condição humana”. Para Jung Mo Sung, esta atitude leva necessariamente “à discussão das mediações institucionais necessárias para a construção de um mundo mais humano e justo” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 181). De acordo com Jung Mo Sung, “para que nosso desejo de um mundo mais humano, não se perca em simplificações indevidas, dogmatismos ou cinismos pós-modernos”, faz-se urgente que, “voltemos a discutir frequentemente a complexa relação que há entre a noção de sujeito, sociedades complexas e horizontes utópicos”. Cientes que “os horizontes, pelas suas próprias características, são inalcançáveis, pois sempre permanecem à nossa frente por mais que caminhemos em sua direção” (SUNG, 2002, p. 12-13).

Jung Mo Sung “têm criticado a ilusão transcendental do capitalismo neoliberal e suas exigências sacrificais em nome da absolutização do mercado, da

idolatria do mercado”. Para Jung Mo Sung, “essa crítica à ilusão transcendental também cabe a alguns setores do cristianismo de libertação que creem poder construir no interior da história uma sociedade plenamente harmônica, justa e solidária; mas isso não significa a crítica ao cristianismo de libertação como tal e muito menos significa, abandonar a luta por uma sociedade mais justa e mais solidária, em favor da vida corporal mais digna para todas as pessoas”. Sendo assim, “significa somente que eles assumem os limites da história e da condição humana e lutam por outras formas de vida interpessoal e social e de organização da sociedade que sejam mais justas, solidárias e humanas”. Portanto, “para esse grupo, o valor e a validade do cristianismo de libertação não está baseada na sua promessa de construir a utopia, mas sim na justiça da própria luta” (SUNG, 2010, p. 205).

Para evitarmos “mal-entendidos”, se faz necessário compreender que para Jung Mo Sung, “a imaginação transcendental de uma sociedade livre de opressão e alienação transcende a história”, mas de certa forma está “no interior da história como critério de interpretação e julgamento, como um horizonte que permite ver e valorizar as realidades que a razão dominante não consegue e nem permite”, mas o interessante que Sung verifica que, mesmo sendo uma imaginação transcendental, ela “ainda está no interior da nossa realidade humana e social como uma força que motiva as pessoas a lutarem por uma sociedade mais humana”, que ele classifica como “realidade provisória”, ou ainda, como “sinal antecipatório” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 186).

Segundo Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 187), nenhum conceito utópico,

... funcionará, se não estivermos conscientes da nossa falibilidade e dispostos a reconhecer nossos erros [...] Utopia crítica e humanizadora precisa nascer da imaginação transcendental a partir dos sofrimentos, lutas e vida das pessoas pobres, marginalizadas e ou oprimidas. É isso que garante a real transcendência em relação ao sistema dominante e sua utopia.

Considerações intermediárias

Concluindo o pensamento de Jung Mo Sung sobre os horizontes utópicos, podemos dizer que, Sung (2002, p. 181) entende que,

Quando reconhecemos as potencialidades e os limites da condição humana, uma certa frustração é inevitável [...] Reconhecer a nossa condição humana é abdicar do sonho da realidade plena dos nossos desejos mais belos. Mas quando abdicamos da pretensão de realizar esses sonhos humanamente impossíveis, nós podemos construir um mundo melhor, do tamanho das nossas possibilidades.

Jung Mo Sung ainda cita Sócrates dizendo que “o sábio não é aquele que pensa que, mas aquele que sabe que não sabe ou que sabe muito pouco”. Sung ainda mostra que tem uma esperança, não mais que uma esperança, a de que na ressurreição, “Deus nos conceda a plenitude”. Para Sung, “o testemunho de pessoas que na sua simplicidade procuram viver, com esperança e alegria”, faz com que ele acredite que “ainda é possível vivermos uma vida que vale a pena ser vivida”. Jung Mo Sung conclui, “isto é o mais importante” (SUNG, 2010, p. 180-181).

Capítulo III *Evangelii Gaudium*: a retomada pastoral da práxis libertação na tradição da teologia da libertação.

Introdução

Utilizaremos nesta pesquisa, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, A Alegria do Evangelho do Papa Francisco, em sua 1ª. Edição em 2013, e 1ª. Reimpressão em 2014, Ed. Paulinas. Optarei pela sigla “EG” para identificá-lo no texto. Este que foi o primeiro documento oficial escrito pelas mãos do Papa Francisco. Nas palavras da professora da PUC-RJ, Dra. Maria Clara Lucchetti Bingemer, foi “o primeiro documento pontifício inteiramente de sua autoria” (AMADO; FERNANDES, 2014, p. 82). Desde já fica sabido que adotaremos a nomenclatura “Papa Francisco”, pois o peso destas declarações, não está no fato ter sido escrito por um teólogo, mas exatamente por ter sido escrito por um Papa, em um documento oficial da Igreja. Pesquisei o documento, com o objetivo de procurar indícios ou traços da Teologia da Libertação. Adotei como critério, os temas chave desta teologia, que aparecem sistematizados em Clodovis e Leonardo Boff (1986, p. 72-90), como sendo: 1) A fé viva e verdadeira, que envolve uma prática libertadora; 2) O Deus vivo que toma partido pelos oprimidos contra o Faraó; 3) O Reino: o projeto de Deus na história e na eternidade; 4) Jesus, o Filho de Deus que assumiu a opressão para nos libertar; 5) O Espírito Santo, “Pai dos pobres”, presente nas lutas dos oprimidos; 6) Maria, mulher do povo, profética e libertadora; 7) Igreja, sinal e instrumento de libertação; 8) Direitos dos pobres como direitos de Deus; 9) O comportamento do homem livre e libertador; Jung Mo Sung reafirma em seus escritos estes temas, incluindo: 10) As questões da teologia e economia (SUNG, 2008, p. 98); Claudio de Oliveira Ribeiro, indica que Leonardo Boff ampliou esta agenda, incluindo na pauta: 11) A preocupação ecológica (RIBEIRO, 2010, p. 34-35). Tomando por base esta lista, estudei os duzentos e oitenta e oito (288) parágrafos de *Evangelii Gaudium*, onde localizei cento e três (103) parágrafos com alguma conexão a teologia da libertação. Dos cento e três (103), dezenove parágrafos (19), possuem referências diretas ou indiretas a opção preferencial pelos pobres. Portanto opto por analisarmos nas linhas que se seguem, dezesseis (16) parágrafos, que julgo importantes para compreender a opção preferencial pelos pobres, no pensamento do Papa Francisco em seu documento eclesialístico.

1. Conhecendo: Papa Francisco.

Jorge Mario Bergoglio, nascido em 17 de dezembro de 1936, Buenos Aires, Argentina, em uma família de imigrantes italianos. Na sua Juventude fez graduação e mestrado em Química na Universidade de Buenos Aires. Em 1958 ingressou na Companhia de Jesus, graduou-se em Filosofia em 1960 e em Teologia em 1969. Fez seu Doutorado na Alemanha, além de ser eleito superior provincial dos Jesuítas na Argentina. Foi eleito pontífice de Roma em 13 de março de 2013, o Papa Francisco (CNBB, 09/12/2014; VATICANO, 09/12/2014). Escreveu seu primeiro documento, *Evangelii Gaudium*, A Alegria do Evangelho, o primeiro documento escrito pelas mãos do Papa.

2. Mobilizando para a práxis libertadora com foco nas condições reais de vida dos pobres.

Nas primeiras linhas do documento o Papa Francisco diz que “a alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus [...] com Jesus Cristo, renasce sem cessar a alegria” (EG, 2014, §. 1, p. 3). O Papa nos lembra que entre os seguidores de Jesus, “na primitiva comunidade, tomavam o alimento com alegria” (Atos 2.46); entre os discípulos, por onde passaram, “houve grande alegria” (Atos 8.8); até nas perseguições, “estavam cheios de alegria” (Atos 13.52). Sendo assim, o Papa Francisco então exorta-nos: “porque não havemos de entrar, também nós, nesta torrente de alegria?” (EG, 2014, §. 5, p. 7). De acordo com o Papa “a tentação apresenta-se, frequentemente sob [a] forma de desculpas e queixas, como se tivesse de haver inúmeras condições para ser possível a alegria”. Segundo ele, “habitualmente isto acontece, porque a sociedade técnica teve a possibilidade de multiplicar as ocasiões de prazer, no entanto ela encontra dificuldades grandes no agendar também a alegria” (EG, 2014, §. 7, p. 8).

Percebemos que nos primeiros parágrafos, mais precisamente entre os parágrafos 1 e 7, possui um convite a alegria, um convite a comunhão com Cristo, um convite a reflexão. Mas no meio do parágrafo 7 de *Evangelii Gaudium*, encontramos, nas próprias palavras do Papa Francisco, a seguinte declaração: “Posso dizer que as alegrias mais belas e espontâneas, que vi ao longo da minha vida, são as alegrias de pessoas muito pobres que têm pouco a que se agarrar” (EG, 2014, p. 8 e 9).

Desta forma nos primeiros parágrafos do documento eclesial, encontramos o que transparece respeito para com as pessoas pela sua força de não abandonar a vida e sua capacidade de valorizá-la. A força e significado deste parágrafo estão de fato, no que ele representa uma experiência pastoral da práxis, não de uma teoria a ser aplicada. Este parágrafo marca o envolvimento e a proximidade com a questão da pobreza, e com a pessoa do pobre, pois ele “viu”. Ou seja, com este olhar o papa enxerga a pessoa do pobre.

Mesmo que de forma indireta, talvez aqui uma indicação, de quem o Papa irá privilegiar em seu discurso. Pensemos agora nos valores e argumentos cristológicos presentes nos verbos utilizados para mensurar, amparar seus posicionamentos. No parágrafo 24, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 22) exorta a todos os cristãos:

...ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa! Como consequência, a Igreja sabe envolver-se, Jesus lavou os pés dos seus discípulos, o Senhor envolve-se e envolve os seus pondo-se de joelhos diante dos outros para lavá-los; mas logo a seguir, diz aos discípulos: Sereis felizes se o puserdes em prática (João 13.17) [...] com obras e gestos, [...] entrar na vida diária dos outros, encurte as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no [Seu] povo [...] os evangelizadores, contraem assim, o cheiro de ovelha, e estas escutam a sua voz.

Primeiramente quero chamar atenção à colocação “tomar a iniciativa”. Eu vou até o que sofre, eu vou buscar o que está machucado. Em outras palavras, a Igreja toma a iniciativa. Ao fazer referência, o “envolver-se” de Jesus, ou como Jesus fazia, o Papa mostra-nos seu argumento, com uma pré-disposição logo nas primeiras páginas de seu documento, em relacionar a opção pelos pobres, como decisão do próprio Cristo, ou seja, ele define que seu documento tem base cristológica. Outra referência que nos chama a atenção, é o “misturar-se” entre as ovelhas. Uma clara convocação, de misturar-se com o povo, com os menos favorecidos, para compreendê-los e para sermos compreendidos. De acordo com Dr. Waldecir Gonzaga, da PUC-RJ, aqui fica claro que o “envolver-se”, é o “primeirar”, ou seja, “integrar-se no meio delas”, adquirindo “o cheiro delas” (AMADO; FERNANDES, 2014, p. 83).

A expressão *pegar o “cheiro”* é uma metáfora, que ilustra grande proximidade, continuidade no encontro, não é algo pontual, ou seja, apenas uma visita. É mais do que isso, é uma atitude permanentemente, é preferencial. Além disso, o cheiro se leva para outros lugares, estas pessoas tornam-se identificáveis por terceiros: estes são aqueles que gastam seu tempo maior com este grupo. Pois aquele que se mistura fica com cheiro do povo, e assim terá voz no meio deles, pois viveu e vive o sofrimento e as lutas da comunidade. Participa, relaciona-se, preocupa-se, envolve-se. Portanto, cheiro também está ligado a trabalho árduo que provoca cheiro de suor, cheiro de gente lutadora, interessante que não é um perfume, mas um cheiro. O cheiro é marcante, forte e nauseante, já o perfume é suave, leve e agradável. Isto mostra-nos que envolver-se com o povo verdadeiramente, não é algo suave, leve, e nem sempre agradável. Envolver-se com o povo, é algo forte, por vezes nauseante, mas sem dúvida marcante.

Vejamos a utilização dos verbos “entrar – encurtar”. Estes sugerem um movimento claro em uma direção; Da mesma forma os verbos “abaixar – assumir – tocar”, referem-se a um processo interior da pessoa, ou seja, uma atitude que não é uma ação somente exterior, mas que demonstra proximidade natural e real, que assume este movimento. Trata-se de uma possível necessidade de superar ideias do próprio privilégio de assumir um compromisso, de entrar realmente em contato, mas, com todo “tato”. Interessante é o verbo final: “escutar a voz”. Aqui a opção do movimento do evangelizador para o pobre, se transformou na possibilidade do movimento do pobre para o evangelizador. De certo modo “tocar” a carne sofredora, é verbo mediador dos dois movimentos. Novamente um imaginário pastoral, da práxis para a práxis.

Acredito que o parágrafo 49 do documento (EG, 2014, p. 42-43), ilustre o que estou explicando,

Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças [...] Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma

multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: «Dai-lhes vós mesmos de comer» (Mc 6,37).

Primeiramente a maneira como foi escrito, a frase está na primeira pessoa. Ou seja, o Papa fala, mas as palavras são as mesmas, que o Padre, o cidadão Jorge Mario Bergoglio já falou em situações anteriores, ou seja, ele as repete. É o seu próprio sentimento que estão nas linhas que se seguem. Após iniciar o texto ele explora uma santidade relacional e social, não, uma santidade construída pela omissão de contato com o mundo considerado contagioso e mal. Poderíamos comparar a santidade de Jesus, versus a santidade dos fariseus. Quando nos encerramos nas “estruturas”, “hábitos” e “normas” cujo objetivo seria, a “proteção” e a “tranquilidade”, nos distanciamos da vida das pessoas, nos achamos “falsamente” protegidos, sábios e em paz por ter excluído a vida real, onde a gente não daria conta e não teria nada a dizer. Se alguém tem fome, este alguém precisa ser socorrido. O intuito pastoral apresentado neste texto, apresenta-nos uma única opção, é a igreja que tem que se mover em direção ao faminto. “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6.37). Portanto se a Igreja Cristã, como instituição, quer ter algum valor perante a sociedade, ela deve se apresentar como a que alivia o sofrimento, seja ele, qual for. De fato esta experiência preferível, de se “acidental”, se “enlamear”, e até mesmo se “ferir”, se necessário, por entrar em contato com o mundo, são expressões revolucionárias, raras e singelas. Expressões como estas, não fazem parte dos discursos comuns, principalmente partindo de um Papa. Nestas palavras de exortação e autorização, se explora a possibilidade de errar, pois quem se envolve, e se arrisca no relacionar-se, pode se decepcionar, se ferir e se machucar.

Quando escutamos expressões retóricas, do dever de ser “implacável” (perante o pecado), da coragem de “jamais ceder” (perante a tentação), parecem até serem símbolos de santidade. Enquanto tocar, cheirar, se acidental pelo outro, são símbolos de amor. De acordo com o Papa Francisco, no parágrafo 47, “muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega, [mas] é a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa” (EG, 2014, p. 42-43).

O Papa Francisco, ao olhar para a missão evangelizadora da Igreja, pergunta, no parágrafo 48, de seu documento (EG, 2014, p. 42),

Mas a quem deveria privilegiar? [...] quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que

são desprezados e esquecidos, aqueles que não têm com que retribuir (Lucas 14.14) [...] não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima [...] hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer [...] há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres, não os deixemos jamais.

Aqui encontramos a primeira citação direta em relação à opção preferencial pelos pobres, mas, não uma citação literal conceitual. O respectivo movimento e atitude que correspondem, a opção preferencial para os pobres são traduzidos em palavras pastorais. A opção preferencial aos pobres é agora esclarecida como “não privilegiar amigos e vizinhos ricos”, mas, “pobres”, “doentes”, os “desprezados” e “esquecidos”, que “não têm com que retribuir”.

Interessante é a utilização de argumentos teológicos, não sociológicos nem antropológicos. Como as palavras: “evangelho”, “evangelização”, “sinal do Reino de Deus que Jesus veio trazer, vínculo entre [...] fé e os pobres” que envolve o crente, e por fim a súplica de não os deixar. Portanto a lógica é: O evangelho e a evangelização, ambos consideram os pobres os destinatários privilegiados do evangelho. Outro aspecto de interesse é a compreensão do “Reino de Deus, que Jesus veio trazer”. O reino é inaugurado, iniciado em Jesus. Não é em Cristo, que pode se referir a sua ressurreição, mas sim em Jesus, ou seja, na vida do nazareno, do homem trabalhador e pobre, do carpinteiro judeu. Quando o Papa em seu discurso menciona que “existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres”, é porque ele entende que “a igreja está ligada por vocação nata, a humanidade indigente e que sofre”, em sua colocação podemos ver ecoar as palavras de *Medellín*, de que “os pobres são o sacramento de Cristo”, “vínculo indissolúvel”, e classifica, os pobres e humildes, como “o verdadeiro tesouro da Igreja” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 10-11).

O parágrafo 57, que considero uma indicação indireta a opção preferencial pelos pobres, aponta que para as “categorias de mercado”, quando, “absolutizadas”, estas enxergam Deus, como “incontrolável, não manipulável, e até mesmo perigoso, na medida em que chama o ser humano à sua plena realização e à independência de qualquer tipo de escravidão” (EG, 2014, p. 51). Portanto neste discurso, dentro da opção pelos pobres, existe o reconhecimento de que alguns sistemas escravizam, ou seja, os sistemas de mercado absolutizados. Sendo assim, na opção pelos

mais pobres, está a libertação a qualquer tipo de opressão. Façamos a seguinte pergunta, “Deus é incontrolável, não manipulável, e até mesmo perigoso” para quem? Seria para aqueles que querem controlá-lo, manipulá-lo? Não seria para aqueles que tem poder? Eventualmente, também poder eclesiástico? Certamente, porém, poder na sociedade que usa Deus para defender os seus interesses. Certamente que o projeto atrás da opção pelos pobres: O chamado do “ser humano à sua plena realização e à independência de qualquer tipo de escravidão”. Aqui não se fala, por exemplo, de “formar um povo de adoradores”, “aumentar os membros da igreja”, ou ainda “garantir prosperidade”. O foco está no ser humano, nas suas necessidades essenciais, é na sua realização plena. Ou seja, já “não depender da escravidão”, significa até mesmo independência da escravidão dos privilégios (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 11).

Portanto, pedagogicamente no discurso do parágrafo 57, o Papa Francisco, tem o intuito de ratificar o que foi elaborado em *Puebla*, ou seja, primeiro a “expressão de amor preferencial da igreja pelo povo simples”, depois o ensino aos pobres, de que a “fé libertadora do evangelho, se une como igreja e como povo, e lutam por mais vida, e vida plena” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 11). Creio que é por isso que o Papa faz alusão aos que moram nas cidades no parágrafo 72, pois ali, “na vida cotidiana, muitas vezes os cidadãos, lutam para sobreviver, e nesta luta, esconde-se um sentido profundo da existência, que habitualmente comporta também um profundo sentido religioso” (EG, 2014, p. 63).

Acredito que neste ponto da pesquisa devemos lembrar e pensar, em quem são os pobres? É uma questão que precisamos deixar claro para continuarmos nossa análise. Ora, “tomamos aqui os pobres em um sentido real, e não em um sentido metafórico”, na verdade “são os que sofrem uma carência econômica fundamental, são os que estão privados dos bens materiais necessários para levar uma existência digna” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 17). Desta forma a luta pela sobrevivência esconde uma noção, uma escolha: quem luta afirma que faz sentido existir e viver. Além disso, quem dá, dessa forma, sentido a sua existência, faz algo que no mesmo momento contém uma dimensão religiosa, que é dar sentido último à vida. Quem luta é, de certo modo, igual ao evangelizador: os dois são iguais na sua busca de decifrar a vida. O Papa Francisco menciona, no parágrafo 114, que “a Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos possam sentir-se acolhidos, amados, perdoados e animados a viverem segundo a vida boa do Evangelho” (EG, 2014, p. 96).

Com a mesma intensidade no parágrafo 125 (EG, 2014, p. 106), o Papa escreve que,

... só a partir da conaturalidade afetiva que dá o amor, é que podemos apreciar a vida teologal, presente na piedade dos povos cristãos, especialmente nos pobres [...] na fé firme das mães ao pé da cama do filho doente, que se agarram, a um terço ainda que não saibam elencar os artigos do Credo, ou na carga imensa de esperança contida numa vela que se acende numa casa humilde, para pedir ajuda a Maria.

Partindo da “conaturalidade afetiva”, pensemos que algo conativo “denota tentativa de realizar uma ação, possui o intuito de influir no comportamento do interlocutor”, ou seja, o conato “é o esforço, a tentativa” (HOUAISS, 2001, p. 783), de se compreender o outro sem julgá-lo, sem avaliá-lo, apenas lutando e se empenhando para enxergá-lo, e se disponibilizando para compreendê-lo, na sua angústia, na sua jornada, com o intuito primo, de aliviar o sofrimento do outro. Neste esforço, procurar ler nas entrelinhas, o que significa tal atitude, e ainda buscar aprender com tal atitude. Acredito, que aqui, o Papa mais uma vez, traz a discussão da igreja, para práxis, longe dos tratados de teologia, distante das disputas doutrinárias. Convida-nos sim, a um esforço hermenêutico, a partir de vidas reais e contemporâneas.

De acordo com o Papa Francisco, ainda no parágrafo 125 (EG, 2014, p. 106 e 107), “quem ama o povo fiel de Deus, não pode ver estas ações unicamente como busca natural da divindade”, mas sim,

...a manifestação de uma vida teologal animada pela ação do Espírito Santo, que foi derramado em nossos corações (cf. Rm 5.5) [...] expressões da piedade popular têm muito que nos ensinar e, para quem as sabe ler, são um lugar teológico a que devemos prestar atenção.

Primeiramente, precisamos compreender por “lugar teológico” textos, como “a escritura, a tradição, o magistério, as sentenças teológicas”, ou seja, textos que nos foram transmitidos. A de lembrarmos que na teologia latino-americana, segundo Jon Sobrino, o “lugar teológico”, é antes de tudo “algo real, lugar de onde se podem reler mais adequadamente os textos do passado” (SOBRINO, 1994, p. 48). Sendo assim, o Papa Francisco, ao vincular o lugar teológico, a mística popular, ou seja, a “piedade” dos pobres, “a vela que se acende numa casa humilde”, percebe-se que, ele nos leva ao “lugar teológico” da teologia da libertação. Ou seja, os pobres da terra. Exatamente como avalia Jon Sobrino (1994, p. 49), este “lugar teológico”,

... como realidade substancial, são os pobres deste mundo, e é essa realidade que deve estar presente e penetrar qualquer lugar categorial em que for realizada. Para justificar esta opção, a cristologia pode invocar a *priori* a correlação entre Jesus e os pobres e sua presença neles, tal como aparece no NT.

Portanto é a partir da vida real dos pobres, ou seja, a partir deste privilegiado “lugar teológico”, que devemos reler os textos sagrados. O Papa Francisco nos dá indícios, que ele assim o faz. Vejamos por exemplo, no parágrafo 179, onde ali ele reúne os seguintes textos bíblicos, propondo esta releitura: “Sempre que fizeste isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes; com a medida que medirdes, assim sereis medidos; sede misericordioso como o vosso Pai é misericordioso, não julgueis e não sereis julgados, não condeneis e não sereis condenados, perdoai e sereis perdoados, dai e ser-vos-á dado; a medida que usardes com os outros, será usada convosco” (Mateus 25.40 e 7.2; Lucas 6.36-38). O documento eclesialístico (*EG*, 2014, §. 179, p. 147 e 148), traz a seguinte nota sobre as escrituras:

É uma mensagem a que frequentemente nos habituamos e repetimos quase mecanicamente, mas sem nos assegurarmos de que tenha real incidência na nossa vida e nas nossas comunidades. Como é perigoso e prejudicial esta habituação que nos leva a perder a maravilha, o fascínio, o entusiasmo de viver o Evangelho da fraternidade e da justiça! A Palavra de Deus ensina que, no irmão, está o prolongamento permanente da Encarnação para cada um de nós.

Sendo assim encontramos no discurso acima o ensino de que no irmão e no outro, “está o prolongamento permanente da Encarnação para cada um de nós”. Ou seja, na interpretação do Papa Francisco, a partir deste “lugar teológico”, como vimos, faz brotar “a caridade efetiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove” (*EG*, 2014, §. 179, p. 147-148). Portanto “a questão não é se alguém busca a Deus ou não, mas se o busca onde ele mesmo disse que estava” (SOBRINO, 1994, p. 48), naquele “lugar teológico”, ou seja, entre os pobres. Como consta em Mateus 25.40, onde diz: “Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos a Mim mesmo o fizestes” (*EG*, 2014, §. 179, p. 147-148).

O Papa Francisco enfatiza no parágrafo 197 (*EG*, 2014, p. 162), utilizando 1 Coríntios 8.9 que,

No coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres, tanto que até Ele mesmo Se fez pobre. Todo o caminho da nossa redenção está

assinalado pelos pobres [...] esta salvação veio a nós, através do sim de uma jovem humilde, de uma pequena povoação perdida na periferia de um grande império [...] o Salvador nasceu num presépio, entre animais, como sucedia com os filhos dos mais pobres; foi apresentado no Templo, juntamente com dois pombinhos, a oferta de quem não podia permitir-se pagar um cordeiro; cresceu num lar de simples trabalhadores, e trabalhou com suas mãos para ganhar o pão.

Aqui encontramos o qualificativo “preferencial” junto com a opção pelos pobres, é um indicativo que esta opção não pode ser exclusiva, quer dizer, destinada “somente” aos pobres. Assim o amor pelos pobres é por predileção, pois “o próprio termo preferência, rechaça toda exclusividade e sublinha quem deve ser os primeiros, não os únicos” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 152; GUTIÉRREZ, 2000, p. 23). O Papa chama a atenção ao nascimento de Jesus, que é marcado por se encontrar no núcleo dos pobres, em um povoado da Galileia, chamado Nazaré (Lucas 1.26). Isto o coloca entre as famílias pobres que ansiavam por libertação, os detalhes de seu nascimento em um estábulo, o remetem a uma íntima relação com a dureza da vida. Sendo assim, o Papa Francisco não esconde que entre Cristo e os pobres não existe separação, ou seja, não que Cristo se dirija ao pobre, como se estivesse fora dele, “mas como se encontrando no próprio pobre”. Portanto, o “pobre é mediação viva do Senhor, sua expressão real, e não somente um intermediário” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 101 e 131-132).

O Papa Francisco reforça no parágrafo 198, que a opção pelos pobres, pelos últimos da história, “é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica”, pois para ele, partindo de Filipenses 2.5, “Deus manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles, esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus” (EG, 2014, p. 163). De acordo com o Papa, “inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma opção pelos pobres”. Ainda no parágrafo 198, o Papa escreve que esta opção, “está implícita na fé cristológica naquele Deus, que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”. Ele continua: “por isso desejo uma Igreja pobre para os pobres” (EG, 2014, p. 163).

Quero destacar o “desejo” do Papa Francisco, de uma “Igreja pobre para os pobres”. Somos no parágrafo 198, levados a pensar que além de ser o “desejo” do próprio Papa, também é o “desejo” de Jorge Mario Bergoglio, ou seja, é o “desejo” de um cidadão, mas também é o “desejo” de uma Igreja que privilegia os pobres, oferece

os primeiros lugares aos pobres. Não que esta Igreja não tenha lugar para o rico, ou que seja contra o rico, mas uma Igreja que é contra os privilégios e interesses próprios dos poderosos e opressores. Nesta Igreja há lugar para os ricos na medida, que se convertam e se fraternizem com os pequenos (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 158 e 11).

Verifico proximidade entre o pensamento do Papa Francisco, com o pensamento do Papa João XXIII, de 11 de setembro de 1962, de que “a Igreja é e quer ser uma Igreja de todos, mas principalmente a Igreja dos pobres” (Apud, BOFF; PIXLEY, 1986, p.10-11). Além disto, percebo no documento *Evangelii Gaudium*, o mesmo “tom” do concílio Vaticano II (2007/2012, §. 306, p. 192), que aponta para Cristo, como sendo aquele que “realizou sua obra da redenção na pobreza e na perseguição”, portanto, da mesma forma “a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho”. Ou seja, seguir aquele que se fez pobre por nós. No mesmo Vaticano II (2007/2012, §. 306, p. 192), encontramos que:

Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

De acordo com Monsenhor Moacyr Grechi, foi pleiteado que a expressão, *Igreja dos pobres*, “se tornasse o próprio tema central do Concílio Vaticano II”, tendo como principais articuladores, o Grupo de Estudos do Colégio Belga (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 12). Portanto, encontro significativa aproximação entre o discurso do Papa Francisco, e os ideais do Vaticano II.

O Papa Francisco, no parágrafo 199, diz ser necessário “apreciar o pobre na sua bondade própria, com seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver a fé”. Servindo-o com “amor autêntico”, ou seja, “porque ele é belo, independentemente de sua aparência”. No mesmo parágrafo (EG, 2014, p. 164 e 165), ele identifica que,

... quando amado, o pobre é estimado como de alto valor, e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres, de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos, [...] unicamente a partir desta proximidade real e cordial, é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação.

Ao elencar que a opção preferencial pelos pobres, é mais que uma posição ideológica, notamos semelhante compreensão ao discurso do Monsenhor Grechi, do Acre, ao escrever o prefácio de *Opcion por los pobres* em 1986, apontando que “a opção pelos pobres há de ser considerada como uma das maiores graças de Deus, que foi concedida a sua Igreja nos últimos tempos” e que “a descoberta do pobre, equivale a redescobrimto do verdadeiro rosto do Senhor”. Pois para ele, “conhecendo melhor o pobre, a Igreja conhece melhor seu divino Fundador e Senhor” (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 10).

Esta compreensão fica mais evidente quando voltamos ao parágrafo 198, onde o Papa enfatiza ser “necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles” (EG, 2014, p. 163), ou seja, pelos pobres. Sendo assim, “a nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocar no centro do caminho da Igreja” (EG, 2014, p. 164). Para o Papa, “somos chamados a descobrir Cristo neles”, é necessário “emprestar-lhes a nossa voz [aos pobres] nas suas causas, mas também [nos tornarmos] seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles” (EG, 2014, p. 164).

O Papa Francisco, demonstra profundo interesse no tema da pobreza, evidenciado inclusive por seu olhar amplo em relação ao assunto, lembrando-nos no parágrafo 212, que as mulheres são “duplamente pobres”. O Papa (EG, 2014, p. 172 e 173) diz:

Duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos. E todavia, também entre elas, encontramos continuamente os mais admiráveis gestos de heroísmo quotidiano na defesa e cuidado da fragilidade das suas famílias.

Saliento aqui, grande semelhança no discurso do Papa Francisco, com Gustavo Gutiérrez, talvez não uma citação bibliográfica, mais acima de tudo uma citação de memória ideológica, uma citação que demonstra harmonia de pensamento. Semelhantemente Gutiérrez também enxerga a “mulher, especialmente a dos meios populares, duplamente explorada, marginalizada e desprezada” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 16). Para o Papa Francisco, fazendo uma ponte para o parágrafo 213, encontramos que para ele “toda a violação da dignidade pessoal do ser humano, clama por vingança junto de Deus, e torna-se ofensa ao Criador do homem” (EG, 2014, p. 173). Ao incluir na sua

análise de pobreza, as mulheres, o Papa se aproximou de Gutiérrez, quando aponta que qualquer violação da dignidade, é uma ofensa ao criador, ele demonstra semelhança a Clodovis Boff e Jorge Pixley em relação à leitura da Bíblia neste quesito, ou seja, de que o Deus do Êxodo, apesar de não fazer acepção de pessoas, numa situação de injustiça, faz uma opção preferencial pelos oprimidos em geral. Portanto Deus escolhe os escravos, as viúvas e os órfãos. Semelhantemente o Papa Francisco, demonstra em seu discurso que para ele, assim como para Boff e Pixley, o próprio Deus da Bíblia é o Deus que faz a opção preferencial pelos oprimidos (PIXLEY; BOFF, 1986, p. 38-39).

Considerações intermediárias

Seguindo a Tradição Católica, o Papa Francisco, aponta no parágrafo 286 (EG, 2014, p. 224-225), Maria como símbolo desta mulher pobre e trabalhadora, pois,

Maria é aquela que sabe transformar um curral de animais na casa de Jesus, com uns pobres paninhos e uma montanha de ternura. Ela é a serva humilde do Pai, que transborda de alegria no louvor. É a amiga sempre solícita para que não falte o vinho na nossa vida. É aquela que tem o coração trespassado pela espada, que compreende todas as penas. Como Mãe de todos, é sinal de esperança para os povos que sofrem as dores do parto até que germine a justiça. Ela é a missionária que Se aproxima de nós, para nos acompanhar ao longo da vida, abrindo os corações à fé com o seu afeto materno.

De acordo com o Papa Francisco, no parágrafo 288, Maria é “mulher orante e trabalhadora de Nazaré”. Mas nem por isso deixa de sair (Lucas 1.39-40), às “pressas da sua povoação para ir ajudar os outros” (EG, 2014, p. 227). Apesar de algumas referências, como esta que vimos sobre Maria, serem indiretas dentro da opção preferencial pelos pobres, uma coisa é verificável, esta opção do Papa Francisco, permeia todo o documento eclesiástico. Portanto, “poderíamos ler todo o texto de [*Evangelii Gaudium*] e iríamos perceber, ao longo de toda a exortação, que realmente os pobres contam com um especial carinho da parte de Deus” (AMADO; FERNANDES, 2014, p. 82).

3. *Evangelii Gaudium* e a economia.

Introdução

Esta segunda parte foi inspirada nos escritos de Jung Mo Sung, que me abriram os olhos em direção a outros desafios para a teologia da libertação, ou seja, teologia da economia e política em torno de uma “teologia da Vida, contra os mecanismos da morte”. Sung foi membro da escola do Departamento Ecumênico de Investigações – DEI, da Costa Rica, onde o tema teologia e economia aparece com nomes como Franz Hinkelammert, Hugo Assmann, Enrique Dussel, depois logicamente com Jung Mo Sung. Podemos dizer que Jung Mo Sung está entre os que desenvolveram os embriões deste tipo de análise da economia, do mercado, e do capitalismo na América Latina (SUNG, 14/03/2014), e que ainda permanece pesquisando a temática. Para analisar a economia em *Evangelii Gaudium*, utilizarei as ideias de Sung, pois para ele o tema da “teologia - economia/política, tão central na origem da teologia da libertação foi deslocado para outros desafios” (SUNG, 2008, p. 98), mas precisa ser retomado. Algo que aconteceu com este documento eclesiástico.

3.1 Desafiando as chamadas realidades econômicas.

No parágrafo 50 do documento eclesiástico, O Papa Francisco começa esboçar o seu método, pois para ele, “antes de falar de algumas questões fundamentais relativas à ação evangelizadora, convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir”. (EG, 2014, p. 45). Ao mencionar que precisamos verificar onde vivemos e agimos, percebemos uma proposta de olhar a realidade em que nos encontramos, julgar a situação em que estamos, e como nossos semelhantes estão ao nosso redor, e agir de acordo com esta realidade. Ou seja, não podemos fechar nossos olhos ao que está acontecendo. Portanto ao invés de nossos olhos estarem focados na salvação eterna, estarão na sobrevivência das vidas dos que aqui estão. Ora, aqui como bem observa Jung Mo Sung, o Papa claramente possui um método, que pelo menos lembra o “ver-julgar-agir” da teologia da libertação (SUNG, 14/03/2014).

Ainda no parágrafo 50, o Papa Francisco (EG, 2014, p. 45), enfatiza que,

... é habitual hoje falar-se de um excesso de diagnóstico, que nem sempre é acompanhado por propostas resolutivas e realmente aplicáveis [...] também não nos seria de grande proveito um olhar puramente sociológico, que tivesse a pretensão com sua metodologia, de abraçar toda a realidade de maneira supostamente neutra e asséptica [...] situa-se mais na linha de um discernimento evangélico [...] é o olhar do discípulo missionário, que se nutre da luz e da força do Espírito Santo.

Neste parágrafo o Papa Francisco, menciona a frieza de somente utilizarmos as ciências sociais, como ferramenta de análise da realidade (SUNG, 14/03/2014). Percebo que para ele a igreja não deve substituir as ciências sociais, mas também é sabido que essas não são suficientes para o olhar da fé. Ou seja, é preciso, além das ciências sociais, um olhar da fé para entender os sinais dos tempos, sinais que mostram a ação de Deus no mundo e por isso mostram também os males que são vistos como normais sem o olhar da fé. Portanto analisando o parágrafo 50, devemos olhar sim para realidade ao nosso redor, mas somente olhar e analisar não são suficientes, pois para o Papa, também devemos ser discípulos. Ora, algo me chamou atenção aqui, pois em João 13.35, Jesus diz que se nos amarmos uns aos outros, todos saberão que somos discípulos. Percebo que estamos falando de amor, pois amor é condição para se tornar discípulo.

Partindo para o parágrafo 53, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p.47 e 48), verifica que,

... assim como o mandamento ‘Não Matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento de um idoso sem abrigo, não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa [de Valores], isto é exclusão.

Podemos notar nesta sequência de raciocínio, que o Papa, após a explicitação do seu método, aponta a exclusão social e a enorme desigualdade social, ficando claro que ele está preocupado. O curioso é que esta preocupação se estende até a elite capitalista mundial, como o Fórum Econômico Mundial de Davos, por exemplo. Isto nos mostra que a desigualdade social e a exclusão, aparecem como um dos grandes

desafios do mundo de hoje (SUNG, 14/03/2014). E tem mais, não podemos esquecer que este documento é eclesiástico, logo associado a conceitos bíblicos. Sendo assim, o que está por detrás do mandamento, “Não matarás” é o princípio de defesa da vida dos mais fracos, pois o princípio fundante da vida de acordo com o poema da criação é o alimento (Gênesis 2.7-9). Assim que o “ser se torna animado”, ou seja, um “ser vivente”, Deus coloca-o num jardim, e lhe abastece de comida, para que a vida seja mantida (SUNG, 2008, p. 28-29). Para compreendermos melhor este item, utilizarei o pensamento de Jung Mo Sung (2008, p. 29), defendendo que,

Com a vida recebida de Deus o homem se tornou um ser vivente. Volto a insistir: o ser humano não é um ser composto de alma e corpo, mas um ser vivente. E como ser vivente o ser humano luta contra a morte. Para a Bíblia, a principal luta do ser humano não é a da alma contra o corpo, mas da vida contra a morte. Por isso que logo após ter criado o ser humano como ser vivente, o livro de Gênesis diz que Deus plantou um jardim onde cresceu toda espécie de árvores formosas de ver e boas de comer.

Portanto no parágrafo 53, o Papa Francisco, seguindo a ideia de Sung, leva a economia para o coração da teologia (dogmática), pois o Papa traz a economia na discussão sobre Deus. Ou seja, uma vez que o direito a vida precisa ser preservado, uma vez que a vida se dá basicamente através do alimento, e as ciências econômicas cuidam da manutenção e distribuição de renda e comida (sistema de mercado - produção, compra, venda e distribuição), se esta economia mata, ela deve ser rejeitada, ou seja, este modelo deve ser redefinido, pois o mandamento descrito em Êxodo 20.13 é: não matarás (SUNG, 2008, p. 28-29). Portanto pensemos: Uma vez que o direito a vida é graça de Deus, e o sistema vigente impõe a morte dos fracos e miseráveis, chegamos à conclusão que este sistema é idólatra. Pois Deus é o “Deus da vida” (SUNG, 1º.sem/2014). Para o teólogo José Comblin, “de fato, há no Ocidente, nos componentes dinâmicos da sociedade, um consenso básico: a meta é a produção. O critério supremo é o crescimento da produção”. As nações para Comblin, “valem de acordo com seu PIB. A produção é o grande mito da burguesia. Para fomentá-la criou-se a ética do trabalho. É verdade que a produção aumentou de maneira incrível ao longo do século XX, atingindo níveis que ninguém teria imaginado. As sociedades são governadas para poder aumentar a produção. Aceitam os piores sacrifícios em vista do crescimento da

produção: desemprego, pobreza, exploração, corrupção. Aceita-se tudo, contanto que se realize a promessa de maior produção”. Segundo Comblin “a produção tornou-se uma divindade à qual se sacrifica a vida dos povos” (COMBLIN, 1996, p. 279-280). Quero encerrar a análise do parágrafo 53 de *Evangelii Gaudium* notando que existe uma novidade neste documento eclesial. O documento não utiliza a ação social como apêndice do evangelismo, mas propõem a própria ação social como movimento evangelizador (SUNG, 1º. sem/2014).

Os parágrafos 55 e 56 receberam o título: “Não à nova idolatria do dinheiro” (EG, 2014, p. 49). Logo é interessante verificar o pensamento de Jung Mo Sung, trazendo-nos a ideia que o mundo moderno é idólatra, acaba sobrepujando o antigo entendimento que o mundo moderno era Ateu. Sendo assim, a utilização do termo “idolatria do dinheiro”, nos remete ao Departamento Ecumênico de Investigações – DEI, da Costa Rica, pois foi exatamente ali que nomes como Franz Hinkelammert, Hugo Assmann, Enrique Dussel, depois logicamente Jung Mo Sung, desenvolveram os embriões deste tipo de análise da economia, do mercado, e do capitalismo (SUNG, 14/03/2014). Logo, Jung Mo Sung, ao analisar *Evangelii Gaudium* diz que, o tema econômico se desloca para o centro da discussão teológica sobre a missão de evangelização; e, mais do que isso, afirma que o mundo moderno não é fundado na razão atea, mas sim na irracionalidade da idolatria. Sung diz que a “razão moderna é a racionalização do irracional” (SUNG, 14/03/2014).

Começando pelo parágrafo 55, o primeiro após o subtítulo “Não à nova idolatria do dinheiro”, o Papa Francisco (EG, 2014, p. 49 e 50), apresenta-nos que,

A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Êxodo 32.1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios, e sobretudo, a grave carência de uma orientação antropológica, que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.

Vejo aqui uma influência, ou pelo menos uma harmonia, com os escritos da teologia da libertação, ou como bem analisou Dr. Michael Löwy, “uma mesma música já escutada na Teologia da Libertação” (LÖWY, 25/09/2014). Neste parágrafo,

propriamente dito, encontramos ideias que foram embrionárias da obra coletiva "A luta dos deuses" de 1980, "um marco na Teologia da Libertação". E que para Jung Mo Sung (14/03/2014),

... já defendia que o problema central do mundo moderno não é o ateísmo, mas sim a idolatria que exige sacrifícios de vidas humanas, especialmente dos pobres, em nome de deuses da opressão do nosso tempo. Assim como Israel lutou contra o 'bezerro de ouro' e o Baal, hoje enfrentamos a idolatria do dinheiro, do mercado e do capital.

Voltemos ao parágrafo 54, onde o Papa Francisco (EG, 2014, p. 48 e 49), verifica que,

Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «recaída favorável» que pressupõem que todo o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos factos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença.

O parágrafo 54, nos mostra que o Papa, possui visão clara de que o mercado nunca vai livremente atender, aos que não tem, pois o mercado foi e é organizado para quem tem. É por isto que o Papa diz que é ingenuidade achar que tal mudança pode ocorrer. Além do mais o "neoliberalismo", que é esta forma de mercado, já vem demonstrando que os excluídos não são prioridade, podemos ver a cada dia os resultados da indiferença e da exclusão social. Na verdade é um "absurdo que continue existindo tanta miséria extrema, na forma de fome e subnutrição, num mundo que já alcançou o nível de superprodução de grãos e alimentos básicos". Mais absurdo ainda é que "os esforços de produção industrial estejam voltados em não poucos casos, a itens nos quais já se tornou evidente que a oferta supera em muito a demanda", ou seja, próximos ao ponto de "saturação". Um exemplo disto é a indústria "automobilística". Hugo Assmann analisa que "todos os recursos financeiros disponíveis giram hoje sobre si mesmos numa espécie de autocentramento no puro mundo das finanças, sem qualquer

vínculo direto com o plano da produção e distribuição de utilidades requeridas pelas necessidades humanas”. Ou seja, de acordo com Assmann, “uma charada econômica”, onde nem mesmos os economistas “conseguem sair” (ASSMANN, SUNG, 2010, p. 18-19).

Continuando no parágrafo 54 do documento eclesiástico, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 49), menciona que,

Quase sem nos dar conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse responsabilidade de outrem, que não nos incumbe. A cultura do bem-estar anestesia-nos, a ponto de perdermos a serenidade se o mercado oferece algo que ainda não compramos, enquanto todas as vidas ceifadas por falta de possibilidades nos parecem um mero espetáculo que não nos incomoda de forma alguma.

A cultura do bem-estar de que falou o Papa, mostra-nos que tudo se transformou e se resumiu no mercado, estamos anestesiados e nada nos incomoda, por que como bem disse Néstor Miguez, “os instintos gregários e a solidariedade são ressaibos de um passado que é necessário deixar para trás para assumir a verdadeira realização final da espécie humana: sua racionalidade profundamente individualista”. Diferente dos evangelhos, nesta nova teologia, a “corrupção é a norma [...] Mamon é deus”, o próximo, apenas outro competidor, uma ameaça. De acordo com Miguez, “aqui só tem lugar os ganhadores, os que dominam e controlam, os fortes, o Bom Samaritano e o convertido Zaqueu, são estúpidos primitivos” (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 34-35).

Para compreendermos este ponto, vale a contribuição do antropólogo Néstor Garcia Canclini (2010, p. 35), enfatizando a “clientelização do cidadão”, apontando que, para associar o “consumo com a cidadania”, e a cidadania ao consumo,

... é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores, predominantemente irracionais, e as que somente veem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. Com efeito, costuma-se imaginar o consumo como lugar do suntuoso e do supérfluo, onde os impulsos

primários dos indivíduos poderiam alinhar-se com estudos de mercado e táticas publicitárias. Além disso, reduz-se a cidadania a uma questão política, e se acredita que as pessoas votam e atuam em relação às questões públicas somente em razão de suas convicções individuais, e pela maneira como raciocinam nos confrontos de ideias.

Podemos completar este raciocínio, com o próprio documento eclesiástico. Voltando ao parágrafo 53, “hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco”. Sendo assim, desigualdade social, é “lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome”. Por este motivo, e por causa desta situação, o Papa Francisco (*EG*, 2014, §. 53, p. 48), verifica que,

... grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do descartável, que aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova [...] Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras.

Ao mencionar que nesta nova realidade os excluídos são “resíduos” e “sobras”, eu utilizando *Para Além do Espírito do Império*, complementaria que hoje, “quem não pode incidir no mercado, passa a ser um não sujeito, uma não pessoa”. (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 25). Ainda no mesmo parágrafo, vejamos o sentido da palavra “massa”, que o Papa utiliza para descrever a “massa da população”. Massa tem que ver com algo sem forma, desorganizado. Portanto a “massa de excluídos” vive e trabalha sem forma, “algo meio informe”, ou seja, não organizado. Para sobreviver, atuam em trabalhos fora das leis trabalhistas, informais, ou até mesmo em “atividades ilegais”, conhecidas pela sociedade como “sujas”. A sensação de culpa que permeia estes ambientes fez nascer expressões do tipo: “sou pobre, mas sou honesto” (SUNG, 2008, p. 88-89). Para Jung Mo Sung, “o excluído, não se vê com direitos pelos quais lutar” (SUNG, 2008, p. 89). O sistema capitalista, baseado na eficiência e eficácia, desenvolveu a ideia da competência e da liberdade, cada qual que se esforçar, alcançará sua recompensa. O contrário também ocorrerá, ou seja, sem esforço não há recompensa. Neste cenário, os que obtiveram sucesso: dinheiro, foram

porque se esforçaram, se destacaram e venceram. Os pobres são os incompetentes, os fracassados, sem força de vontade (SUNG, 2008, p. 88-89).

O Papa Francisco (*EG*, 2014, §. 56, p. 50), verifica que,

Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras [...] A ambição do poder e do ter não conhece limites. Neste sistema que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta.

Inicialmente quero explorar um pouco a ideia que o Papa Francisco nos traz, de que “o mercado divinizado”, ou seja, absoluto, não poupa nada que lhe obstrua o caminho, pois o que interessa é o lucro. Sendo assim, os pobres, ou a natureza, são obstáculos a serem vencidos. De acordo com o teólogo José Comblin, “a produção a qualquer custo não tem sentido. A retirada de elementos pertencentes à natureza pareciam não prejudicar ninguém, parecia inclusive que a terra absorveria os gases tóxicos. A indústria corrompe a natureza. A produção é também, ao mesmo tempo destruição”. Segundo Comblin “não há produção sem destruição”. Ou seja, “a produção não pode continuar no ritmo que está, deve parar ou mudar”. Pois “sem implementar mudanças, a terra tornar-se-á inabitável” (COMBLIN, 1996, p. 280-281). Um pequeno exemplo disto são os desastres ambientais causados por empresas no mundo todo. Olhando aqui para o Brasil, utilizarei as contribuições da gerente de Educação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), do Estado do Rio de Janeiro, Pólita Gonçalves mostrando que “no ano de 2003, na cidade de Cataguases-MG, a Fábrica Cataguases de Papel causou um dos maiores desastres ambientais da história brasileira. Um reservatório de produtos tóxicos da fábrica vazou e seu conteúdo se espalhou pelo Rio Pomba, um trecho de 100 km até o Rio Paraíba do Sul. Cerca de 78 mil pessoas ficaram sem água, por causa do despejo de 1,2 bilhão de litros de produtos tóxicos como

enxofre, soda cáustica, liquinina, sulfeto de sódio, hipoclorito de cálcio e antraquinona”. Para Pólita Gonçalves, “quando acontece este tipo de acidente, parte dos poluentes é carregada pelos rios até o mar. Grande parte deles, porém, é absorvida pelo ambiente e fica acumulada no solo e nos seres vivos que ali habitam, inclusive os peixes, que depois o homem irá pescar e comer” (GONÇALVES, 2011, p. 16).

Ainda analisando o parágrafo 56, devemos entender que a própria presença dos pobres, sejam nas ruas das metrópoles, sejam nos amontoados da periferia, já diz a todos que alguma coisa está errada (SUNG, 2008, p. 89), portanto o “desequilíbrio” percebido pelo Papa Francisco, já é de domínio público, mas acredito que a grande novidade é que, é a opinião de um líder religioso, em um documento eclesiástico sobre evangelização, e que aponta a existência de problemas causados pela voracidade da “especulação financeira”. Além disso, o documento critica a privatização defendida pelo neoliberalismo. Para o Papa, o estado é que deve “velar”, pelos serviços essenciais, acredito que principalmente saúde e educação. O documento traz que em meio ao sistema privatizado e “absoluto”, surge uma nova “tirania”, que recai sobre os que não possuem recursos para desfrutar dos serviços privatizados. Este mercado voraz, que tem fome de lucro, não permite obstáculos, os que mais sofrem são os frágeis, os fracos, sejam os pobres, seja “o meio ambiente”. Desta forma, o mercado não poupa árvores, rios, fauna e flora, tudo se torna alvo dos lucros desejados, mas ninguém pode interferir neste sistema econômico, nem intervir ou tentar minimizar sua ação, pois ele é “divinizado”, sacralizado e “absoluto”.

Mais uma vez, quero frisar que para Jung Mo Sung, o Papa utiliza as ideias da teologia e economia da Teologia da Libertação, advindas, do Departamento Ecumênico de Investigações – DEI, na Costa Rica. E é por isso que o Papa apresenta como grande tarefa da evangelização, não mais o ateísmo, mais à idolatria do dinheiro. Ou seja, o Papa, sai do paradigma moderno e da concepção moderna da religião que a reduz à esfera da vida privada. De acordo com Jung Mo Sung, o documento eclesiástico retoma um dos eixos fundamentais da Bíblia: o discernimento entre os deuses da opressão, os ídolos que exigem sacrifício de vidas humanas, e o Deus Verdadeiro. Ou seja, um Deus que quer que todas as pessoas tenham vida em abundância. Um Deus que espera que as leis do Estado, do Mercado e da Igreja estejam a serviço das pessoas e não o inverso (SUNG, 15/03/2014). Acredito que a grande crítica do parágrafo 56, é que

como bem elaborou Néstor Míguez (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 31 e 35), a economia e o mercado são para consumidores. Ou seja,

... quem não tem dinheiro não tem direito aos recursos que fazem a vida, não tem direito à existência [...] Como no circo romano, perder significa a morte. ‘You’re a loser’ é a expressão do desprezo ao outro ser humano, é a burla do decaído, é a expressão final da arrogância do Império. Aqui só têm lugar os ganhadores, os que dominam e controlam, os fortes que não podem nem devem resignar sua vontade perante o conjunto.

Considerações intermediárias

Propositalmente termino esta reflexão com o parágrafo 51 de *Evangelii Gaudium*, ali o Papa Francisco diz que, “não é função do Papa oferecer uma análise detalhada e completa da realidade contemporânea”. Mas sim animar “todas as comunidades a uma capacidade sempre vigilante de estudar os sinais dos tempos”. Para o Papa Francisco (EG, 2014, p. 45 e 46). ,

Trata-se de uma responsabilidade grave, pois algumas realidades hodiernas, se não encontrarem boas soluções podem desencadear processos de desumanização tais, que será difícil retroceder [...] é preciso esclarecer o que pode ser um fruto do Reino e também o que atenta contra o projeto de Deus [...] isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mau [mas] escolher o bom e rejeitar o mau.

Primeiramente “sinais dos tempos”, são transformações concretas realizadas por Jesus no presente histórico, e confiadas igualmente a seus discípulos para o presente e para o futuro (SUNG, 1º. Sem/2014). Ao mencionar em um subtítulo que existe uma “nova idolatria”, ou seja, a “idolatria do dinheiro” (EG, 2014, p. 49), o Papa Francisco, demonstra compreensão de que o mercado foi sacralizado, “divinizado” (EG, 2014, §. 56, p. 50), ou seja, se tornou um deus, um ídolo, portanto solicita sacrifícios. Volto ao parágrafo 51, para compreender que “rejeitar o mau” significa acima de tudo

escolher um sistema alternativo, que não exija sacrifícios, que não mate. No entendimento de Jung Mo Sung, “o espírito bom é aquele que promove a vida dos pequenos; o mau, a morte e a exclusão” (SUNG, 1º. sem/2014). Segundo Jung Mo Sung, “o mercado se torna um Moloc, um ídolo, que, em nome da promessa de realizar o Paraíso Terrestre, exige e justifica os sacrifícios humanos necessários para o progresso” (SUNG, 2008, p. 177).

4. *Evangelii Gaudium* e a utopia do Reino de Deus.

Introdução

A busca pelos horizontes utópicos no pensamento do Papa Francisco foi trabalhosa, primeiro porque dos 288 parágrafos do documento, a palavra utopia, aparece literalmente em apenas em 1 (um) parágrafo. Mas ao analisar o documento eclesiástico, me surpreendi, pois quando ele apresenta a utopia, direta ou indiretamente, à apresenta como uma necessidade de correção destes horizontes. O Papa adverte que existe uma tensão, em relação ao que se aguarda, e para quando se aguarda, ou seja, corrigindo a expectativa de uma realização plena do Reino de Deus no nosso espaço, e no nosso tempo, como foi uma tendência nos primórdios da Teologia da Libertação. Segundo Jung Mo Sung, “as pessoas têm desejos quase infinitos, mas recursos limitados” (SUNG, 2010, p. 12) Sendo assim, o ser humano jamais por suas próprias forças alcançará a plenitude, a satisfação total de seus desejos. Desta forma, a Graça divina, significa desistir que por suas ações ou obras, você chegará à plenitude. Ou seja, é se conformar e aprender a viver e conviver com a frustração, desta forma se reduz a ansiedade. É por isso, que o ser humano busca a transcendência, pois plenitude é a salvação (SUNG, 1º. Sem/2014). Na verdade é o que o Papa está apresentando, quando ele diz que se deve “trabalhar à longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos” (EG, 2014, §. 223, p. 178).

4.1 Mantendo vivos os horizontes utópicos.

O Papa Francisco no parágrafo 222 menciona que “existe uma tensão bipolar entre a plenitude e o limite”. Como? Para o Papa “a plenitude gera vontade de possuir tudo, e o limite é o muro que nos aparece pela frente”. Neste contexto, “o tempo, considerado em sentido amplo, faz referimento à plenitude como expressão do horizonte, que se abre diante de nós, e o momento é expressão do limite que se vive num espaço circunscrito”. Para o Papa, “os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai”. Deste pensamento, e desta análise, aparece o “primeiro princípio para progredir na construção de um povo: o tempo é superior ao espaço”. A partir da compreensão deste princípio, podemos “trabalhar à longo prazo sem a obsessão pelos resultados imediatos”. Este princípio também nos “ajuda a

suportar com paciência as situações difíceis e hostis, ou as mudanças de planos que o dinamismo da realidade impõe”. Em outras palavras, o Papa faz com estas reflexões, “um convite a assumir a tensão entre plenitude e limite, dando prioridade ao tempo” (EG, 2014, §. 222-223, p. 178).

No parágrafo 71 o Papa Francisco (EG, 2014, p. 62), diz que,

A nova Jerusalém, a cidade santa (cf. *Ap* 21, 2-4), é a meta para onde peregrina toda a humanidade. É interessante que a revelação nos diga que a plenitude da humanidade e da história se realiza numa cidade. Precisamos identificar a cidade a partir de um olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças.

Acredito que neste ponto, o Papa Francisco demarca o território da utopia no tempo e no espaço, pois ao deixar claro que a Nova Jerusalém é “meta” e que devemos buscar o “olhar contemplativo [...] de fé”, ele praticamente corrige a ideia de que a plenitude poderia se realizar ainda na história, com algum tipo de modelo econômico, como o socialismo (RIBEIRO, 2010, p. 62-63), que foi a ideia quase absoluta nos primórdios da teologia da libertação. Para elucidarmos com clareza a correção que o Papa Francisco faz, Rubem Alves, a partir de C. Wright Lills, “comparou nossa civilização a uma galera que navega pelos mares, nos porões estão os remadores, remam com precisão cada vez maior, cada dia recebem remos novos, mais perfeitos, o ritmo das remadas se acelera, sabem tudo sobre a ciência do remar, a galera navega cada vez mais rápido”. Então alguém decide perguntar-lhes “sobre o porto de destino”. Os remadores respondem: “não nos importa, o que importa é a velocidade com que navegamos”. A pergunta é: “Para onde? Somente um navegador louco ou perdido, navegaria sem ter ideia do para onde”. Da mesma forma, “em relação à vida da sociedade, ela contém a busca da utopia”. Para Rubem Alves, “utopia, na linguagem comum, é usada como sonho impossível de ser realizado”, mas para ele, “não é isso, utopia é um ponto inatingível que indica uma direção”. Podemos dizer que “primeiro vem o impreciso desejo de navegar, só depois vem a precisa ciência de navegar” (ALVES, 2013, p. 262-263). Após ilustração percebemos que a “meta” é a direção, o destino, o objetivo, o ideal buscado por todas e por todos. Afinal de contas somos peregrinos em busca da terra da promessa, ou seja, a sociedade ideal, sem mácula.

Para o Papa Francisco, “é verdade que, alguns lugares, [produziu-se] uma desertificação espiritual, fruto do projeto de sociedades que querem [se] construir sem Deus”. Em locais assim, “o mundo cristão está tornando-se estéril e se esgota como uma terra excessivamente desfrutada que se transforma em poeira”. Também temos sociedades que “destroem as raízes cristãs”. Em alguns países, existe “resistência [...] ao cristianismo”. Segundo o Papa, situações como estas, provocam ambientes desérticos para os cristãos que ali tentam viver. Seja no país, no trabalho, ou na “própria família”. Mas o Papa lembra-nos que é “precisamente a partir da experiência deste deserto, deste vazio, que podemos redescobrir a alegria de crer, na sua importância vital para nós, homens e mulheres”. Na visão do Papa, é precisamente no deserto, que se “é possível redescobrir o valor daquilo que é essencial para a vida: assim sendo, no mundo de hoje, há inúmeros sinais da sede de Deus”. Sendo assim, é no deserto, que existe “a necessidade de pessoas de fé”. Que através de “suas próprias vidas, indiquem o caminho para a Terra Prometida, mantendo assim viva a esperança”. O Papa exorta: “Não deixemos que nos roubem a esperança” (EG, 2014, §. 86, p. 73-74).

Desta forma o Papa Francisco exorta que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG, 2014, §. 176, p. 145). Não como realização plena, mas como “Reino que se antecipa” (EG, 2014, §. 181, p. 149), um “sinal antecipatório, como realidade provisória”. Na verdade é “viver a antecipação”, que é “capacidade de ir além da lógica”, ou seja, “experienciar antecipadamente o futuro que pode nos surpreender”. Podemos dizer que tornar o reino de Deus presente no mundo, é construir hoje “uma noção de utopia e transcendência que nos guie na construção de uma sociedade mais humana” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 186-187). Nossa intuição é esboçada no parágrafo 183, quando o Papa Francisco, adverte: “Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis, [ou ainda] da Beata [Madre] Teresa de Calcutá?” Para o Papa, é “uma fé autêntica que nunca é cômoda nem individualista, comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo (EG, 2014, §. 183, p. 152).

No mesmo parágrafo 183 o Papa Francisco adiciona outro ponto na questão da discussão dos horizontes utópicos, além do desejo de mudar o mundo, também “transmitir valores”, com o intuito de “deixar a Terra um pouco melhor, depois de nossa passagem por ela”. O Papa aponta então que “amamos este magnífico planeta, onde Deus nos colocou, e amamos a humanidade que habita, com todos os seus dramas

e cansaços, com os seus anseios e esperanças, com os seus valores e fragilidades”. Segundo o Papa Francisco, “a Terra é nossa casa comum, e todos somos irmãos”. Sendo assim, “embora, a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política, a Igreja, não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (EG, 2014, §. 183, p. 152). Tomando por base a ideia do reino de Deus como “meta” a ser buscada, a questão do meio ambiente é colocada juntamente ao lado das questões sociais. Planeta e habitantes, todos “numa casa comum”.

Para compreendermos melhor isto valho-me do pensamento de Leonardo Boff. Para ele, devemos nos sentir espécie humana, “habitando numa casa comum, pois não temos outro lugar para morar” (BOFF, 28/11/2011). Chamo a atenção aqui é para o uso de expressões muito semelhantes – “casa comum”. Segundo Leonardo Boff, “a visão dos astronautas comprova essa simbiose entre Terra e humanidade, de suas naves espaciais exclamaram: Daqui de cima, olhando este resplandecente planeta azul-branco, não há diferença entre Terra e humanidade, eles formam uma única entidade”. Para Boff, mais do que nos reconhecermos como “povos, nações e raças, devemos entender-nos como criaturas da Terra, como filhos e filhas da Terra”. Ou seja, “o ser humano é a Terra que anda, que ri, que chora, que canta, que pensa, que ama e que hoje clama por cuidado e proteção”. A Terra também possui rosto, “do Terceiro e Quarto Mundos, porque vem sendo sistematicamente agredida e violada, quase a metade de seus filhos e de suas filhas, padece de fome, está doente e condenada a morrer antes do tempo”. Para Boff, metaforicamente falando, “é nossa obrigação baixar a Terra da Cruz, tratar dela, curá-la, e ressuscitá-la” (BOFF, 2010, p. 66).

Quero destacar a ideia do Papa de um Reino que acontece na história, ou seja, uma escatologia em processo. Segundo o Papa Francisco (EG, 2014, §. 48, p. 42),

Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais.

Para compreender a ideia do “Reino que Jesus veio trazer”, busco no Dicionário Teológico Reid, a possibilidade do Papa Francisco conceber uma

“escatologia em processo de realização”. Sendo assim, “ao agir antecipadamente, os poderes do reino de Deus já estavam se fazendo sentir nos feitos de Jesus”. Alguns estudiosos acreditam, “num cumprimento do reino de Deus na história, [no ministério de Jesus], e numa consumação plena, por ocasião do fim da história”. Podemos dizer que o pensamento do Papa Francisco em relação ao Reino de Deus, é o mais próximo de uma “síntese autêntica das escatologias realizada e futurista”. Sendo assim, ao mesmo tempo, se “reconhece o caráter futuro das declarações de Jesus”, admite-se que “o fim já estava em operação em Jesus”, ou seja, “na pessoa e nas ações de Jesus, o futuro já estava realizado, pois aquele que introduziria e realizaria a salvação no final, já estava presente”. Olhando por este aspecto, “o Reino de Deus, estava presente na pessoa, ensino e obras de Jesus”. O Reino de Deus “se cumpria Nele”. A confiança pela fé na promessa do Reino de Deus na vida de Jesus, era a garantia do cumprimento do Reino de Deus no por vir. “Desse modo, a promessa e o cumprimento estão indissolivelmente associados um ao outro”. Resumindo, “os milagres de Jesus eram o Reino de Deus em ação” (REID, 2012, p. 1066-1067).

Com base neste entendimento é que o Papa Francisco, declara que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo”. Para o Papa, “a evangelização procura colaborar também com esta ação libertadora do Espírito”. Portanto, “o próprio mistério da Trindade nos recorda de que somos criados à imagem desta comunhão divina, pelo que não podemos realizar-nos nem salvar-nos sozinhos”. Desta forma “a partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a ação evangelizadora”. Sendo assim, para o Papa Francisco, “a aceitação do primeiro anúncio, que convida a deixar-se amar por Deus e a amá-Lo com o amor que Ele mesmo nos comunica, provoca na vida da pessoa e nas suas ações uma primeira e fundamental reação: desejar, buscar e cuidar do bem dos outros” (EG, 2014, §. 176-178, p. 145-147).

Jesus tinha uma “visão dinâmica do Reino de Deus”. Esta visão é entendida, como o reino de Deus, estando “vinculado ao destino do Filho do homem, a entrada no reino não se baseava na aliança e nem estava restrita aos judeus”. Finalmente, o reino de Deus em Jesus, “é algo certo e iminente, exigindo resposta imediata”. Algo que chama atenção é que de acordo com Dicionário Teológico Reid, “Jesus sustentava que o reino de Deus não era uma realização humana, mas um ato de

Deus”. Vale lembrar que o reino de Deus em Jesus, surgia “de maneira mansa, tranquila e discreta”, onde o “elemento catastrófico consistia no abalo que seu chamado provocava nas relações entre seus seguidores e os familiares, entre amigos, e até no ser humano consigo mesmo”. Pois “os seguidores de Jesus, deveriam estar prontos para odiar a vida se quisessem ser dignos dele, e do reino de Deus” (REID, 2012, p. 1065).

Portanto, como consta no parágrafo 215 e 216, existe uma colaboração que todos podemos dar para que os “sinais antecipatórios” do Reino possam ser sentidos e vistos. Sendo assim, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 174-175) escreve:

Não deixemos que à nossa passagem, fiquem sinais de destruição e de morte que afetem a nossa vida e a de gerações futuras [...] todos nós cristãos, somos chamados a cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos.

Os primeiros navegadores europeus tinham o desejo de conhecer os limites dos mares, o que havia depois do horizonte? O paraíso, utopia? Para Darcy Ribeiro, estes navegadores, ao chegarem há Ilha chamada Brasil, e contemplarem pela primeira vez a beleza, a exuberante natureza, os animais, as cachoeiras, a floresta, e um povo livre brincando expondo sua nudez, ficaram “assombrados”, com o que “parecia ser uma humanidade edênica, anterior à que havia sido expulsa do Paraíso” (RIBEIRO, 2005; RIBEIRO, 2006, p. 40). Rubem Alves usando Bachelard, diz que “o universo tem um destino de felicidade, o homem deve reencontrar o Paraíso. Paraíso é jardim, lugar de felicidade, prazeres e alegrias para os homens e mulheres” (ALVES, 2013, p. 264).

Considerações intermediárias

Para o Papa Francisco, “a proposta do Reino de Deus” (Lucas 4.3), “trata-se de amar a Deus, que reina no mundo, [e] na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos”. De acordo com o Papa, é por isso que, “tanto o anúncio, como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais”. Portanto, “buscai primeiro o reino de Deus e sua justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo”. Assim “o projeto de Jesus é instaurar o Reino de seu Pai”, e por este motivo o pedido de Jesus é: “Proclamai que o Reino do Céu está perto”. Ora, sendo assim, “o Reino, que se antecipa e cresce entre nós, abrange tudo”, abrangendo “todos os homens, e o homem todo” (*EG*,

2014, §. 180-181, p. 149). Mais uma vez podemos encontrar a observação de um reino que se antecipa a plenitude, como “sinal antecipatório” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, p. 186-187). Pois segundo o Papa, “acreditamos no Evangelho, que diz que o Reino de Deus já está presente no mundo, e vai se desenvolvendo aqui e além de várias maneiras: como a pequena semente que pode chegar a transformar-se numa grande árvore”. Segundo o Papa, “a ressurreição de Cristo produz por toda a parte rebentos deste mundo novo; e, ainda que os cortem, voltam a despontar, porque a ressurreição do Senhor já penetrou a trama oculta desta história: porque Jesus não ressuscitou em vão” (EG, 2014, §. 277-278, p. 218 e 219). Logo, este “Reino, que se antecipa e cresce entre nós abrange tudo [...] a esperança cristã que procura o Reino escatológico, gera sempre história” (EG, 2014, §. 181, p. 149-150).

Capítulo IV *Evangelii Gaudium*, Gustavo Gutiérrez e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades.

Introdução

Neste capítulo buscaremos as aproximações entre o documento eclesial e os autores até aqui estudados. Devido à extensão desta pesquisa, não será possível analisar todas as aproximações existentes entre o documento e os autores. Mas sabemos que as intuições desenvolvidas em cada capítulo já forneceram um vislumbre destas aproximações. Aqui demarcaremos propositalmente em três aproximações para cada tema. Sendo o documento *Evangelii Gaudium* o eixo, buscaremos compará-lo com Gustavo Gutiérrez, três aproximações na opção preferencial pelos pobres, três aproximações na economia e três aproximações no tema da utopia. Na sequência o faremos entre *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung, três aproximações na opção preferencial pelos pobres, três aproximações na economia e três na utopia. Como neste capítulo já caminhamos para o final, não iremos utilizar às considerações intermediárias, faremos apenas breves comentários após exibirmos as proximidades e particularidades.

1. *Evangelii Gaudium* e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da opção preferencial pelos pobres.

Gustavo Gutiérrez enfatiza que é importante recordar que “a pobreza não consiste só em carências”, pois o “pobre possui uma cultura, com valores peculiares”, ou seja, “ser pobre é um modo de viver, de pensar, de amar, de orar, de crer e esperar, de passar o tempo livre, de lutar pela própria vida”. Para Gutiérrez (2000, p. 17),

... ser pobre hoje significa igualmente, cada vez mais, empenhar-se na luta pela justiça e pela paz, defender a própria vida e liberdade, buscar maior participação democrática nas decisões da sociedade, assim como organizar-se para uma vivência integral de sua fé e comprometer-se na libertação de toda pessoa humana ...

O Papa Francisco, no parágrafo 199, diz ser necessário “apreciar o pobre na sua bondade própria, com seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de

viver a fé”. Servindo-o com “amor autêntico”, ou seja, “porque ele é belo, independentemente de sua aparência”. No mesmo parágrafo o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 164 e 165) identifica que,

... quando amado, o pobre é estimado como de alto valor, e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres, de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos, [...] unicamente a partir desta proximidade real e cordial, é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação.

Destaco aproximações, com o modo como entender e enxergar o pobre, entre os dois pensadores, ambos entendem que o ser pobre não envolve só carências, mas também uma cultura, um modo de viver, um modo de amar. Ambos inclusive salientam que o pobre merece nossa aproximação simplesmente pelo que eles são. Ou seja, pobreza não é apenas uma situação econômica, é a vida de um ser humano.

Nesta segunda aproximação em torno da opção pelos pobres, quero destacar que o Papa Francisco, demonstra profundo interesse no tema da pobreza, evidenciado inclusive por seu olhar amplo em relação ao assunto, lembrando-nos no parágrafo 212, que as mulheres são “duplamente pobres”. O Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 172 e 173), diz:

Duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente têm menores possibilidades de defender os seus direitos. E todavia, também entre elas, encontramos continuamente os mais admiráveis gestos de heroísmo cotidiano na defesa e cuidado da fragilidade das suas famílias.

De acordo com Gustavo Gutiérrez, um movimento importante é “a nova presença da mulher, especialmente a dos meios populares, duplamente explorada, marginalizada e desprezada” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 16). Saliento aqui, grande semelhança no discurso do Papa Francisco, com Gustavo Gutiérrez, talvez não uma citação bibliográfica, mais acima de tudo uma citação de memória ideológica, uma citação que demonstra harmonia de pensamento. Ambos enxergam a mulher, “duplamente pobre”, pois ela é “duplamente explorada, marginalizada e desprezada”.

Neste terceiro momento quero chamar a atenção para a questão do evangelho, da missão, e dos preferidos de Deus, pois para Gustavo Gutiérrez (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 70),

... a opção preferencial pelo pobre é um eixo fundamental no anúncio do Evangelho, a que chamamos, de modo bem geral, de tarefa pastoral [...] ela também é o eixo no terreno da espiritualidade, ou seja, no caminhar seguindo os passos de Jesus.

No parágrafo 24 o Papa Francisco (EG, 2014, p. 22), aponta que,

... a comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cf. *1 Jo* 4, 10), e por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos [...] O Senhor envolve-se e envolve os seus, pondo-Se de joelhos diante dos outros para lavá-los [...] Os evangelizadores contraem assim o cheiro de ovelha, e estas escutam a sua voz.

O Papa Francisco, ao olhar para a missão evangelizadora da Igreja, pergunta, no parágrafo 48, de seu documento (EG, 2014, p. 42),

Mas a quem deveria privilegiar? [...] quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que são desprezados e esquecidos, aqueles que não têm com que retribuir (Lucas 14.14) [...] não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima [...] hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer [...] há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres, não os deixemos jamais.

Notamos uma proximidade na ideia central tanto de Gutiérrez, como no Papa, de que no anúncio do evangelho, os pobres são os preferidos de Deus. Logo, o eixo do evangelismo, são os pobres e os excluídos. Se nos atentarmos, verificaremos que ambos também elencam em seus discursos, a importância dos pobres para a espiritualidade e para a fé. Além dos pensadores salientarem que a opção pelos pobres na evangelização, é um caminhar como Jesus caminhou, um viver, como Jesus viveu. Portanto ambos desejam uma “Igreja pobre, para os pobres” (GUTIÉRREZ, 2000 p. 181-182 e 345; EG, 2014, §. 198, p. 163).

1.1 *Evangelii Gaudium* e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da teologia e economia.

Gustavo Gutiérrez verifica que “libertação do pecado na medida em que este significa um dobrar-se egoísta sobre si mesmo: pecar é negar-se a amar a Deus e aos outros” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 142). Sendo assim, ainda pensando em pecado, “interessa-nos de modo especial à questão da exclusão dos mais pobres, irrelevantes para o sistema econômico dominante” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 128). Sendo assim, “chega-se à conclusão de que a dinâmica da economia mundial leva simultaneamente à criação de maior riqueza para a minoria, e de maior pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 79). Ou seja, para Gutiérrez, “a economia capitalista leva ao estabelecimento de um centro e de uma periferia, e geram simultaneamente progresso e riqueza crescente para a minoria, e desequilíbrios sociais, tensões políticas e pobreza para a maioria” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 137- 138). Baseado nas discussões de Medellín, Gutiérrez verifica que “poucos tem muito (cultura, riqueza, poder, prestígio), enquanto muitos tem pouco” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 336 e 337).

Voltemos ao parágrafo 54, onde o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 48 e 49) verifica que,

Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «recaída favorável» que pressupõem que todo o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos factos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença.

Quero destacar que ambos entendem o sistema econômico atual egoísta, que gera grandes lucros para uma minoria, e miséria para a maioria. Outro ponto importante, é a visão que ambos possuem que os pobres, são os excluídos do sistema. Ou seja, exclusão significa insignificância.

Como segunda aproximação dentro do tema teologia e economia, aponto que para Gustavo Gutiérrez, as “fontes profundas da injustiça”, apenas para citar algumas, destaca-se o “sufocante problema da dívida externa. Está claro que os países pobres não podem pagá-las, senão ao preço da vida e da dor de enormes camadas de sua população [...] o pagamento da dívida deixaria – já está deixando – milhões de pobres sem um lugar para dormir”. Como diz Gustavo Gutiérrez, “muitas razões podem ser aduzidas para o perdão [da dívida externa]. Contudo, a mais decisiva é a ética, a vida e a morte de tantas pessoas” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 155). Pensemos inicialmente, que para Gustavo Gutiérrez, “o termo pobreza designa em primeiro lugar, a pobreza material, ou seja, a carência de bens econômicos necessários para uma vida humana digna desse nome, nesse sentido, a pobreza é considerada algo degradante e é rechaçada pela consciência do homem contemporâneo”. Algo que chama a atenção é que mesmo entre os que “não estão e os que estão conscientes das causas profundas dessa situação consideram que se deve lutar contra a pobreza”. Existe profunda exploração dos menos favorecidos, onde os que detêm o poder, buscam como fruto desta exploração, o lucro máximo. Portanto se colocar contra a exploração, se colocar contra os lucros abusivos, seria buscar “à grande aspiração de homens e mulheres”, em querer “libertar-se da sujeição”, e por fim “eliminar a exploração do homem pelo homem e criar riqueza para todos” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 347).

Partindo para o parágrafo 53, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 47 e 48) verifica que,

... assim como o mandamento ‘Não Matar’ põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. Esta economia Mata. Não é possível que a morte por enregelamento de um idoso sem abrigo, não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa [de Valores], isto é exclusão.

Importante abordagem feita por ambos os pensadores. Inicialmente apontam o desinteresse da economia pelos pobres e excluídos, estes não são nem números. Assuntos como dívida externa, que como consequência deixa com que os insignificantes morram, não é algo muito preocupante. Em contra partida, uma variação mínima na bolsa de valores se torna notícia, provoca comoção. Outro aspecto é que

tanto Gutiérrez, como o Papa, demonstram que o princípio ético, pelo qual toda economia deveria ser regida, é um *não a morte*. Ou seja, atos que matam deveriam ser revistos, pensados e alterados, pois a vida humana é que deveria ser o eixo de toda economia, não o lucro, o pagamento da dívida externa, ou o mercado financeiro (bolsa de valores). Quero destacar também, que para ambos os pensadores, pobreza, exclusão, significa ausência de recursos financeiros, necessários à subsistência.

Como uma terceira aproximação no tema da economia em Gutiérrez e *Evangelii Gaudium*, saliento que segundo Gustavo Gutiérrez, a discussão teologia e economia, “não se trata na perspectiva libertadora do pecado como realidade individual, privada e intimista, afirmada o suficiente para necessitar uma redenção espiritual, que não questiona a ordem em que vivemos”. Mas “trata-se do pecado como fato social, histórico, como ausência de fraternidade, de amor nas relações entre homens, ruptura da amizade com Deus e com os homens, e, em consequência, cisão interior, pessoal” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 235). Ou seja, “causa última de injustiça e da opressão entre os seres humanos”, e de “toda a ausência de liberdade pessoal” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 142). Gustavo Gutiérrez, em seu novo livro *Ao lado dos pobres* (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 128), aprofunda-se, sinalizando que,

Nesse terreno, uma importante tarefa para a reflexão teológica é mostrar quais ‘estruturas de pecado’ [...] existem na ordem econômica atual: ou seja, quais elementos de ruptura da amizade com Deus estão presentes nas estruturas socioeconômicas que criam e conservam desigualdades injustas entre as pessoas. O pecado, não alcançável por meio de uma simples análise social, é, efetivamente, para uma reflexão cristã, a raiz de toda injustiça social. Particular atenção devem merecer os elementos idolátricos, alojados no fato, e nas justificações, do primado do lucro, bem como caráter absoluto do mercado.

Começando pelo parágrafo 55, o primeiro após o subtítulo “Não à nova idolatria do dinheiro”, o Papa Francisco (EG, 2014, p. 49 e 50), apresenta-nos que,

A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Êxodo 32.1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano.

A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios, e sobretudo, a grave carência de uma orientação antropológica, que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.

Vejo aqui uma influência, ou pelo menos uma harmonia, com os escritos de Gustavo Gutiérrez e o documento *Evangelii Gaudium*, ou como bem analisou Dr. Michael Löwy, “uma mesma música já escutada na Teologia da Libertação” (LÖWY, 25/09/2014). Gustavo Gutiérrez amplia sua análise, incluindo sua percepção da presença do pecado estrutural em meio à exploração, a desigualdade e a miséria. A questão do pecado, como novo componente de análise da economia e da sociedade, da ruptura de amizade com Deus, é entendida tanto por Gutiérrez, quanto pelo Papa, como idolatria. Percebe-se no discurso de ambos, que qualquer absolutização da economia, possui caráter de idolatria, ou seja, pecado.

1.2 *Evangelii Gaudium* e Gustavo Gutiérrez: proximidades e particularidades em torno da utopia do Reino de Deus.

Discutindo a primeira proximidade nos horizontes utópicos, em *Evangelii Gaudium* e Gustavo Gutiérrez, vale lembrar o parágrafo 84 do documento eclesial, onde verificamos, que “uma das tentações mais sérias que sufoca o fervor e a ousadia, é a sensação de derrota que nos transforma em pessimistas lamurientos, e mal-humorados desencantados”. Para o Papa, “ninguém pode empreender uma luta, se de antemão não está plenamente confiando no triunfo” (EG, 2014, §. 84, p. 72 e 73).

Para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 299-300), a utopia não é irracional, pelo contrário,

... assume o relevo de verdadeira razão [...] as utopias surgem com renovada energia em momentos de transição e de crise, quando a etapa em que se encontra a ciência chega ao auge em sua explicação da realidade social e quando se abrem novos caminhos para a práxis histórica. A utopia assim compreendida, não é oposta nem exterior à ciência, ao contrário, constitui o núcleo de sua criatividade e seu dinamismo. É o prelúdio da ciência, seu anúncio, a construção teórica que permite conhecer a realidade social, e torna eficaz a ação política

exige a mediação da imaginação criadora [...] imaginação chama-se utopia.

O Papa está apresentando o que? Quando diz que se deve “trabalhar à longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos” (EG, 2014, p. 178). No parágrafo 71 o Papa Francisco (EG, 2014, p. 62) diz que,

A nova Jerusalém, a cidade santa (cf. *Ap* 21, 2-4), é a meta para onde peregrina toda a humanidade. É interessante que a revelação nos diga que a plenitude da humanidade e da história se realiza numa cidade. Precisamos identificar a cidade a partir de um olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças.

Quero destacar aqui o enfoque inicial que utopia é imaginação necessária, e que através dela desenvolve-se a criatividade humana. Por outro lado faz necessário uma “imaginação” para que esta se torne uma “meta” a ser seguida, a ser “peregrinada”. Sendo assim, detectamos que ambos os pensadores, se lançam no desejo de um lugar melhor para a humanidade. Ambos salientam a necessidade de se pensar hoje o lugar ideal, “a Nova Jerusalém”, e através do olhar da fé, procurar enxergar os traços desta na sociedade atual, sempre buscando reproduzi-la nas nossas vidas atuais, nas ruas, nas praças e nas nossas casas. Percebemos que para ambos os pensadores os horizontes utópicos não são irracionais, pelo contrário, são referências para continuarmos as batalhas da vida, sempre buscando a vitória.

Como segunda aproximação trazida neste capítulo, destaco que Gustavo Gutiérrez, refletindo sobre o tema da utopia, no seu clássico *Teologia da Libertação*, primeiro detecta que o termo “voltou a ser empregado nas últimas décadas para designar o projeto histórico de uma sociedade qualitativamente distinta e exprimir a aspiração ao estabelecimento de novas relações sociais, entre os seres humanos”. De acordo com Gutiérrez, “foram e ainda são dedicados numerosos estudos ao pensamento utópico como elemento dinâmico do devir histórico da humanidade”, ou seja, a constante mudança da humanidade, “o que não se pode esquecer, no entanto, que o que realmente lhe dá vigência, e faz ver sua fecundidade, é a experiência revolucionária de nossa época” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 296-297). Portanto vale lembrar que para Gustavo Gutiérrez (2000, p. 269),

... sem o respaldo da vida, e da morte de muitos homens e mulheres, que rejeitando uma ordem social injusta e alienante, se lançam na luta por uma nova sociedade, o tema da utopia não passaria de discussão acadêmica.

Desta forma o Papa Francisco exorta no parágrafo 176 que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG, 2014, p. 145). Nossa intuição é esboçada no parágrafo 183, quando o Papa Francisco, adverte: “Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis, [ou ainda] da Beata [Madre] Teresa de Calcutá?” De acordo com o Papa, “uma fé autêntica que nunca é cômoda nem individualista, comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo (EG, 2014, §. 183, p. 152).

Percebemos que tanto o Papa, como Gutiérrez, assumem “o conceito de utopia como sinônimo de projeto histórico de uma sociedade qualitativamente diversa”. Nesta lógica, para ambos “a utopia é revolucionária, não reformista”. Em outras palavras, tanto no pensamento de Gutiérrez, como no documento, “a utopia, de vida plena para todos é uma utopia mobilizadora”, que poderá “se tornar real na história”. Para ambos “o fundamento desta possibilidade é segundo ele a promessa de Deus” (SUNG, 2008, p. 211-213). Tornar o Reino de Deus possível neste mundo envolve um profundo desejo de mudar o mundo, um profundo desejo de alterar a ordem estabelecida. Caso não tenha tal disposição, a utopia para os pensadores, não passaria de uma discussão acadêmica.

Para elucidar a terceira proximidade nas questões dos horizontes utópicos, destaco uma citação de Gustavo Gutiérrez (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 154-155), onde ele diz:

Caso se queira, esta é uma perspectiva utópica, mas no sentido realista do termo, que rejeita uma situação desumana e se propõe relações de justiça e de cooperação entre as pessoas. Empregue-se ou não o termo utopia, o importante é não se conformar com o sofrimento, a fome, a falta de liberdade de tantos e a ausência de transparência democrática em muitas nações. É substancial, também, estarmos convencidos de que os progressos reais da humanidade nos permite vislumbrar a possibilidade de forjar uma situação diferente da atual.

Segundo o Papa Francisco (*EG*, 2014, §. 48, p. 42),

Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais.

Quero destacar a ideia do Papa de um Reino que acontece na história, ou seja, uma escatologia em processo. Gutiérrez deixa claro que ele acredita numa utopia que acabe com o sofrimento. Desta forma tanto um, como outro entendem a utopia como “sinal antecipatório” do Reino de Deus, pois somente na revelação, podemos encontrar uma terra sem males. Mas ao utilizarmos todo conhecimento humano e científico na causa dos pobres e sofredores, podemos “forjar” uma nova situação.

2. *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung: proximidade e particularidades em torno da opção preferencial pelos pobres.

Partindo do parágrafo 48 do documento eclesial, aproximaremos as ideias de ambos os pensadores dentro da opção preferencial pelos pobres. Neste parágrafo o Papa Francisco diz que “não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima”. Ou seja, “hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer”. Portanto “há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres, não os deixemos jamais” (EG, 2014, p. 42).

Jung Mo Sung (2008, p. 75), diz que:

Anunciar o Deus da vida é propor, em primeiro lugar, uma economia em que os pobres e marginalizados, tenham condições de uma vida digna. É propor uma economia que escute os clamores dos pobres (cf. Êxodo 3.7) e coloque como um dos principais objetivos, se não o principal, o atendimento das necessidades dos mais fracos.

Talvez seja isto que o Papa Francisco esteja tentando nos dizer no parágrafo 198, onde diz que, “a opção pelos pobres, é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica” (EG, 2014, p. 163). Ou seja, para ambos, a opção preferencial pelos pobres, está intimamente ligada a Deus, a teologia. É por isto que anunciar o Deus da vida aos pobres, é um ato indissolúvel com a nossa fé. Pois os pobres devem ser os destinatários do Evangelho, por que Deus os ama.

Neste segundo momento de aproximações, verificamos que o Papa Francisco lembra-nos que “quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que são desprezados e esquecidos (Lucas 14.4), aqueles que não têm com que retribuir” (EG, 2014, p. 42). “Ao que lhes responderá o Rei: Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a Mim o fizestes” (Mateus 25.40). Segundo o Papa, “Jesus, o evangelizador por excelência e o Evangelho em pessoa, identificou-Se, especialmente com os mais pequeninos”. Da mesma maneira “somos chamados a cuidar dos frágeis da Terra”. Quando olhamos para a sociedade

atual, o “modelo do êxito e [do individualismo] em vigor, parece que não faz sentido investir para que os fracos ou menos dotados possam também singrar na vida”. O Papa analisa que “embora aparentemente não nos traga benefícios tangíveis e imediatos, é indispensável prestar atenção e debruçar-nos sobre as novas formas de pobreza e fragilidade, nas quais somos chamados a reconhecer *Cristo Sofredor*” (EG, 2014, §. 209-210, p. 171).

Jung Mo Sung (2008, p. 64 e 65), pode complementar, pois para ele,

O projeto fundamental de nossa sociedade, que é determinante na formação do horizonte de compreensão, é acumular capital; em outras palavras, ganhar dinheiro. É por isso que a chamamos capitalista. Se o projeto fundamental é ganhar dinheiro, as coisas têm valor e adquirem sentido à medida que servem para ganhar dinheiro. Isso porque as coisas têm valor dentro de uma sociedade ou num contexto à medida que servem como meio para atingir o fim, o projeto [...] Esse ponto nos ajuda a entender por que algumas pessoas nos perguntam: Eu não entendo por que vocês trabalham com os pobres na igreja. O que vocês ganham com isso? Elas não compreendem, porque para elas não há sentido nem valor em se fazer algo a troco de nada. O fundamento do horizonte de compreensão dessas pessoas é ganhar.

De acordo com Jung Mo Sung (2008, p. 54-55),

... Deus quer vida abundante para todos e não se pode esperar que os pobres a experimentem se não entrarmos na questões sociais e políticas. [...] não se pode professar fé no Deus revelado por Jesus e se manter insensível diante do sofrimento dos irmãos.

Primeiramente quero elencar a preocupação de ambos com o sofrimento dos seres humanos, principalmente a ausência das necessidades básicas de sobrevivência, como o alimento visto acima. Ambos deixam claro que não podemos ser insensíveis aos mais fracos da terra, aos que sofrem e padecem. Depois identifico que ambos entendem que não existe benefício palpável nenhum em ajudar os desvalidos, portanto a motivação de ambos na opção pelos pobres, não tem nenhuma ligação com benefícios tangíveis, ou créditos. Mas acima de tudo por que o Deus da vida deseja que todos tenham vida, e vida abundante.

Propositalmente nesta terceira aproximação no tema opção preferencial pelos pobres, entre os pensadores Jung Mo Sung e *Evangelii Gaudium*, trago que no parágrafo 24, o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 22), exorta a todos os cristãos:

...ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa! Como consequência, a Igreja sabe envolver-se, Jesus lavou os pés dos seus discípulos, o Senhor envolve-se e envolve os seus pondo-se de joelhos diante dos outros para lavá-los; mas logo a seguir, diz aos discípulos: Sereis felizes se o puserdes em prática (João 13.17) [...] com obras e gestos, [...] entrar na vida diária dos outros, encurte as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no [Seu] povo [...] os evangelizadores, contraem assim, o cheiro de ovelha, e estas escutam a sua voz.

Para Jung Mo Sung (2008, p. 54), a opção preferencial pelos pobres significou,

... um redirecionamento das forças e recursos das igrejas. A defesa da vida dos pobres passou a ser uma prioridade nas pastorais e comunidades. Foram criadas e ampliadas ações sociais e construídos muitos centros comunitários e igrejas nas periferias. Padres, freiras, pastores e pastoras, passaram a morar mais perto dos pobres e a trabalhar com uma multidão de cristãos que, até então, recebia pouca assistência das igrejas.

No parágrafo 48 de *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco ao olhar para a missão evangelizadora da Igreja, pergunta: “Mas a quem deveria privilegiar?” O Papa lembra-nos ²⁶ que “quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto aos amigos e vizinhos ricos, mas, sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que são desprezados e esquecidos, aqueles que não têm com que retribuir” (*EG*, 2014, p. 42).

Tanto para o Papa Francisco, como para Jung Mo Sung, a busca pela opção preferencial pelos pobres, não envolve apenas atos de “caridade”, mas mais do que isto, se faz necessário misturar-se, envolver-se, morar próximo dos sofredores, viver

²⁶ Baseado em Lucas 14.14

lado a lado com os menos favorecidos. Mostrando e aprendendo, que a busca pela amizade, pelo aprendizado mútuo, faz ambos crescerem. Abaixar-se até a humilhação para compreendê-los. Torna-se imprescindível atos assim, de compaixão, de colocar-se no lugar do outro, até adquirir o cheiro do sofrimento. No entendimento de Jung Mo Sung e também do Papa Francisco, os “preferidos” de Deus são efetivamente os pobres materialmente falando, aqueles que não possuem recurso para sua subsistência, aqueles que não possuem dinheiro, os que não tem com que viver. Ou seja, são aqueles que nada tem, nem a compaixão da igreja. Pois, até mesmo algumas teologias, como a da prosperidade, classifica a falta de recursos, como ausência da benção de Deus (SUNG, 2008, p. 65-66 e 95-115).

2.1 *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades em torno da teologia e economia.

“Sempre que fizeste isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes” (Mateus 25.40 e 7.2; Lucas 6.36-38). Esta primeira aproximação em Jung Mo Sung e o documento eclesial, partindo do texto bíblico, e continuo verificando que segundo o Papa Francisco, textos como estes nos mostram que “o que fizermos aos outros, tem uma dimensão transcendente”. Por outro lado, o Papa enfatiza que “frequentemente nos habituamos e repetimos quase mecanicamente, mas sem nos assegurarmos, de que tenha real incidência na nossa vida, nas nossas comunidades”. Para o Papa Francisco, a importância dos textos acima, está no ensino de que, “no irmão, [no outro], está o prolongamento permanente da Encarnação para cada um de nós” (EG, 2014, §. 179, p. 147-148).

Mais uma vez o Papa chama-nos a atenção para o capítulo 25 de Mateus, que na verdade elabora uma lista, em que Jesus diz que Ele teve sede e lhe deram de beber, fome e lhe deram de comer, nu e lhe vestiram, não tinha onde morar e lhe receberam, estava doente e lhe visitaram. Portanto, “ao que lhes responderá o Rei: Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes” (Mateus 25.40). Segundo o Papa Francisco, “Jesus, o evangelizador por excelência e o Evangelho em pessoa, identificou-Se, especialmente com os mais pequeninos”. Da mesma maneira “somos chamados a cuidar dos frágeis da Terra”.

Somos aqui chamados a reconhecer “*Cristo Sofredor*”. Ou seja, “os sem abrigo”, “os refugiados”, “os povos indígenas” (EG, 2014, §. 209-210, p. 171).

Sendo assim para Jung Mo Sung (2008, p. 74),

Os pobres sofrem porque não têm o que comer, vestir, onde morar, onde se tratar e são humilhados e rejeitados por serem pobres. Todos esses itens, como bem sabemos, não caem do céu nem dão em árvore. Precisam ser produzidos. Produção, distribuição e consumo dos bens materiais necessários à reprodução da vida é o campo da economia. Não se pode falar de vida sem falar de economia.

Tanto o Papa, como Jung Mo Sung, demonstram que se atendêssemos aos itens da lista de Jesus, em Mateus 25.35-36, estaríamos dando dignidade a todos os seres humanos, de qualquer nação, estado ou cidade. Mas mais do que isto, uma vez que estes são aspectos básicos na vida de uma pessoa, comida, bebida, moradia, vestuário, cuidados médicos e misericórdia. Percebemos que Jesus é o próprio anúncio da Vida Humana por Deus. Como diz Jung Mo Sung, “isso é vida” (SUNG, 2008, p. 74). No parágrafo 194 e 195 de Alegria do Evangelho, mostra-nos que este é o critério para sabermos se nossa caminhada é ou não em vão (Gálatas 2.2 e 10), ou seja, “o critério-chave de autenticidade que lhe indicaram foi que não se esquecesse dos pobres” (EG, 2014, p. 160 e 161). Mas mais do que isto, ao procurarem elucidar textos, como comida, vestuário, bebida, moradia, ambos entendem que estes itens necessitam ser produzidos, distribuídos e consumidos. Sendo assim, ambos reconhecem o valor da discussão econômica e teológica. Tanto é que este documento é a prova desta tentativa, esta é “a novidade teórica” (SUNG, 14/03/2014) deste documento eclesialístico.

Para Jung Mo Sung (14/03/2014),

É preciso destacar aqui que o tema da exclusão social e excessiva desigualdade econômico-social no mundo não aparece em um documento do “Ensino/Doutrina Social da Igreja” – como era costume – mas sim em um documento que tem como tema central a evangelização.

Nossa segunda proximidade na teologia e economia destacada no parágrafo 56 - Para o Papa Francisco (EG, 2014, p. 50),

... enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar, daquela minoria feliz [...] instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe de forma implacável, as suas leis e as suas regras.

Segundo Jung Mo Sung (2008, p. 177),

... o mercado se torna um Moloc, um ídolo, que, em nome da promessa de realizar o Paraíso Terrestre, exige e justifica os sacrifícios humanos necessários para o progresso.

No parágrafo 55 o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 49 e 50) diz:

... a adoração do antigo bezerro de ouro (Êxodo 32.1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios, e sobretudo, a grave carência de uma orientação antropológica, que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.

Poderíamos dizer que existe uma harmonia de pensamento e ideias entre os pensadores, como se um pensamento complementasse o do outro. Mas isto é apenas uma curiosidade, o que quero destacar, é que tanto Jung Mo Sung, como o Papa Francisco, compreendem que o grande problema hoje para a teologia discutir, não é mais o ateísmo, mas a idolatria do dinheiro. Os pensadores percebem a influência de “deuses” que exigem sacrifícios, que exigem a morte de alguém, para que haja o sucesso e a abundância para outros. Neste contexto, Marx diz que é “sabido que os déspotas de Tiro e Catargo aplacavam a ira dos deuses, não sacrificando a si mesmos, mas comprando crianças dos pobres, para arrojá-las nos braços incandescentes de Moloc” (Apud, ASSMANN; HINKELAMMERT, 1989, p. 405-407). Nesta perspectiva, pensemos, porque apenas os filhos dos pobres são os sacrificados?

Minha terceira aproximação trazida entre o documento eclesiástico e Jung Mo Sung, na discussão econômica, entende que o Papa Francisco (*EG*, 2014, p. 48), verifica que,

... grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é

considerado, em si mesmo como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do descartável, que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova [...] Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras.

Jung Mo Sung (2008, p. 88), destaca que,

Como pobres – excluídos do mercado e de qualquer oportunidade para se capacitar a fim de competir no mercado – não conseguem perceber a falsidade da lógica perversa do capitalismo, acabam aceitando a culpabilização. Assim, de vítimas de um sistema desumano, passam a ser culpados.

Nestor Míguez (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 31 e 35), em obra conjunta com Jung Mo Sung, diz:

... quem não tem dinheiro não tem direito aos recursos que fazem a vida, não tem direito à existência [...] Como no circo romano, perder significa a morte. ‘You’re a loser’ é a expressão do desprezo ao outro ser humano, é a burla do decaído, é a expressão final da arrogância do Império. Aqui só têm lugar os ganhadores, os que dominam e controlam, os fortes que não podem nem devem resignar sua vontade perante o conjunto.

Nesta perspectiva, quero salientar que ambos os pensadores percebem que, aqueles que não tem recursos são excluídos do mercado, são descartados, não entram nem nas estatísticas. Existe uma perspectiva quase que complementar entre os discursos, ambos se harmonizam na compreensão que hoje não temos mais os oprimidos, mas sim os excluídos, as sobras. Portanto a “massa de excluídos” vive e trabalha sem forma, “algo meio informe”, ou seja, não organizado. Para sobreviver, atuam em trabalhos fora das leis trabalhistas, informais, ou até mesmo em “atividades ilegais”, conhecidas pela sociedade como “sujas” (SUNG, 2008, p. 88-89). Na verdade os excluídos são os perdedores do sistema, as sobras não utilizáveis. De acordo com o Papa Francisco ao prefaciá-lo livro de Müller, a “ausência de poder econômico significa irrelevância em níveis políticos, social e até humano. Quem não possui dinheiro é considerado apenas à medida que pode servir a outros fins” (MÜLLER, 2014, p. 5).

2.2 *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung: proximidades e particularidades em torno da utopia do Reino de Deus.

De acordo com o Papa Francisco, “a nossa fé é desafiada a entrever o vinho em que a água pode ser transformada, e a descobrir o trigo que cresce no meio do joio”. Segundo ele, “cinquenta anos depois do Concílio Vaticano II, apesar de nos entristecerem as misérias do nosso tempo e estarmos longe de otimismo ingênuos, um maior realismo não deve significar menor confiança no Espírito, nem menor generosidade” (EG, 2014, §. 84, p. 72 e 73).

Jung Mo Sung, ao fazer um balanço dos temas dos Encontros Intereclesiais das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, desde o 1º. Encontro em 1975 até o 10º. Encontro em 2000 aponta que os encontros revelam gradativamente “uma frustração²⁷ com a expectativa messiânica não cumprida ou com a expectativa histórica não realizada” (SUNG, 2010, p. 198-199). Ele chama isto de “crise paradigmática”, causada pela “distância entre as expectativas geradas pelas narrativas messiânicas e a realidade experimentada na vida concreta” (SUNG, 2010, p. 198-199). Como bem observa Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 156),

O nocivo não é a utopia em si, mas a crença de que ela é factível pelas nossas ações humanas, a crença de que podemos alcançar plenamente a utopia com nossas ações [...] tentar atingir o infinito com passos finitos e Franz Hinkelammert chamou de ilusão transcendental.

No parágrafo 71 o Papa Francisco (EG, 2014, p. 62) diz que,

A nova Jerusalém, a cidade santa (cf. *Ap* 21, 2-4), é a meta para onde peregrina toda a humanidade. É interessante que a revelação nos diga que a plenitude da humanidade e da história se realiza numa cidade. Precisamos identificar a cidade a partir de um olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças.

²⁷ Utilizando o pensamento de Jung Mo Sung, “não quero discutir aqui se há ou não uma afinidade entre o socialismo e o cristianismo ou se há um processo real da história nos empurrando para uma determinada direção, mas somente mostrar [...] o impacto da derrocada do bloco socialista”.

Acredito que neste ponto, Jung Mo Sung e o Papa Francisco demarcam o território da utopia no tempo e no espaço, pois ao deixar claro que a Nova Jerusalém é “meta” e que devemos buscar o “olhar contemplativo [...] de fé”, eles praticamente corrigem a ideia de que a plenitude poderia se realizar ainda na história, com algum tipo de modelo econômico, como o socialismo (RIBEIRO, 2010, p. 62-63), que foi a ideia quase absoluta nos primórdios da teologia da libertação. Desta forma eles assumem que se faz necessário uma meta a ser buscada, um modelo a se contemplado. Mas mais do que isto, o tempo exige um olhar realista para nossas cidades hoje, com suas lutas, sofrimentos e limites, para pelo menos tentar, evitar expectativas frustrantes. A Nova Jerusalém é “meta” a ser buscada. Sem as ingenuidades de tempos anteriores, mas de forma realista, ainda que sem perdermos a confiança, faz-se necessário que os horizontes existam e que sejam buscados com consciência e maturidade.

Numa segunda aproximação em Jung Mo Sung e o documento, verifico que Sung diz que se faz necessário “viver e agir de acordo com os limites do que é possível”. Para ele esta linha que divide as possibilidades e as impossibilidades, “torna-se uma questão fundamental”. Podemos seguir o raciocínio de Sung, e perguntarmos: O ser humano pode viver eternamente? “a resposta imediata é não”, mas então como analisa Jung Mo Sung (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 157-158), uns poderão responder que,

... o progresso das ciências médicas e de todo aparato em torno da engenharia genética, pode ou vai nos levar a uma situação de postergação perpétua da morte [...] Outros poderiam responder que para Deus nada é impossível e que ele nos ressuscitará para a vida eterna ou que a morte é apenas uma passagem para a outra vida.

O Papa Francisco no parágrafo 222 menciona que “existe uma tensão bipolar entre a plenitude e o limite”. Como? Para o Papa “a plenitude gera vontade de possuir tudo, e o limite é o muro que nos aparece pela frente”. Neste contexto, “o tempo, considerado em sentido amplo, faz referimento à plenitude como expressão do horizonte, que se abre diante de nós, e o momento é expressão do limite que se vive num espaço circunscrito”. Para o Papa, “os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai”. Deste pensamento, e desta análise, aparece o “primeiro princípio para progredir na construção de um povo: o tempo é superior ao

espaço”. A partir da compreensão deste princípio, podemos “trabalhar à longo prazo sem a obsessão pelos resultados imediatos”. Este princípio também nos “ajuda a suportar com paciência as situações difíceis e hostis, ou as mudanças de planos que o dinamismo da realidade impõe”. Em outras palavras, o Papa faz com estas reflexões, “um convite a assumir a tensão entre plenitude e limite, dando prioridade ao tempo” (EG, 2014, §. 222-223, p. 178).

Percebo que os pensadores aqui se aproximam no item “possibilidades” e “limites”. Ou seja, ambos sabem que existem limites de tempo e espaço para que nossas expectativas sejam alcançadas. Portanto, os dois pensadores sabem que desejamos tudo, até mesmo a eternidade. Mas ambos assumem a tensão, de que algumas situações, se impõem diante de nós como impossíveis. Logo, para os dois teóricos, o importante é a caminhada em direção das conquistas, dos avanços tecnológicos, para pensar num mundo melhor.

Uma terceira aproximação entre os pensadores na questão da utopia, verificamos que de acordo com Jung Mo Sung, “para que nosso desejo de um mundo mais humano, não se perca em simplificações indevidas, dogmatismos ou cinismos pós-modernos”, faz-se urgente que, “voltemos a discutir frequentemente a complexa relação que há entre a noção de sujeito, sociedades complexas e horizontes utópicos”. Cientes que “os horizontes, pelas suas próprias características, são inalcançáveis, pois sempre permanecem à nossa frente por mais que caminhemos em sua direção” (SUNG, 2002, p. 12-13).

Desta forma o Papa Francisco exorta que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG, 2014, §. 176, p. 145). Não como realização plena, mas como “Reino que se antecipa” (EG, 2014, §. 181, p. 149), um “sinal antecipatório, como realidade provisória”. Na verdade é “viver a antecipação”, que é “capacidade de ir além da lógica”, ou seja, “experienciar antecipadamente o futuro que pode nos surpreender”. Podemos dizer que tornar o reino de Deus presente no mundo, é construir hoje “uma noção de utopia e transcendência que nos guie na construção de uma sociedade mais humana” (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 186-187). Nossa intuição é esboçada no parágrafo 183, quando o Papa Francisco, adverte: “Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis, [ou ainda] da Beata [Madre] Teresa de Calcutá?” Para o Papa, é “uma fé autêntica que nunca é

cômoda nem individualista, comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo (EG, 2014, §. 183, p. 152).

No mesmo parágrafo 183 o Papa Francisco adiciona outro ponto na questão da discussão dos horizontes utópicos, além do desejo de mudar o mundo, também “transmitir valores”, com o intuito de “deixar a Terra um pouco melhor, depois de nossa passagem por ela”. O Papa aponta então que “amamos este magnífico planeta, onde Deus nos colocou, e amamos a humanidade que habita, com todos os seus dramas e cansaços, com os seus anseios e esperanças, com os seus valores e fragilidades”. Segundo o Papa Francisco, “a Terra é nossa casa comum, e todos somos irmãos”. Sendo assim, “embora, a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política, a Igreja, não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (EG, 2014, §. 183, p. 152).

As aproximações aqui são sugestivas. Primeiramente faz necessário discutir as sociedades complexas e os horizontes a serem seguidos, para que não haja “cinismos” na proposição de metas utópicas imediatas e frustrantes. Portanto ambos os pensadores compreendem que a situação atual precisa acima de tudo de uma discussão dos horizontes utópicos, para que o mundo possa ser passo a passo melhorado. Tanto Jung Mo Sung, como Papa Francisco apontam para a necessidade de utopias. Mas ambos entendem que estas precisam ser reavaliadas e adequadas as possibilidades e limites do tempo e do espaço. Sendo assim o desejo de ambos é tornar o mundo melhor.

Considerações finais

Após estudarmos durante os três capítulos os temas opção preferencial pelos pobres, economia e utopia, poderíamos dizer que todos os temas estão entrelaçados e interligados (SUNG, 2008, p. 74). Primeiramente porque nos três autores a opção preferencial pelos pobres, é vista como uma exigência de qualquer um que queira divulgar o Deus bíblico, o Deus da vida. Os três autores utilizados nesta pesquisa, compreendem que a opção preferencial pelos pobres, não é uma escolha feita apenas por alguma religião ou denominação, mas sim uma escolha feita pelo próprio Jesus do Novo Testamento. Pois Deus, para os três autores, quer vida, e vida em abundância para todos (SUNG, 2008, p. 71). E mais do que isso os autores também compreendem que o encontro com o pobre é o encontro com a pessoa e caminhos de Jesus, daí a importância da opção preferencial pelos pobres para a fé.

Num segundo momento pudemos verificar o tema da economia, e apesar de encontramos aproximações em ambos os autores, as proximidades e particularidades mais robustas foram encontradas entre *Evangelii Gaudium* e Jung Mo Sung. Encontramos aproximações em Gustavo Gutiérrez, mas alguns temas econômicos explorados por Gutiérrez não são aprofundados em *Evangelii Gaudium*, como os temas da dependência econômica, desenvolvimento e subdesenvolvimento, e dívida externa. Pudemos perceber uma maior articulação com a ideia sacrificial da economia, que é vista em abundância nos escritos de Jung Mo Sung, e explorado pelo Papa Francisco em seu documento. Os aspectos idolátricos da economia e a exclusão social também aparecem com certa ênfase no documento eclesial. Além das comparações da economia com deuses que exigiam o sacrifício, há também a ideia apresentada nos três autores, de que aqueles que não possuem recursos são considerados descartáveis, “insignificantes”, uma “não pessoa” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 334 e 24-27). Nos mostra a preocupação semelhante dos pensadores, de abordar itens como exclusão social e consumo dentro da discussão teológica.

Os horizontes utópicos, que foi nosso terceiro capítulo, traz uma postura de proximidade entre ambos os autores. É certo que esta aproximação ocorre em pontos distintos. Destacamos o documento eclesial e Jung Mo Sung na crítica realista das situações atuais, na crítica a posturas ingênuas que causam frustração. Na necessidade de lutar para construir um mundo melhor, do tamanho das nossas possibilidades. Em contra partida no documento papal e em Gutiérrez encontramos o desejo de mudar a

situação atual, exaltando a necessidade de otimismo frente às batalhas da vida, bem como a necessidade de manter os horizontes diante de nós, como “atitude revolucionária”, como atitude de protesto. Pois de acordo com o Papa Francisco, quando se perde “a esperança num horizonte transcendente”, se perderá consequentemente “o gosto pela gratuidade, o gosto de fazer o bem pela simples beleza de fazê-lo” (MÜLLER, 2014, p. 6). Para ambos os pensadores existe a necessidade de horizontes como metas a serem buscadas, como modelos a serem seguidos, mas mais do que isto, horizontes que possam imprimir esperança sem provocarem frustrações.

Detectar semelhanças de um discurso libertador no documento eclesiástico, nos fez saber que existem aproximações tanto com a teologia de Gutiérrez, como com a teologia crítica de Jung Mo Sung. A hipótese buscada no início da pesquisa se confirmou, ainda que não haja citações bibliográficas dos autores, mas se faz evidente uma citação de memória, o que Michael Löwy, chamou de “mesma música já escutada na teologia da libertação” (LÖWY, 25/09/2014). Isto nos faz verificar que o Papa Francisco faz uma síntese de ambos os momentos da Teologia da Libertação. Faz uso dos alicerces da teologia de Gutiérrez, mas traz a novidade das críticas apontadas por Jung Mo Sung da ausência da discussão econômica no desenvolvimento da Teologia da Libertação (SUNG, 1993). Ao término desta pesquisa, não temos evidências ou confirmações de que o Papa Francisco seja um teólogo da libertação, mas podemos afirmar que foi influenciado por ela. Uma teologia que marcou a América Latina, que foi perseguida, combatida, colocada em descrédito. O Congresso Continental de Teologia, realizado em outubro de 2012, em São Leopoldo/RS, no contexto dos 50 anos do Vaticano II e dos 40 anos da Teologia da Libertação, “foi celebrado num contexto de desclassificação da Teologia da Libertação por parte de segmentos da Igreja, acusada de marxista ou de ideologização da fé, de uma teologia sem Deus”. Mas o que ninguém esperava é que alguns meses depois deste congresso, Jorge Mario Bergoglio seria eleito papa. “O Vaticano II e a opção pelos pobres” seriam resgatadas. Gustavo Gutiérrez seria recebido pelo papa no Vaticano. E um documento eclesiástico oficial sobre evangelismo, trataria da opção pelos pobres, de questões econômicas e de horizontes utópicos. Se pudesse deixar uma única frase para expressar o que significou pesquisar a opção preferencial pelos pobres, a economia e a utopia em *Evangelii Gaudium*, eu diria como Agenor Brighenti: “A esperança dos pobres vive! Como bem aventura do Reino inaugurado por Jesus de Nazaré, a causa dos pobres não poderia estar ausente do coração da Igreja” (GUTIÉRREZ; MÜLLER, 2014, p. 8).

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. *Por Uma Teologia da Libertação*. São Paulo/SP: Fonte Editorial, 2012

ALVES, Rubem. *Lições do velho professor*. Campinas/SP: Papirus, 2013

AMADO, Joel Portella; FERNANDES, Leonardo Agostini (orgs). *Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo/SP & Rio de Janeiro/RJ: Paulinas/PUC-RJ, 2014

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado: Ensaio sobre Economia e Teologia*. São Paulo/SP: Vozes, 1989

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. 2ª.ed. São Paulo/SP: Ed. Paulus, 2010

BOFF, Clodovis. *Cartas teológicas sobre o socialismo*, Petrópolis/RJ: Vozes, 1989

BOFF, Leonardo. *Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo*, Rio de Janeiro/RJ: Record, 2010

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo/SP: Ática, 1995

BOFF, Leonardo. *Teólogos Brasileiros Viajam a União Soviética*, Revista Eclesiástica Brasileira, 47 (187), set. 1987

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como Fazer Teologia da Libertação*, 2ª.Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ, 2010

CHAMORRO, Graciela. *A Espiritualidade Guarani: Uma Teologia Ameríndia da Palavra*. IEPG/Sinodal, 1998.

COMBLIN, José. *Cristãos Rumo ao Século XXI: nova caminhada de libertação*, 4ª.ed. São Paulo/SP: Paulus, 1996

Concílio Vaticano II: mensagens, discursos e documentos. 2ª.edição/2ª.reimpressão. São Paulo/SP: Paulinas, 2007/2012

Exortação Apostólica, *EVANGELII GAUDIUM*, A Alegria do Evangelho, do Papa Francisco, 1ª.ed; 1ª. Reimpressão. São Paulo/SP: Paulinas, 2013/2014

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 4ª.ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1977

GALBRAITH, John K. *A era da incerteza*, 6ª.ed. São Paulo: Pioneira, 1984

GONÇALVES, Pólita. *A cultura do supérfluo: lixo e desperdício na sociedade de consumo*. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Garamond, 2011

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação, perspectivas*. 9ª.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000

GUTIÉRREZ, Gustavo; MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Ao lado dos pobres*, 1ª.ed. São Paulo/SP: Ed. Paulinas, 2014

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro/RJ: Objetiva, 2001

LOSSKY, Nicholas; BONINO, José Míguez. *Dicionário do Movimento Ecumênico*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2005

LÖWY, Michael. Semana de Estudos em Religião da UMESP-SBC, SER 2014 – 25/09/2014 – 15:45h (mesa de debate)

MARIN, José. *Globalización, educación y diversidad cultural, Perspectiva*. Florianópolis/SC, v.20, n.2, p.377-403, jul./dez. 2002

MIGUEZ, Néstor; RIEGER, Joerg; SUNG, Jung Mo. *Para Além do Espírito do Império: novas perspectivas em política e religião*. São Paulo/SP: Paulinas, 2012

MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Pobre para pobres: a missão da Igreja*. São Paulo/SP: Paulinas, 2014

PIXLEY, Jorge; BOFF, Clodovis. *Opcion por los pobres*. Madrid/España: Ediciones Paulinas, 1986

REID, Daniel G. *Dicionário Teológico do Novo Testamento: Compêndio dos mais avançados estudos bíblicos da atualidade*. São Paulo/SP: Vida Nova, 2012

- RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *A Teologia da Libertação Morreu? Reino de Deus e Espiritualidade Hoje*. São Paulo/SP & Aparecida/SP: Fonte Editorial & Editora Santuário, 2010
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo/SP: Cia das Letras, 2006
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs) *Epistemologias do Sul*, artigo de DUSSEL, Enrique. *Mediações Anti-Cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade*, capítulo 9, Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009
- SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs). *Territórios Contestados*; artigo de Giroux, Henry A. *Disneyzação da Cultura Infantil*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes 1995
- SOBRINO, Jon. *Jesus, O Libertador*. São Paulo/SP: Vozes, 1994
- SUNG, Jung Mo. *Desejo, Mercado e Religião*. São Paulo/SP: Fonte Editorial, 2010
- SUNG, Jung Mo. *Economia: Um assunto central e quase ausente na teologia da libertação, uma abordagem epistemológica*. Tese Doutoral, IMES, SBC/SP, 1993
- SUNG, Jung Mo. Pós-graduação Ciências da Religião – Curso Teologia e Economia, UMESP-SBC, 1º. semestre 2014 (minhas anotações)
- SUNG, Jung Mo. *Se Deus existe, por que há pobreza?* São Paulo/SP: Ed. Reflexão, 2008
- SUNG, Jung Mo. *Sujeitos e Sociedade Complexas: para pensar os horizontes utópicos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002
- SUNG, Jung Mo. *Teologia e Economia: Repensando a teologia da libertação e utopias*. São Paulo: Fonte Editorial, 2008
- The Holy Bible, Contemporary English Version, USA, American Bible Society, 1995*
- VEJA, Ed. Abril, edição 2338, ano 46, número:37, 11/09/2013
- VINE, W.E; UNGER, Merril; WHITE JR, Willian. *Dicionário Vine*. Rio de Janeiro/RJ: CPAD, 2004

Referências digitais e eletrônicas

BERGOGLIO, Jorge Mario. Biografia. *In*: CNBB -

<<http://www.cnbb.org.br/imprensa/noticias/11568-biografia-do-novo-papa>> acessado em 09/12/2014

BERGOGLIO, Jorge Mario. Biografia. *In*: VATICANO -

<<http://m2.vatican.va/content/francesco/pt/biography/documents/papa-francesco-biografia-bergoglio.html>> acessado em 09/12/2014

BOFF, Leonardo. Fórum Cidades Sustentáveis 2011. *In*: Instituto Arbórea, palestra de 28/11/2011 - <http://www.youtube.com/watch?v=o9Eld-IvY_Q> acessado em 10/03/2014

Central de Atendimento à Mulher:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>> acessado em março de 2013

RIBEIRO, Darcy. DVD – O Povo Brasileiro, Isa Grinspum Ferraz, Fundação Darcy Ribeiro/SuperFilmes, 2005

SUNG, Jung Mo. A irracionalidade idolátrica do mundo: a novidade do “Alegria do Evangelho”. *In*: ADITAL -

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79962>> acessado em 14/03/2014

SUNG, Jung Mo. Invenção moderna da religião: a novidade do “Alegria do Evangelho” - Parte II. *In*: ADITAL -

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=80081>> acessado em 15/03/2014